



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes


**Antônio Conselheiro e a imprensa carioca: uma análise das representações  
do fundador de Canudos nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Apóstolo*  
(1890-1899)**

São Gonçalo

2023

Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes

**Antônio Conselheiro e a imprensa carioca: uma análise das representações do fundador de Canudos nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Apóstolo* (1890-1899)**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson de Almeida Pinto

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEH/D

N972  
TESE

Nunes, Gustavo Assumpção Leite Coelho.

Antônio Conselheiro e a imprensa carioca : uma análise das representações do fundador de Canudos nos jornais Gazeta de Notícias e O Apóstolo (1890-1899) / Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes. – 2023.

136f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson de Almeida Pinto.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Conselheiro, Antonio, 1828-1897 – Teses. 2. Imprensa – Rio de Janeiro (RJ) – Séc. XIX – Teses. 3. Brasil – História – Guerra de Canudos, 1897 – Teses. I. Pinto, Jefferson de Almeida. II. Silva, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. IV. Título.

CRB/7 – 6150

CDU 981”1897”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes

**Antônio Conselheiro e a imprensa carioca: uma análise das representações do fundador de Canudos nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Apóstolo* (1890-1899)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 22 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Jefferson de Almeida Pinto (Orientador)  
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (Coorientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. José Leandro Peters  
Universidade Federal de Viçosa

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Carolina Huguenin Pereira  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2023

## **DEDICATÓRIA**

À minha família, que sempre me apoiou em todos os momentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a meus pais, José Edison Coelho Nunes e Gleice Assumpção Leite Coelho Nunes, que sempre me deram apoio, educação e orientação. Agradeço também aos meus irmãos, Victor Assumpção Leite Coelho Nunes e Natália Assumpção Leite Coelho Nunes. Através do nosso amor fraternal nos auxiliamos e fazemos presentes a todo o momento.

Agradeço também aos meus orientadores, o professor Jefferson de Almeida Pinto e a professora Ana Paula Barcelos, pela leitura atenta, críticas construtivas, aconselhamentos, reflexões e paciência a mim direcionadas.

Agradeço, por fim, a todos os meus amigos, pelas palavras de incentivo durante o percurso.

## RESUMO

NUNES, Gustavo Assumpção Leite Coelho. *Antônio Conselheiro e a imprensa carioca: uma análise das representações do fundador de Canudos nos jornais Gazeta de Notícias e O Apóstolo (1890-1899)*. 2023. 136f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Nesta dissertação, analisamos as representações do religioso Antônio Conselheiro e do Arraial de Canudos presentes nas páginas dos jornais cariocas *Gazeta de Notícias* e *O Apóstolo*. Em primeiro lugar, buscamos pensar o contexto histórico da última década do século XIX no Brasil, período de transição do regime monárquico para o regime republicano, quando ocorre a Guerra de Canudos. Em segundo lugar, abordamos o jornal *Gazeta de Notícias* e como o periódico construiu uma representação em torno de Conselheiro e Canudos. Por fim, realizamos a mesma operação com o jornal *O Apóstolo*, publicação de caráter religioso.

Palavras-chaves: Antônio Conselheiro; Guerra de Canudos; representações; imprensa.

## ABSTRACT

NUNES, Gustavo Assumpção Leite Coelho. *Antônio Conselheiro and the carioca press: an analysis of the representations of the founder of Canudos in the newspapers *Gazeta de Notícias* and *O Apóstolo* (1890-1899)*. 2023. 136f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

In this dissertation, we analyze the representations of the religious Antônio Conselheiro and of Arraial de Canudos present in the pages of the Rio de Janeiro newspapers *Gazeta de Notícias* and *O Apóstolo*. First, we seek to think about the historical context of the last decade of the 19th century in Brazil, the period of transition from the monarchical regime to the republican regime, when the Canudos War took place. Secondly, we approach the newspaper *Gazeta de Notícias* and how the newspaper built a representation around Conselheiro and Canudos. Finally, we carried out the same operation with the newspaper *O Apóstolo*, a religious publication.

Keywords: Antônio Conselheiro; Canudos War; representations; press.



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
1	<b>ANTÔNIO CONSELHEIRO E CANUDOS: REPRESENTAÇÕES, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA</b> .....	10
1.1	<b>A transição ao período republican</b> .....	10
1.2	<b>Antônio Conselheiro: de homem simples à imagem de salvador do sertão nordestino</b> .....	21
1.3	<b>Canudos x República: a comunidade religiosa e as disputas políticas nacionais</b> .....	37
1.4	<b>Guerra de Canudos: de um boato ao genocídio de um povoado</b> .....	44
2	<b>A GAZETA DE NOTÍCIAS E UM OLHAR DA GRANDE IMPRENSA SOBRE O CONSELHEIRO E CANUDOS</b> .....	55
2.1	<b><i>Gazeta de Notícias</i>: do Império à República, um jornal literário, informativo e popular</b> .....	55
2.2	<b>Antônio Conselheiro e Canudos nas páginas da Gazeta de Notícias</b> .....	61
3	<b>O APÓSTOLO: UM OLHAR DA IMPRENSA CATÓLICA SOBRE O CONSELHEIRO E CANUDOS</b> .....	91
3.1	<b><i>O Apóstolo</i>: ultramontanismo, regalismo e Estado Laico</b> .....	91
3.2	<b>Ultramontanismo e catolicismo popular: as bases religiosas de <i>O Apóstolo</i> e de Antônio Conselheiro em conflito</b> .....	102
3.3	<b>Antônio Conselheiro e Canudos nas páginas de <i>O Apóstolo</i></b> .....	107
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	129
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuramos analisar a construção das representações de Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente conhecido como Antônio Conselheiro, e do Arraial de Canudos na imprensa carioca durante os eventos da Guerra de Canudos. Partimos das representações presentes em dois periódicos cariocas, de linhas editoriais distintas: a *Gazeta de Notícias*, jornal secular voltado para a publicação de textos variados, desde informativos e jornalísticos, até textos literários, o que rendeu ao jornal fama e a atenção de importantes literatos da época, como Machado de Assis; e, *O Apóstolo*, jornal religioso católico voltado para a disseminação da doutrina católica através de textos informativos sobre assuntos do momento e de textos doutrinários, destinados à complementação catequética dos leitores. Como recorte cronológico, focalizamos na última década do século XIX, 1890 - 1899, com algumas incursões em períodos anteriores e posteriores de acordo com o exigido pela temática.

Quanto ao conceito de representação, tomamos como base os escritos de Roger Chartier. O autor aponta que a historiografia moderna se volta para o tema da representação quando estava em vistas de se deparar com uma estagnação da produção historiográfica. Chartier trabalha com a questão da linguagem para entender a correlação existente entre quem cria/formula e quem recebe a mensagem dentro do saber histórico, desenvolvendo assim um amplo questionamento sobre o quanto fatores pessoais, temporais e culturais mudam a maneira com que o receptor entende a mensagem transmitida. Representação é, por isso, um conceito dinâmico e muito abrangente<sup>1</sup>.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro dedicamos à contextualização geral do período analisado, abordando desde o processo de formação do movimento republicano à proclamação da República do Brasil. Apresentamos também os dados biográficos sobre Antônio Conselheiro, desde os relatos sobre sua infância em Quixeramobim/CE, em 1830, até sua vida como religioso e a formação do Arraial de Canudos em 1893. Em seguida, trazemos a Guerra de Canudos, expondo não apenas os acontecimentos, mas também suas motivações e a escalada do conflito, que se inicia como um caso policial e termina como um verdadeiro cenário de guerra, com uso de armas de cerco e grande efetivo militar.

O segundo capítulo traz uma breve história da imprensa no Brasil e analisa o jornal *Gazeta de Notícias*, apresentando, entre outros aspectos, sua história, que se inicia em 1875 e

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". In: *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 61 - 79.

vai até meados da década de 1960. Enfatizamos no período da Primeira República. Também informamos a composição editorial e jornalística do periódico, ressaltando seu caráter eclético, já que desde sua fundação se dispunha a trazer aos seus leitores uma grande variedade de textos, como informativos sobre os acontecimentos gerais e textos literários para o entretenimento do leitor. O jornal se apresentava como apartidário e aberto a diversas opiniões políticas, aspecto que será pensado ao se mapear a forma como representa a Guerra de Canudos. Analisaremos os artigos publicados sobre Conselheiro e Canudos, procurando compreender a representação de ambos que o periódico pretendia transmitir aos leitores. Assim, nos perguntamos sobre as diferentes abordagens em torno do tema, como as notícias evoluíram e o quanto a morte do Coronel Moreira César afetou a cobertura.

Por fim, no terceiro capítulo, abordamos a construção da representação de Conselheiro e Canudos no jornal *O Apóstolo*, utilizando os mesmos critérios de análise utilizados com a *Gazeta de Notícias*. Deste modo, mapeamos como se deu cronologicamente a abordagem do jornal e, por ser este um jornal religioso, foi necessário entender seu viés doutrinário desde sua fundação em 1866. Atrelado ao movimento ultramontano, o jornal se fez como porta-voz de uma ala da Igreja Católica que, durante o Segundo Reinado, estava vinculada à Reforma Católica no Brasil, isto é, à aproximação direta da Igreja Católica do Brasil com as decisões da Santa Sé<sup>2</sup>. Foi, então, um dos principais jornais católicos do período e extremamente ativo nos assuntos envolvendo os processos de romanização, que tiveram na Questão Religiosa da década de 1870 seu principal embate com o poder imperial que detinha o poder de controle sobre a instituição católica no país<sup>3</sup>. O quanto essa característica, presente desde sua fundação, influenciou na construção das representações sobre Conselheiro e Canudos é um ponto fundamental que abordamos no terceiro capítulo.

---

<sup>2</sup> SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato, e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 79.

<sup>3</sup> “[...] O decreto de 1855 permaneceu em vigor, condenando assim as ordens brasileiras a uma morte lenta. Em 1870, o Império promulgou uma ordem adicional proibindo de retornar ao Brasil os homens que entrassem para uma ordem religiosa em outro país. A luta pelo clero foi base de um dos mais importantes eventos políticos do Segundo Reinado, a chamada Questão Religiosa (1872 - 75).” Ibidem, p. 84-85.

# 1 ANTÔNIO CONSELHEIRO E CANUDOS: REPRESENTAÇÕES, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

## 1.1 A transição ao período republicano

O ano de 1889 marca a transição para um novo período da história política brasileira. A queda da monarquia e a ascensão da República, movimento cuja liderança foi dada ao Marechal Deodoro da Fonseca, promove uma ruptura institucional que insere o Brasil numa configuração política mais alinhada com outros países americanos e que arrogava ser capaz de compartilhar mais o poder de decisão do que o regime que derrubava<sup>4</sup>.

A República, construída no Brasil através do apoio do movimento republicano, principalmente do Partido Republicano Paulista, que cresce com os problemas políticos internos e externos do Segundo Reinado, ganha o apoio de alas que antes sustentavam o Império, como o Exército e as oligarquias agrárias nacionais. Segundo Marcelo Figueiredo, ascende ao poder em um ato com caráter tanto de “revolução” quanto de um golpe, pois, não havia ampla participação popular em sua configuração<sup>5</sup>. Este teor elitista do movimento leva o país a ter um período de governos voltados prioritariamente aos interesses dos grupos que instituíram o regime no país.

Esse período, que se estende de 1889 a 1930, é chamado pela historiografia atual de Primeira República. Neste trabalho, interessa-nos atentar aos primeiros anos dessa Primeira República. Destacamos um recorte de 1889 a 1899, com momentos pontuais em que abordamos os antecedentes e o que aconteceu depois, pois, apesar da história da República brasileira começar em 1889, a história de Antônio Vicente Mendes Maciel (1830 -1897), o Antônio Conselheiro, precede em algumas décadas ao regime.

Ainda que o regime republicano se inicie no Brasil em 1889, o movimento republicano está presente no país desde antes da independência. Marcelo Figueiredo indica que movimentos dos tempos coloniais, como a Inconfidência Mineira, já eram demonstrativos da influência que a Revolução Americana teve nas colônias europeias na América. O autor

---

<sup>4</sup> FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia A. Guedes. “A propaganda republicana na imprensa: Antônio Silva Jardim”. *Revista da Anpoll, [S. l.]*, v. 1, n. 25, 2008. p. 100.

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, Marcelo. “Transição do Brasil Império à República Velha”. *Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, ano 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. p. 137.

também afirma que a brutalidade que os portugueses usaram para lidar com a situação fez com que a memória dos inconfidentes ficasse preservada no inconsciente popular, podendo isto ser comprovado em movimentos contemporâneos à Inconfidência, como a Revolta dos Alfaiates, e em movimentos já no início do século XIX, como a Revolução Pernambucana de 1817. Nesta, Figueiredo enfatiza que era mais nítida a consciência por direitos políticos e sociais, mas o fim da escravidão só viria a se concretizar no final do século, em 1888<sup>6</sup>.

Mesmo que uma ideia de república estivesse presente há tempos no país, o movimento republicano só começa a ganhar forças a partir de meados do século XIX, em decorrência de problemas enfrentados pelo Segundo Reinado em diferentes esferas. Segundo Maria Theresa Petrone<sup>7</sup>, as mudanças que fortalecem a mentalidade republicana brasileira começam por volta dos anos 1850, com a proibição do tráfico negreiro, que inicia relações mais modernas de trabalho, a instalação das primeiras estradas de ferro, da linha de telégrafo e o uso de navios a vapor, que agilizam a comunicação interna e externa do país. Essas modernizações, segundo Petrone, ajudam a criar uma “modernização incipiente”, que terá na produção de café uma nova base econômica. Nesta base econômica reside o apoio para o crescimento do movimento republicano, pois Petrone aponta que em especial os cafeicultores do oeste paulista tinham uma mentalidade capitalista de produção que privilegiava o discurso federalista presente no movimento republicano. Por isso, teve nesse grupo um espaço propício para se propagar. Quanto ao poder do qual o movimento republicano gozou com o apoio das oligarquias nacionais, Cláudia Viscardi aponta que apesar de o movimento republicano ter nos cafeicultores grandes apoiadores, eles não o definem, o que pode ser percebido na maneira como se configurou a política nacional. A ideia de hegemonia dos produtores de café sobre a política da Primeira República não condiz com a intensa disputa política entre elites regionais pela defesa de seus interesses na esfera federal. Esta mesma disputa conferia ao poder federal uma margem de autonomia em relação ao interesses cafeeiros durante o período que se seguiu<sup>8</sup>.

Apresentando a questão modernizadora, Petrone atenta para sete crises que enfraqueceram o sistema monárquico brasileiro e abriram espaço para o movimento republicano. A primeira seria uma crise relacionada à falta de ideologia para sustentar a ideia

---

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, Marcelo. Op. cit., p. 122.

<sup>7</sup> PETRONE, Maria Theresa S. “As Crises da Monarquia e o Movimento Republicano”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 16, 1983, p. 31-32.

<sup>8</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Ebook. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 26.

de Império, que Petrone nomeia como “crise de consciência”<sup>9</sup>. Segundo ela, a falta de elaboração ideológica para fundamentar o regime monárquico o enfraquece desde o período do Primeiro Reinado (1822-1831) e tem durante a Regência (1831-1840) uma de suas principais exposições. Quando o movimento republicano se apresenta na segunda metade do século XIX, com pensamentos bem fundamentados e pautados em ideias positivistas, o contraponto que se faz à falta de ideologia do regime vigente até então acaba sendo um atrativo para intelectuais e escritores brasileiros. Alguns deles viam o regime como pouco “americano” e mais “europeu”, gerando assim mais motivos para aderir ao movimento pró-república<sup>10</sup>.

A segunda crise seria a “crise das instituições monárquicas”<sup>11</sup>. Neste ponto, Petrone destaca que as instituições que compuseram a monarquia brasileira foram criadas conforme o momento ou conforme foi necessário reformá-las ou modificá-las para fortalecer o regime. Centralização política, sistema eleitoral censitário, poder moderador eram instituições que não passaram pelo período monárquico sem sofrerem críticas dos próprios monarquistas, fosse para a manutenção política do poder vigente, fosse visando mudanças que fortalecessem as próprias instituições. Entretanto, o fato destas mesmas instituições serem combustível para críticas é usado pela propaganda republicana como uma evidência da fragilidade e ineficiência do regime monárquico. Além disso, dentre todos os problemas, os que mais incomodavam tanto republicanos quanto as oligarquias locais eram a centralização política e o poder moderador. Segundo Petrone, a característica centralista e intervencionista do regime interferia na manutenção do poder tradicional e local de outras regiões do Brasil e, tendo parte do movimento republicano como pauta a defesa da federalização do país, o incômodo que as instituições monárquicas causavam gradativamente gerava apoio à causa republicana.

Sobre a terceira crise, a “crise econômica”<sup>12</sup>, Petrone a divide em três tópicos principais. O primeiro, e que se conecta com outras crises, se dá em decorrência da Guerra do Paraguai (1864-1870). A vitória brasileira na guerra não conseguiu reaver a grande quantia de capital que a monarquia brasileira investiu no conflito, através de empréstimos e emissão de papel-moeda. Somado a isto, Petrone ressalta que a situação se agrava com a grande seca no nordeste brasileiro de 1877 a 1880, que consome muitos recursos dos cofres públicos e, no mercado internacional, havia uma crise econômica mundial, que afetou a Europa e os Estados

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 33-34.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 34-35.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 35-36.

Unidos em 1873, atingindo o país em 1875. Dessa maneira, o país passava por momentos de altas inflações que o regime monárquico não conseguia controlar, o que, juntamente com outros problemas, o desgastou. O segundo tópico da crise econômica está relacionado a uma crise bancária. Em tempos imperiais, o sistema bancário brasileiro passou por momentos de graves crises, com o fechamento da Casa Souto no Rio de Janeiro em 1864 e, posteriormente, a falência do Barão de Mauá, que junto leva à falência alguns outros bancos da época. Naquele tempo, não havia mecanismos legais que fizessem com que o governo interviesse na quebra de instituições bancárias e/ou de grande porte como a de Mauá, o que, segundo Petrone, fez com que agravasse a situação econômica como um todo. Por último, a própria expansão da lavoura cafeeira é vista por Petrone como uma crise econômica por causa de algumas características recorrentes no grupo produtor: uma oligarquia com uma linha de pensamento mais capitalista, voltada para ideias de descentralização de poder, com o intuito de facilitar a aprovação de leis e medidas que beneficiassem o crescimento de seus negócios. Sua ascensão também acabou por levar a um afastamento da antiga oligarquia aristocrática escravocrata, que era a antiga base econômica do regime.

A “crise social”<sup>13</sup> refere-se às questões tocantes à configuração da sociedade brasileira. Por isso, Petrone aponta que o principal tópico é a escravidão, mas não apenas ela. Debatida desde a independência, a abolição da escravidão foi planejada politicamente para ser feita de maneira lenta e gradual, com eventos que ocorrem durante meados do século XIX que aceleram as discussões e colaboram para a eventual abolição, mas que não mudam a progressão comedida que o governo monárquico havia planejado para a questão. Sobre esta discussão, Viscardi aponta que, apesar da associação entre movimento republicano e abolicionista ocorrer desde muito tempo na historiografia brasileira, havia membros do movimento republicano pró-escravidão, e monarquistas abolicionistas. O que ocorre é que a abolição em 1888 cria um grande descontentamento na parcela dos grandes produtores rurais que dependiam da mão de obra escravizada, fosse pela perda de força produtora, fosse pela falta de políticas governamentais para acolher o enorme montante de pessoas que de uma hora para outra estavam livres, mas sem educação básica ou mínimas condições de sustento<sup>14</sup>. A iniciativa de se introduzir a mão de obra de imigrantes colabora para contrapor na sociedade brasileira a mão-de-obra assalariada à escravizada, o que ajuda a aumentar os adeptos do

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 36-38.

<sup>14</sup> VISCARDI. Claudia Maria Ribeiro. “Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)”. *Tempo*, v. 18, n. 32, 2012, p. 152 -154.

abolicionismo. Como citado anteriormente, Petrone apresenta que a propaganda republicana usava dos problemas da monarquia como um meio de conseguir mais simpatizantes e muitos propagandistas atribuíam à escravidão um dos retrocessos característicos do regime monárquico, sendo, pois, a República uma resposta moderna para este problema.

Além da escravidão, Petrone aponta que a questão demográfica se apresentava como um problema para a monarquia em suas últimas décadas. Nesse período final, ocorreu um deslocamento demográfico de pessoas da região Nordeste (ainda não assim nomeada), muito em decorrência da “grande seca” de 1877<sup>15</sup>, para regiões Amazônicas e do Centro-Sul. Além disso, regiões densamente populosas como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo foram onde mais os ideais republicanos encontraram espaço de propagação, surgindo nesses meios partidos republicanos fortes que durante a Primeira República estiveram entre os principais do período.

Por fim, há as crises política<sup>16</sup>, militar<sup>17</sup> e religiosa<sup>18</sup>. Chamadas também por alguns historiadores como as Questões Republicana, Militar e Religiosa do Segundo Reinado, essas crises são comumente lembradas na historiografia brasileira como as principais causas da decadência final do regime monárquico brasileiro<sup>19</sup>.

A crise republicana/política começa, segundo Petrone, a partir da “[...] queda do gabinete de Zacarias em 1868 e subida dos conservadores com Itaboraí [...]”<sup>20</sup>, que acaba por iniciar uma sequência de eventos políticos que colaboram para a organização do Partido Radical de 1868, do Liberal de 1869 e do Manifesto Republicano de 1870, que, embora aborde o assunto mais relevante do momento que era a escravidão, causa uma forte onda republicana por sua divulgação, com uma mensagem claramente pró-federalista e descentralizadora.

A crise militar tem ligação direta com a Guerra do Paraguai. Renato Jorge Júnior sintetiza a Questão Militar como “[...] fruto de uma série de descontentamentos como baixos

---

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FIN; Ed. Massangana. São Paulo: Cortez, 1999. p. 71- 72.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 38-39.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>19</sup> FIGUEIREDO, Marcelo. *Op. cit.*, p. 137.

<sup>20</sup> PETRONE, Maria Theresa S. *Op. cit.*, p. 38.



soldos, falta de aparelhamento bélico e lentas promoções após a Guerra do Paraguai [...]”<sup>21</sup>. De fato, estes são comumente os pontos abordados quando se estuda o tema, mas Petrone adiciona outras questões como o olhar que os militares do Exército tinham sobre a classe média brasileira, visto que em sua composição do oficialato parte considerável dos membros vinham dessa camada da sociedade, o que os diferenciava dos militares da Marinha, que em geral vinham mais da aristocracia brasileira. A autora destaca ainda o contato que a Guerra do Paraguai criou entre soldados e oficiais brasileiros e os de países republicanos. Em ambas as visões, é perceptível que a colaboração do Exército com a causa republicana foi importante para encerrar o regime monárquico, mas Figueiredo atenta que foi apenas no pós-abolição que os interesses do Exército e das oligarquias rurais se aliaram em definitivo pelo fim do regime<sup>22</sup>.

A crise religiosa é um ponto fundamental deste período e que diz respeito diretamente a este trabalho. Isto porque foi através dela que se iniciou a separação entre Igreja e Estado que aconteceria com a Proclamação da República. A Questão Religiosa será trabalhada no terceiro capítulo desta dissertação, porém, apresentando-a de maneira sucinta, trata-se de uma série de atritos entre o Império e o alto clero brasileiro sobre a condução do catolicismo como a religião oficial do país. De um lado, a Coroa brasileira mantinha para si o direito do Padroado e do Beneplácito Régio, dispositivo legal concedido desde a Constituição de 1824 que submetia as decisões papais e o funcionamento nacional da Igreja à aprovação do Imperador<sup>23</sup>. Do outro, o alto clero, principalmente aqueles que foram formados fora do país, tentava implementar a chamada Reforma Ultramontana, cujo objetivo era fortalecer a unidade institucional da Igreja Católica aproximando diretamente o bispado brasileiro das decisões da Santa Sé, e promover mudanças estruturais na formação de novos padres, no relacionamento entre clero e leigos e Igreja e Estado<sup>24</sup>. Petrone aponta para o fato de que os padres ultramontanos não eram também favoráveis à República, visto que as propagandas, principalmente as que circulavam em jornais sempre atacaram o clero como parte da campanha

---

<sup>21</sup> PARANHOS RESTIER JÚNIOR, R. J. “A Imprensa e a Questão Militar no final do Império”. *A Defesa Nacional*, v. 92, n. 806, 20 ago. 2020. p. 55.

<sup>22</sup> FIGUEIREDO, Marcelo. Op. cit., p. 137.

<sup>23</sup> PINTO, Jefferson de Almeida. “O Processo de Anistia aos Bispos da 'Questão Religiosa': Historiografia, Direito Constitucional e Diplomacia”. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 8, no.3, setembro-dezembro, 2016, p. 431.

<sup>24</sup> OLIVEIRA, P. A. R. de. “Catolicismo Popular e Romanização do catolicismo brasileiro”. *Revista Eclesiástica Brasileira, [S. l.]*, v. 36, n. 141, p. 131 - 132.

de associação do atraso do desenvolvimento nacional com a monarquia<sup>25</sup>. Entretanto, o atrito causado pela Questão Religiosa na década de 1870 provocou rupturas significativas de modo que, quando o movimento republicano veio a executar a proclamação da República, o alto clero não se opôs ao novo regime, pelo contrário, negociou com o mesmo o reconhecimento da República brasileira pela Santa Sé<sup>26</sup>.

Esse conjunto de crises cria um ambiente em que a monarquia brasileira não conseguia mais se sustentar e, após a abolição da escravidão em 1888, o apoio que restava com os setores econômicos mais fortes é perdido, como já foi citado anteriormente. Dessa maneira, em 1889, o movimento, liderado pelo exército, pôs fim ao regime monárquico através de um golpe de estado com participação civil seletiva: com apenas membros da elite econômica e do movimento republicano praticamente. Figueiredo ressalta que a monarquia e D. Pedro II eram populares e aceitos legitimamente pelo povo, porém a monarquia como uma instituição, em razão de todos os percalços que passou na segunda metade do XIX, perdeu muito apoio para se manter. O maior baque veio após o fim da escravidão, tema que era o centro das questões sociais durante o Segundo Reinado<sup>27</sup>. Com isto, temos o estabelecimento de um novo modelo de governo que se impõe de forma decrescente, com a elite econômica e intelectual do país aliada a uma das forças armadas, modificando definitivamente o modelo de governo vigente.

A história republicana brasileira então começa com a instauração de um governo provisório sob a chefia do Marechal Deodoro da Fonseca quase que imediatamente após o movimento do 15 de novembro de 1889. Cerca de dezoito dias depois, Deodoro baixou o decreto nº 29, para a criação de uma comissão para formular o projeto constitucional, que viria a entregá-lo dentro de cinco meses, no dia 30 de maio de 1890. Com o projeto em mãos, o governo provisório convocou uma Assembleia Constituinte que viria a aprovar a primeira constituição republicana no dia 24 de fevereiro de 1891<sup>28</sup>. Esta vigorou até o ano de 1930 e trazia características que a diferenciavam ideologicamente da constituição monárquica, como a presença de princípios liberais individualistas e do positivismo político; diferenças

---

<sup>25</sup> PETRONE, Maria Theresa S. Op. cit., p. 40.

<sup>26</sup> AQUINO, Maurício de. “Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889 - 1930)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, 2012. p. 147.

<sup>27</sup> FIGUEIREDO, Marcelo. Op. cit., p. 141-142.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

estruturais como a separação entre Igreja e Estado; liberdade de religiosa<sup>29</sup>; Estado Laico; extensão dos direitos civis a todos os cidadãos brasileiros, mas com limites no exercício dos direitos políticos, como voto restrito aos homens maiores de 21 anos e alfabetizados<sup>30</sup>.

No quesito representação política, foi adotada a federação aos moldes do que era praticado nos Estados Unidos, com o intuito de aproximar as populações regionais às decisões políticas referentes aos seus cotidianos, com eleições para prefeitos e governadores, além da eleição presidencial. Entretanto, o modelo federativo facilitou o fortalecimento das elites locais e do controle das oligarquias estaduais, levando a monopólios políticos em diferentes escalas. Nesse cenário, uma figura política e social, existente desde os tempos monárquicos é ressignificada e elevada a maiores importâncias para que se mantenha o *status quo* que as oligarquias estavam planejando para o novo regime, a de Coronel da Guarda Nacional. Nasce com isto uma prática política de domínio regional através de membros das sociedades a quem eram confiados estes cargos de chefia da Guarda Nacional, dando-lhes autoridade de repressão para se manter a ordem, objetivo primário do governo, estampado na bandeira nacional. O coronelismo foi um mecanismo de controle social muito presente durante a Primeira República, principalmente longe dos grandes centros urbanos, onde o poder público se fazia presente na figura destes coronéis<sup>31</sup>. A política coronelista foi uma marca do período e estava relacionada diretamente com os atritos políticos e sociais que transformaram Canudos e Conselheiro em uma ameaça à ordem estabelecida pela República, pelo menos por parte do corpo político contemporâneo aos eventos da Guerra de Canudos, como veremos mais adiante.

Do governo Deodoro, o mais relevante para as questões a serem analisadas são as construções dos pilares das instituições republicanas, tendo na Constituição de 1891 sua fundamentação, e a introdução dos militares, com maior participação na vida política ativa do país, o que renderá consequências para o restante do período da Primeira República, como nos governos Prudente de Moraes (1894-1898), o qual analisaremos mais a fundo, e Hermes da Fonseca (1910-1914), sobre o qual apenas trataremos brevemente. Tendo um governo breve e que não conseguiu resolver parte considerável dos problemas sociais e econômicos herdados

---

<sup>29</sup> Apesar de garantir a liberdade religiosa, o código penal de 1890 criminalizou algumas religiosidades, como o espiritismo. D847. DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Promulga o Código Penal.

<sup>30</sup> FIGUEIREDO, Marcelo. Op. cit., p. 141 - 142.

<sup>31</sup> Quanto à relação entre dominador e dominado dos coronéis com a população regional, Viscardi aponta ser importante lembrar que o eleitorado não era controlado de maneira automática. Havia objetivos pessoais e busca por benefícios e vantagens que faziam com que a relação coronéis e população regional se mantivesse em curso durante esse período, sem contar as ameaças físicas e verbais. Ver: VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro [recurso eletrônico]*. VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro ALENCAR, José Almino (Orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 112-113.

do regime anterior, o governo de Deodoro chegou ao fim em 1891, com a renúncia do primeiro presidente brasileiro. Sobre a fragilidade do governo de Deodoro, Jacqueline Hermann aponta que, enquanto um movimento pró-república, havia uma coesão entre as partes que derrubaram Pedro II e a monarquia, porém, uma vez alcançado o objetivo, os interesses de cada grupo causavam atritos:

[...] A ação militar da proclamação e a falta de um reconhecimento mais amplo da legitimidade desse grupo político, além das dissensões internas do próprio Exército, tornaram extremamente frágil a adoção de um governo militar para a República brasileira. Se na luta contra a monarquia e todos os seus pressupostos o conjunto dos republicanos parecia unido, depois da proclamação o embate entre diferentes projetos políticos e institucionais opôs de forma definitiva pelo menos dois grandes grupos: militares e civis<sup>32</sup>.

O atrito entre os grupos militares e civis amplia-se até à renúncia de Deodoro, culminando no descumprimento da recente constituição e na vitória política do grupo dos militares, com a posse do então vice-presidente, Floriano Peixoto. O período florianista fortalece a ala política pró-militar, que põe em xeque o federalismo republicano, com o autoritarismo do presidente, desencadeando na Revolta Federalista de 1893 a 1895, e resultando no massacre de mais de 10 mil pessoas, um número bem maior de feridos e a promoção de uma das figuras-chaves da vindoura Guerra de Canudos, o militar Moreira César<sup>33</sup>. Além disso, a ameaça à credibilidade e autoridade da Constituição em razão das discussões levantadas pela ala militar desencadeia na Revolta da Armada em 1893, pondo a então Capital Federal em estado de sítio pela Marinha. Esta ameaça a cidade do Rio de Janeiro de bombardeio caso as eleições presidenciais não fossem convocadas<sup>34</sup>. Com pressões vindas das esferas militares e da oposição política feita pela ala do grupo civil republicano, Floriano cumpre a lei, com as primeiras eleições diretas republicanas no Brasil sendo vencidas pelo paulista Prudente de Moraes.

O governo de Prudente de Moraes, primeiro presidente eleito pelo voto direto e primeiro líder civil do Brasil, é o período de maior relevância para o recorte cronológico deste trabalho, pois foi durante seu mandato que os principais acontecimentos da Guerra de Canudos se desenrolaram. Politicamente, o governo de Prudente de Moraes iniciou-se com um cenário

---

<sup>32</sup> HERMANN, Jacqueline. “Canudos Destruído em nome da República”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. vol. 2, nº. 3, 1996. p. 82.

<sup>33</sup> AXT, Gunter. “A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil”. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 179(477), mai/ago, 2018, p. 107-108.

<sup>34</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 87.

muito complicado para a ala civil da política nacional: o grupo dos militares, durante os governos anteriores, angariou aliados e capital político, e mesmo não tendo a força econômica ao seu lado e tendo perdido nas eleições, ainda possuía significativo poder político para manter ativa sua agenda política viva. Somando-se a isto, alguns eventos durante o governo Prudente de Moraes acabaram por fortalecer o grupo, como o falecimento do ex-presidente Floriano Peixoto em 1895 e, com mais contundência, a morte em combate do coronel Moreira César em 1897<sup>35</sup>. Os jacobinos<sup>36</sup>, nome pelo qual era chamado o grupo de radicais apoiadores dos militares no poder e composto de militares, políticos, intelectuais e oligarcas estaduais, usam destes dois momentos para minar a figura do presidente civil, em especial de Prudente de Moraes, por quem eles tinham grande antipatia entendendo seu governo como permissivo, fraco e com a presença de grupos monarquistas. Essa presença constante fez com que o governo de Prudente de Moraes fosse avaliado como estéril por seu sucessor, Campos Salles, pois além de não possuir a força política necessária para governar plenamente, a ala civil sofria da cisão do Partido Republicano Federal, que ocorrera logo nos primeiros anos da República, mas cujas consequências ficaram mais claras no governo do primeiro presidente civil<sup>37</sup>. Além disso, a disputa política parlamentar estava acirrada entre grupos pró-civis e pró-militares e o governo Prudente de Moraes ainda tinha que resolver os conflitos iniciados no governo anterior, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Ele alcança esse objetivo dentro do seu tempo de mandato, porém com consideráveis custos. A questão da Revolução Federalista foi resolvida fora das medidas que Prudente de Moraes e seu vice, Manoel Vitorino, preferiam: uma solução pacificadora. As negociações pela paz eram prioridades para a dupla governante, mas esta não era uma opção unânime do lado revoltoso, como aponta Gunter Axt:

A pacificação não era consensual entre os revolucionários. Joca e Francisco trabalhavam pela paz. Saldanha da Gama era refratário à proposta da missão Queiroz. Silveira Martins desacreditava dos sinais do Governo Federal quanto à revisão da Constituição de 14 de julho e quanto à deposição de Julio de Castilhos, desejando, portanto, prosseguir com o movimento. Aparício Saraiva e Rafael Cabeda queriam ganhar tempo para reorganizar o Exército Libertador e para continuar a Revolução, mas não pareciam estar dispostos a se opor à decisão da maioria dos chefes<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> VISCARDI. Cláudia Maria Ribeiro. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>38</sup> AXT, Gunter. *Op. cit.*, p. 132.

As dificuldades nas negociações levaram a uma extensão do conflito até o ano de 1895, quando desorganizados e enfraquecidos, os revoltosos tecem um acordo de rendição com as forças federais em troca da paz e anistia dos revoltosos. A nível nacional, a Revolução Federalista representou o esmagamento de ameaças de restauração monárquica e o fortalecimento do modelo presidencialista e federativo de governo. Entretanto, o país ainda passava pelas consequências das políticas econômicas fracassadas dos governos Deodoro e Floriano e, por isso, os custos do conflito apenas prejudicaram mais ainda a recuperação econômica nacional, que, segundo Axt, só voltaria a apresentar algum crescimento no início do século XX<sup>39</sup>.

Já o caso da Revolta da Armada havia sido resolvido em março de 1894, ainda com Floriano Peixoto como presidente da República. Porém, Prudente de Moraes herdou uma consequência diplomática indesejável do conflito: o rompimento das relações entre Brasil e Portugal, devido ao asilo dado pelo almirante português Castilho ao líder da revolta, Saldanha da Gama, e a quase quinhentos revoltosos. O caso em si teve um agravante e levou ao rompimento diplomático, porque Saldanha da Gama e grande parte dos asilados não permaneceram sob asilo português e fugiram das corvetas de Castilho enquanto estavam na região da Bacia do Prata se preparando para ir para Portugal. Saldanha da Gama e seus revoltosos se uniram à Revolução Federalista, reforçando o movimento e estendendo-o<sup>40</sup>. Prudente de Moraes teve que lidar com as consequências diretas desse reforço que os homens de Saldanha da Gama representaram, principalmente na questão ideológica, já que ele era visto como um monarquista radical, o que complicou significativamente as negociações de paz. No ano de 1895, Prudente de Moraes não apenas encerra os conflitos no Sul, mas também negocia a volta das conversas diplomáticas entre Portugal e Brasil, como uma forma de reacender a vinda de crédito externo para o país. Entretanto, tal decisão não agrada os jacobinos por justamente se tratar de Portugal.

Juntamente com o reatamento dos laços diplomáticos com Portugal, as mortes de Floriano Peixoto e Moreira César, também representam momentos em que o comprometimento da esfera civil com a causa republicana é posto à prova por esse grupo radical. Floriano Peixoto, por ser visto como modelo de líder e inspiração para tal grupo e Moreira César pelo caráter “heroico” que lhe é atribuído pelos militaristas. Porém, precisamos

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 133-134.

<sup>40</sup> ALVES, Francisco das Neves Alves. “A ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada”. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 237-241.

adentrar em outros campos antes de nos aprofundarmos neste. Precisamos apresentar o outro palco deste trabalho, o Arraial de Canudos, bem como em seu fundador e líder, Antônio Conselheiro.

## 1.2 Antônio Conselheiro: de homem simples à imagem de salvador do sertão nordestino

Antônio Vicente Mendes Maciel<sup>41</sup> nasceu no dia 13 de março de 1830<sup>42</sup> em Quixeramobim, na província do Ceará. Sua família, “os Maciéis”, teve um histórico de sangrentas contendas com outra família da região, “os Araújo”, o que vitimou integrantes de ambas as partes:

Surgiu de incidente mínimo: pretensos roubos cometidos pelos Maciéis em propriedade de família numerosa, a dos Araújo.

Tudo indicava serem aqueles vítimas de acusação descabida. Eram “homens vigorosos, simpáticos, bem apessoados, verdadeiros e serviçais” gozando em toda a redondeza de reputação invejável.

Araújo da Costa e um seu parente, Silvestre Rodrigues Veras, não viam, porém, com bons olhos, a família pobre que lhes balanceava a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes. Criadores opulentos, senhores de baração e cutelo, vezados a fazer justiça por si mesmos, concertaram em dar exemplar castigo aos delinquentes. E como estes eram bravos até à temeridade, chamaram a postos a guarda pretoriana dos capangas.

Assim apercebidos abalaram na expedição criminosa para Quixeramobim. Mas volveram logo depois, contra a expectativa geral, em derrota. Os Maciéis, reunida

---

<sup>41</sup> As informações biográficas sobre Antônio Conselheiro foram retiradas dos livros *Só Deus é Grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro* de Alexandre H. Otten, *Antônio Conselheiro e Canudos: Revisão Histórica* de Ataliba Nogueira, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, *O Rei dos Jagunços* de Manoel Benício, *Cronologia Resumida da Guerra de Canudos* de Carla Costa, e, as dissertações de mestrado de Ana Paula Martins Corrêa Bovo, *Antônio Conselheiro: Os Vários*, e de Elvia Helena Iser, “*A Lenda Arrepiadora*”. *Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel*. Ver: OTTEN, Alexandre H. *Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. Belo Horizonte: Edições Loyola / São Paulo: Loyola, 1990; NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica / A obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010; BENÍCIO, Manoel. *O Rei dos Jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos* - 2ª. ed, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997; COSTA, Carla. *Cronologia Resumida da Guerra de Canudos*. Museu da República. IBRAM / MinC. Outubro de 2017; BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. *Antônio Conselheiro: Os Vários*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007; ISER, Elvia Helena. “*A Lenda Arrepiadora*”. *Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2008.

<sup>42</sup> Das sete fontes biográficas sobre Antônio Conselheiro, Otten, Bovo, Costa e Iser indicam com documentação que o ano de nascimento é 1830, sendo Iser e Costa mais precisas. Nogueira e Benício apontam que ele teria nascido em 1828, porém sem documentação que a comprove. Euclides não dá datas precisas.

toda a parentela, rapazes desempenados e temeros, haviam-se afrontado com a malta assalariada, repelindo-a vigorosamente, suplantando-a, espavorindo-a. O fato passou em 1833”<sup>43</sup>.

Nesse conflito, a família de Antônio Vicente perdeu o avô, Miguel Maciel. O pai de Conselheiro, Vicente Maciel, segundo Alexandre Otten, não toma parte no conflito, vivendo uma vida afastada da violência da contenda contra “os Araújo” e trabalhando como comerciante e construtor de casas<sup>44</sup>. Segundo Iser<sup>45</sup> e Bovo<sup>46</sup>, Vicente Maciel teve a profissão de vaqueiro/boiadeiro antes de trabalhar como comerciante; era analfabeto, porém, segundo relatos do próprio Conselheiro, seu pai sabia contar. Euclides da Cunha ressalta no Capítulo IV de *Os Sertões* esse caráter de Vicente Maciel:

Nada se sabe ao certo sobre o papel que coube a Vicente Mendes Maciel, pai de Antônio Vicente Mendes Maciel (o Conselheiro), nesta luta deplorável. Os seus contemporâneos pintam-no como 'homem irascível, mas de excelente caráter, meio visionário e desconfiado, mas de tanta capacidade que, sendo analfabeto, negociava largamente em fazendas, trazendo tudo perfeitamente contado e medido de memória, sem mesmo ter escrita para os devedores’.<sup>47</sup>

No que se refere à educação dos filhos, diversos autores relatam que Vicente Maciel pôs Antônio Vicente para estudar português, francês e latim na escola do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, como indicam Otten<sup>48</sup>, Nogueira<sup>49</sup> e Benício<sup>50</sup>. Iser<sup>51</sup> e Bovo<sup>52</sup> complementam afirmando que Antônio Vicente também teve formação básica de matemática, o que pode ser percebido em algumas de suas profissões ao longo da vida, e Otten e Irse especulam que a motivação de Vicente Maciel em prover a Antônio Vicente uma educação básica seria conduzir o filho a uma vida sacerdotal, o que para a realidade em que viviam era

---

<sup>43</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 99-100.

<sup>44</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 142.

<sup>45</sup> ISER, Elvia Helena. Op.cit., p. 22.

<sup>46</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 14-15.

<sup>47</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 103.

<sup>48</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 142.

<sup>49</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 4.

<sup>50</sup> BENÍCIO, Manoel. Op. cit., p. 19.

<sup>51</sup> ISER, Elvia Helena. Op. cit., p. 23.

<sup>52</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 14.



uma das poucas oportunidades de ascensão social. Otten não se aprofunda muito nessa especulação, informando inclusive que João Brígido, codiscípulo e biógrafo de Conselheiro, não dava como certo que essa fosse a intenção de Vicente Maciel. Porém, Iser apresenta mais dados, como o nome de um dos livros que fizeram parte da formação literária do jovem Antônio Vicente, *Os Doze Pares de França*<sup>53</sup>, que reforça esta hipótese devido ao seu conteúdo que é base para a ideia de monarquia por direito divino, ou seja, monarquia validada por vontade do Deus judaico-cristão<sup>54</sup>.

Sobre a mãe de Conselheiro não há muitas informações além do fato de que ela morreu quando ele ainda era muito novo<sup>55</sup>. Seu nome era Maria Joaquina de Jesus. Ela e Vicente Maciel se casaram em 31 de agosto de 1834, porém, devido à frágil saúde que tinha, veio a falecer ou no final de 1834 ou no início de 1835. Perdendo a mãe muito cedo, mais ou menos aos quatro ou cinco anos, Antônio Vicente cresceu temporariamente tendo o pai como figura de autoridade. Sobre essa parte da vida de Antônio Vicente na primeira infância, Otten afirma que em 1837, Vicente Maciel se casa pela segunda vez com Francisca Maria Maciel. Ele também aponta que, baseado em fontes de segunda mão, constantemente Vicente Maciel e Francisca Maria eram relatados pela vizinhança de Quixeramobim brigando e, também, há relatos de maus tratos da parte dela para com os enteados<sup>56</sup>. A veracidade dessa parte é complicada de se afirmar, porém é certo que a madrasta de Antônio Vicente não esteve presente após a morte do seu pai.

Vicente Maciel faleceu no ano de 1855, deixando para o filho todos os bens e dívidas, além da responsabilidade de cuidar das três irmãs. A partir deste ponto até o ano de 1874, os relatos são escassos em todas as fontes, porém, há pontos de convergência: o primeiro deles é a indicação de que Antônio Vicente não tinha tato para lidar com os negócios que herdou do pai, vindo a vendê-los para quitar as dívidas. O segundo ponto é que teria se preocupado em casar todas as três irmãs antes de procurar um casamento para si, vindo a estabelecer

---

<sup>53</sup> “Sua escolaridade incluía as letras, a matemática e também o latim, mostrando que ao exercer determinadas atividades tratava-se de um homem que tinha instrução. A intenção do pai era que ele optasse pelo sacerdócio, pois numa região totalmente desprovida de recursos, a carreira eclesiástica era uma maneira de tornar-se letrado o que lhe traria prestígio numa sociedade de iletrados. A educação religiosa levou Antônio Vicente Mendes Maciel a ler livros religiosos que circulavam no sertão, como *Os Doze Pares de França*, um livro que na opinião de alguns estudiosos, foi essencial na formação de um imaginário coletivo no interior do Brasil”. ISER, Elvia Helena. Op. cit., p. 23.

<sup>54</sup> *História do Imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França*. Lisboa: Typografia de Jozé Marques da Silva, 1864.

<sup>55</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 142.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

matrimônio com uma prima, Brasilina Laurentina de Lima<sup>57</sup>, em 1857, com quem teve dois filhos. Porém, teve um casamento instável supostamente devido a sua baixa escolaridade e má índole, segundo ressalta Iser seguindo a interpretação do historiador Abelardo Montenegro sobre o caso<sup>58</sup>. Informações sobre Brasilina Lima são mais escassas do que as de Antônio Vicente. Porém, esse julgamento de valor quanto a Brasilina, podemos atribuir, possivelmente, ao fato de que a mesma viria a abandonar Antônio Vicente, e talvez também os filhos, por volta do ano 1861.

Algo que é certo também é que Antônio Vicente exerceu diversas profissões durante esse período, nunca se estabelecendo por muito tempo em uma única área. Nogueira afirma que ainda em 1857, ele termina de vender a casa comercial e passa a lecionar<sup>59</sup> português, aritmética e geografia em uma fazenda vizinha. Carla Costa indica que em 1859 ele se muda com a família para Sobral, no Ceará, devido a problemas financeiros e matrimoniais. Na nova cidade, trabalha como caixeiro numa venda local até 1860, quando novamente se muda com a família para Campo Grande, também na mesma província<sup>60</sup>, atuando como escrivão de um juiz de paz, o que condiz com o que Euclides da Cunha apresenta sobre essa fase da vida de Antônio Vicente<sup>61</sup>. Entretanto, nesta parte, as informações se contradizem em algumas fontes. Otten<sup>62</sup> afirma que Antônio Vicente trabalhou como caixeiro em um primeiro momento e depois advogado dos pobres no foro de Campo Grande, informação que bate em partes com o que Nogueira indica da sequência de profissões de Antônio Vicente<sup>63</sup>, sendo que Nogueira traz a informação que ainda deixou de trabalhar como caixeiro porque a casa comercial em que trabalhava foi vendida. É difícil precisar qual delas é a correta. Entretanto, é importante salientar que em ambas as versões Antônio Vicente exerce uma função na qual era requisito uma educação básica completa, reforçando assim todas as fontes que indicam a formação que

---

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> “[...] No ano de 1857, agora com vinte e sete anos de idade, Antônio Vicente Mendes Maciel contraiu matrimônio com uma prima chamada Brasilina Laurentina de Lima, esta, então com 17 anos e que lhe deu dois filhos. Conforme Montenegro (1954), o casamento foi instável e esta instabilidade deveu-se ao fato de que a mulher era analfabeta e sem caráter: [...]”. ISER, Elvia Helena. Op. cit., p. 28.

<sup>59</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 5.

<sup>60</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 1.

<sup>61</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit, p. 103.

<sup>62</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 142-143.

<sup>63</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 5.

teve na infância e contradizendo a construção de um homem iletrado que foi muito usada durante a campanha de Canudos, a qual abordaremos adiante.

Em 1861, é certo que Antônio Vicente e a família se mudam novamente, dessa vez para Ipu, também na província do Ceará, trabalhando como advogado provisionado e onde um importante evento ocorreu em sua vida: “[...] Aqui, sua mulher, que lhe deu dois filhos, foge com um furriel da força pública. Desfeito o lar, sua vida se torna muito inconstante [...]”<sup>64</sup>. Nogueira interpreta a inconstância da vida de Antônio Vicente como uma procura por vingança, uma caça à sua esposa e ao amante, porém que nunca teve êxito:

Daí por diante, muda inteiramente a vida de Antônio Vicente Mendes Maciel. Desde que liquidara a casa comercial, foi ascendendo a profissões mais elevadas, escrivão, solicitador, advogado. Desfeito, porém, o lar de modo tão oprobrioso, sua vida desdobra-se em duas fases. A primeira é a de instabilidade nos serviços a que se dedica e na contínua mudança de residência e de profissão, em numerosos municípios do centro e do sul da província. É até vendedor ambulante. Tais circunstâncias tornam verossímil a suposição de que passou a procurar, por toda parte, a mulher e seu sedutor para vingar-se exemplarmente, tal o ódio aos traidores da sua confiança e maculadores do seu lar. Não há outra explicação para a sua vida andeja. Sua presença é notada em muitos pontos do Ceará. Tudo, porém, em vão. Não os encontrou nunca<sup>65</sup>.

Dessas andanças de Antônio Vicente, quem traz um pouco de informação é Otten, afirmando que durante esse período pós-traição em Ipu, teve um relacionamento com uma mulher em Santa Quitéria<sup>66</sup>, Ceará, de nome Joana Imaginária, com quem teve um filho chamado Joaquim Aprígio. Bovo informa também que os filhos que teve com Brasilina Lima não tiveram um destino muito certo, tendo ou sido deixados com a sogra, ou fugidos com a mãe. A autora também reforça a informação sobre Joana Imaginária:

Sabe-se, entretanto [...] que depois desse desenlace, volta a Tamboril e passa a viver com Joana Imaginária, uma artesã que fazia santos. Com ela tem um filho. Alguns dizem que o misticismo de Joana Imaginária marcou profundamente o espírito de Antônio Vicente, e que data daí o começo de sua transformação. De fato, muitas são as suposições, poucas as certezas. Ao que parece, Antônio fica com essa nova família por curto período, retomando sua vida andeja alguns anos mais tarde. Mas somente após um processo que sofre, em 1871, de um credor – por causa disso é obrigado a vender seus poucos bens – é que realmente ressurge, após um período em que não há notícias confiáveis sobre ele, como um peregrino<sup>67</sup>.

<sup>64</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 142-143.

<sup>65</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 5.

<sup>66</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 143.

<sup>67</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 16.

Como apontado no trecho de Bovo, de fato, notícias sobre Antônio Vicente só voltaram a ser relatadas quase mais de dez anos após os revezes de Ipu, já como um peregrino religioso que, por pequenas cidades do interior, conseguia aglomerar pessoas ao seu redor e realizava obras de restauração em capelas, porém ainda não conhecido pela alcunha de Antônio Conselheiro, mas como “Antônio dos Mares”, apelido cunhado pelo jornal *Rabudo* publicado em Estância, Sergipe, em 1874<sup>68</sup>. Este ponto da vida de Antônio Vicente é marcado por um grande mistério, pois há de fato uma falta de informação considerável sobre os anos que antecederam esse início de vida peregrina e as inconstantes mudanças após a traição da esposa, como podemos ver até então, momentos pontuais da vida dele tendo mais informações, e mesmo algumas dessas com informações não muito precisas, como quanto aos relacionamentos com Brasilina Lima e Joana Imaginária. Nogueira, sobre essa fase da vida de Antônio Vicente, afirma que:

Principia agora a segunda fase após aquele doloroso transe. Igual atividade desempenha em outros povoados. Comprovada a sua competência, passa a construir cemitérios, capelas e igrejas, com grande êxito. Euclides diz que suas igrejas são 'sempre elegantes'. É o adjetivo elogioso que emprega mais de uma vez. Com relação à do Bom Jesus, diz 'belíssima igreja que lá está'.

Euclides acrescenta que ele também construía açudes.

Mister assim contínuo e em contato com o povo religioso, a pouco e pouco vai influenciando em seu ânimo, até fazê-lo voltar à fé primitiva, a de sua formação espiritual. Ao reabraçar o cristianismo, é exigência o perdão aos que lhe haviam feito tanto mal. Perdoa-os e esquece para sempre o passado.

Lentamente se vai engrossando o número dos que o auxiliam na construção de cemitérios e igrejas. Acompanham-no de arraial a arraial e de povoação a povoação. Imbui-se de tal forma da nova concepção de vida, que executa aquela engenharia com alto espírito religioso. Sua aparência exemplar é de penitente, notada por todos que o têm na maior consideração. Não alimenta afeições humanas incompatíveis com a sua vida de peregrino, mas é estimado por quantos lêem a sinceridade em todos os seus atos.

Por tal forma a sua personalidade desperta a atenção geral que, confiantes, muitas pessoas lhe fazem confidências. Dele se aproximam para pedir-lhe conselho e as suas palavras lhes servem de lenitivo<sup>69</sup>.

O ano de 1874 é um ponto de virada essencial para Antônio Vicente. Ele passa a ser uma figura pública, que cumpre um papel religioso e social no interior da região de sua província e das províncias vizinhas, o que lhe garante visibilidade e apreço entre seus conterrâneos. Otten aponta para o fato de que não demorou muito para que Antônio Vicente

<sup>68</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 144-145.

<sup>69</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 6.

tivesse um séquito de seguidores permanentes<sup>70</sup>, geralmente formado por três mulheres e um ou dois homens, que o acompanhavam por onde quer que fosse<sup>71</sup>. Suas atividades se resumiam em duas esferas: atividades religiosas e atividades assistenciais. Quanto às atividades religiosas, concentrava-se apenas na pregação da sua visão religiosa do cristianismo. Nogueira ressalta:

Antônio Maciel também reza com o povo e faz-lhe prédicas. Mas as orações têm a sua hora e as prédicas o seu dia. Trabalho, todos os dias. Não faz milagres nem os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro. Não lhe chamam Bom Jesus. Não se inculca enviado de Deus. Não é profeta. Apenas prega a doutrina dos evangelhos e a da tradição da igreja católica romana. É pregador leigo como muitos outros da história da Igreja e como hoje é até recomendado pela Igreja<sup>72</sup>.

Euclides da Cunha apresenta os livros que serviram de base para a construção da visão religiosa de Antônio Vicente<sup>73</sup>: *Missão Abreviada*, do padre português Manuel José Gonçalves Couto, no qual o autor indica ter escrito o livro para ajudar os seus leitores a terem uma base catequética contra o protestantismo<sup>74</sup>; e *Horas Marianas*, organizado pelo papa São Zacarias em 752, como complemento à devoção mariana cristã<sup>75</sup>. Euclides da Cunha tece uma dura tipificação de Conselheiro como um homem mentalmente doente, que ganha projeção pois o meio em que vive é igualmente doente como o homem e apesar do mesmo demonstrar ter alguma formação educacional básica, era culturalmente pobre, tendo conseguido a quantidade de seguidores a sua volta por externalizar o que todos na sua região pensavam e acreditavam, mas não tinham a força ou a coragem de expressar<sup>76</sup>. A representação euclidiana de Conselheiro se fecha em uma figura negativa, ao mesmo tempo enigmática e interessante. Vale

<sup>70</sup> Sobre a situação desses primeiros seguidores, Cunha diz que : “[...] Ia-lhe crescendo o prestígio. Já não seguia só. Encalçavam-no na rota desnordeada os primeiros fiéis. Não os chamara. Chegavam-lhe espontâneos, felizes por atravessarem com ele os mesmos dias de provações e misérias. Eram, no geral, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada à mandria e à rapina”. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 106.

<sup>71</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 145-146.

<sup>72</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 8.

<sup>73</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 105.

<sup>74</sup> COUTO, Manuel José Gonçalves. *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das missões*. Porto: Typ. Sebastião José Pereira, 1868. p. 5-6.

<sup>75</sup> Sobre esta questão da base ideológica das prédicas de Conselheiro, Nogueira aponta que o *Horas Marianas* apenas compunha a parte devocional, sendo o *Missão Abreviada* o que poderia nos fornecer mais informações sobre como Conselheiro interpretava o catolicismo. NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 29.

<sup>76</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 96-116.

ressaltar que, Euclides da Cunha, contemporâneo dos eventos da Guerra de Canudos, e imerso na construção da sociedade republicana no Brasil, tinha nítida influência de diversas ideias filosóficas e científicas da sua época, como o conceito de eugenia<sup>77</sup>, muito presente no texto de *Os Sertões*. Ainda assim, a representação euclidiana não deve ser descartada, pois o mesmo apresenta os eventos com um olhar crítico importante. Sobre esta visão euclidiana acerca de Conselheiro, Roberto Ventura aponta ser evidente que Cunha projetou em Canudos e Conselheiro muitas das suas obsessões pessoais, o que pode ser visto principalmente na forma como o jornalista escreve sobre Conselheiro: sempre com muita crítica e desqualificação segundo preceitos higienistas do período<sup>78</sup>.

Ainda sobre as atividades da esfera religiosa, Bovo complementa dizendo que:

[...] Levava uma vida ascética, vivia do que lhe ofereciam, pregava ao povo e tomava para si a tarefa de (re)construir cemitérios e igrejas. Formava também mutirões para erguer barragens. Hoje sabe-se não haver nada de herético nas pregações do missionário, o qual era proveniente de uma população cujo catolicismo era em boa dose autodidata, já que os quadros da igreja eram sabidamente insuficientes para zelar pela população mais afastada dos grandes centros. No sertão era comum esse tipo de andarilho. Segundo Maestri (1997), era uma forma de ‘ascensão social’, pois estes indivíduos eram respeitados e cumpriam um papel para aquelas pessoas carentes de tudo. Papel esse que não se confundia com o dos padres. O Conselheiro até que era bem quisto por alguns párocos da região, mas devido às determinações do alto clero da igreja, proibindo pregações de leigos e até do clero secular, o apoio dos padres foi rareando cada vez mais<sup>79</sup>.

A parte pregadora de Antônio Vicente fazia com que ele fosse também muito procurado por populares e pessoas influentes da região para aconselhamentos, religiosos ou não, o que lhe rendeu a alcunha de Conselheiro, já presente em algumas notícias jornalísticas

---

<sup>77</sup> A eugenia consistia em um conceito que defendia a seleção entre os seres humanos a partir de características privilegiadas com o objetivo de melhorar o futuro da espécie humana. Vanderlei Sebastião de Souza afirma que esse movimento, no Brasil, assumiu uma abordagem um pouco diferente do que podemos ver em outros países: “Ao contrário do modelo de eugenia desenvolvido sobretudo nos Estados Unidos e na Alemanha, onde o racismo científico grassou fortemente, a eugenia brasileira se caracterizou por um discurso mais ‘suave’, informado por concepções neolamarckistas e pela crença na herança dos caracteres adquiridos (STEPAN, 2004, 2005). Embora medidas mais radicais, ligadas à ‘eugenia negativa’, tenham feito parte do ideário defendido por alguns dos integrantes do movimento eugênico, a preocupação da maioria dos eugenistas consistia em regenerar a população a partir de reformas no ambiente social, fosse pelo saneamento das áreas urbanas e rurais, combatendo às principais doenças que assolavam o país, ou pela ampliação do cuidado materno-infantil e difusão da educação higiênica e sexual”. VER: SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura; COELHO, Mônica Costa S.; HANNESCH, Ozana; CARVALHO, Cláudia Rodrigues. “Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 16, nº 3, 2009, p. 766.

<sup>78</sup> VENTURA, Roberto. “Canudos como Cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997, V. 40 nº1. p. 166.

<sup>79</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 18.

da região, segundo Benício, a partir de 1876<sup>80</sup>. Porém, como está no trecho de Bovo, esta atividade pregadora de Conselheiro é também alvo de atrito com o alto clero da Igreja. A motivação está ligada diretamente aos embates relacionados à “Questão Religiosa”, já brevemente apresentados neste capítulo e nos quais nos aprofundaremos mais no terceiro capítulo. Porém, apenas para não deixar a questão em aberto: a proibição da pregação por parte de leigos e do clero secular fazia parte da reforma ultramontana que o alto clero brasileiro buscava implementar no país, como uma forma de diminuir o poder e a influência de todos os membros não oficiais da Igreja dentro da instituição<sup>81</sup>. Dessa maneira, as ações individuais de Conselheiro, e que não estão propositalmente em consonância com as divergências entre Regalismo e Ultramontanismo que aconteciam no cenário nacional, acabam por interferir, regionalmente, nos esforços do movimento ultramontano do alto clero católico.

A resposta dada então às pregações de Conselheiro foi a proibição em espaços sacros, igrejas e capelas, mas nem todos os párocos cumpriam com esta ordem<sup>82</sup>, pois a cada pregação, Conselheiro conseguia aglomerar a sua volta mais pessoas, o que fazia com que muitos padres ficassem receosos de se oporem a ele<sup>83</sup>. Sua mensagem religiosa, em boa parte, era direcionada ao comportamento diário das pessoas e à questão das posses pessoais, pregando uma vida de abnegação e simplicidade. É possível perceber certa empatia nas suas ações, ao agregar os problemas cotidianos da população que tinha contato nas mensagens apocalípticas de suas prédicas, porém, sempre com promessas de salvação através de atos de mortificação e penitência. Sobre isso, Otten diz que:

A vida que Antônio vive, rigorosa, ele prega. O penitente se retirou do mundo. Ele peregrina para um outro. Para espectadores como o Barão de Jeremoabo aparece a vida como ‘perenal missão’. A observação acerta: cessa a vida normal e a preocupação com outro mundo ocupa o lugar central. Neste contexto cabem notícias de que Antônio pregava o fim do mundo. Além de ser um tema principal, Antônio não seria o primeiro a pregar o fim do mundo. O sertão vivia cheio de profecias de missionários ou leigos que anunciaram o iminente juízo final. O sertanejo, virtualmente, convive com o fim deste mundo: nos surtos de secas, nas epidemias e na injustiça social. Como nesta terra não há muita esperança, ele vive nela os últimos dias. O outro mundo é a promessa, e este se alcança por jejum e penitência. Assim a

---

<sup>80</sup> BENÍCIO, Manoel. Op. cit., p. 23.

<sup>81</sup> SERBIN, Kenneth. P. *Padres, Celibato, e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 79.

<sup>82</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 19.

<sup>83</sup> BENÍCIO, Manoel. Op. cit., p. 23.

pregação do peregrino sobre o fim do mundo, jejum e penitência vem sob medida, e incita a muitos a seguirem o exemplo e a pregação do penitente [...] <sup>84</sup>.

Ainda sobre esse modo de vida, Manoel Benício complementa descrevendo que:

[...] Não comia carne, consistindo o seu alimento em cereais. Não dormia em cama ou rede, preferindo uma mesa, um banco ou o próprio chão sem travesseiro, nem coberta.

Se alguém lhe dava, por exemplo, uma esmola de quatro mil réis, tirava mil réis, entregava o resto, dizendo:

- É muito, não preciso de mais <sup>85</sup>.

Dessa maneira, podemos observar que a combinação do modo de vida simples, que se assemelhava a muitas das pessoas que compunham seu público ouvinte e alinhado às situações sociais e históricas do interior nordestino, cuja população sofre com o descaso das autoridades e as complicações que o clima da região traz, construíram uma figura extremamente representável para esse povo a quem ele se dirigia. A afinidade religiosa é obviamente um fator importante para essa aproximação, mas, sem essas características que Conselheiro incorporava, ele dificilmente se diferenciaria de outros pregadores leigos que passaram na região. As ações de Conselheiro eram impactantes, em parte, porque elas não apenas estavam na esfera religiosa, como já falamos, mas também na esfera da assistência à população, e isso chama a atenção e incomoda os poderes locais, como o Barão de Jeremoabo, citado por Otten.

Estas atividades assistencialistas de Conselheiro podem ser interpretadas de maneiras diversas. As mais claras são as ações de restauração de locais sacros, principalmente de igrejas e cemitérios. Nogueira traz trechos de declarações de Euclides da Cunha que dão destaque à qualidade do trabalho que Conselheiro fazia e acrescenta que o religioso ficou bastante conhecido em razão destas obras espontâneas de caridade por onde passava. A captação de recursos, capital e mão-de-obra para realizar essas obras era feita, como aponta Otten, também por meio das suas pregações:

Empregava todos os meios ao seu alcance para erguer os templos, influenciando pessoas para obter os recursos financeiros e os materiais. Reunia ao seu redor operários, fundidores, carpinteiros, mestres de obra, não se envergonha de pedir esmolas a pobres e ricos sem distinção. Há nele, como construtor, a mesma persistência que demonstrava como pregador. Que ele imita os missionários nas suas missões não explica a individualidade de Antônio. Há nele algo mais, que transparece na quantidade das suas construções [...] <sup>86</sup>.

<sup>84</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 148.

<sup>85</sup> BENÍCIO, Manoel. Op. cit., p. 25.

<sup>86</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 151.



Não há um número exato de quantos cemitérios e igrejas Conselheiro reformou ou construiu. Algumas de suas obras se destacam por terem sido feitas em localidades com considerável densidade demográfica, o que fazia com que as suas ações para a finalização do trabalho se espalhassem através da população local, como foi o caso da construção do seu primeiro arraial, o de Bom Jesus, que se inicia com a edificação da igreja em 1886, concluindo-a em 1892. Sobre o objetivo de priorizar a construção de igrejas e cemitérios, Otten entende que, considerando-se o fato de muitas prédicas de Conselheiro se pautarem em questões escatológicas, o objetivo do peregrino era erguer a quantidade máxima de templos que pudesse para que as pessoas que ele via desamparadas pudessem ter um local para serem salvas seguindo suas crenças religiosas<sup>87</sup>. No mais, não há muita exatidão do porquê Conselheiro dava tanta prioridade assim a este tipo de atividade. Observando os historiadores e pesquisadores que trabalham e que abordam este tema, além das próprias prédicas de Conselheiro reproduzidas no livro de Nogueira, entendo que não apenas havia uma preocupação com um local de salvação pelo iminente fim dos tempos (esta era uma preocupação bem recorrente nas falas de Conselheiro), mas também a preocupação de se ter locais de acolhimento. Lendo o que Conselheiro prega sobre a Igreja Católica e a fé cristã, vemos o quanto ele apreciava os meios sacros e como via estes locais como uma garantia de conforto a quem precisava.

Outra atividade de assistência à população feita por Conselheiro era a de recolher esmolas e distribuí-las para os pobres de onde estava passando. Otten aponta que Conselheiro tinha esta atividade como meio de sustento, porém, reservava para si apenas uma parte mínima do que recolhia, destinando grande parte da quantia para aqueles que ele soubesse ou que lhe contassem que estivessem passando por dificuldades. Se Conselheiro tivesse conhecimento que determinado indivíduo pudesse contribuir com maiores quantias sem se prejudicar, tentava convencer a pessoa a aumentar a quantia da doação, conseguindo êxito em muitas tentativas<sup>88</sup>. Ideologicamente, Nogueira apresenta a questão da esmola para Conselheiro como algo fundamental, presente inclusive na prédica do religioso sobre o 7º mandamento judaico-cristão, qual seja, “Não furtar”. Enquanto explica sobre a gravidade do ato de furtar para as pessoas vítimas do furto, e para a pessoa que pratica o ato, Conselheiro ressalta que a caridade de se dar esmola a quem necessita é digna de santidade:

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 150-152.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 152.

[...] Para maior luz e inteligência deste sétimo mandamento, vejam o que diz o santo Agostinho: que se não perdoa o pecado sem se restituir o furto. Antes deveis pedir (no caso de achar-vos sem meios de subsistência para vós e a vossa família), do que tirar a mínima cousa do próximo. Nosso Senhor Jesus Cristo diz no Evangelho: Dá a todos o que te pedir (Luc., cap. 6, v. 30). E nesta doutrina nos está ensinando que não devemos excluir a pessoa alguma para deixarmos de a socorrer. Porque todo o próximo tem direito natural de pedir e ser remediado. Tomem o exemplo de São Luís rei da França que, quando distribuía as esmolas com os pobres, não fazia exceção de pessoas, até os infiéis socorria; e por essa causa muitos se converteram a nossa santa fé: por verem a grande caridade com que um rei cristão procedia para com eles. [...] <sup>89</sup>.

A questão da esmola, para Conselheiro, era crucial. Era um meio de conseguir não apenas pôr em prática o modo de vida e a religiosidade que ele tinha elaborado e adotado para si, mas de demonstrá-los e ensiná-los a outros. Era um método de conversão, ou contínua catequização, que o Conselheiro empregava por onde passava. Estas ações de esmolar se tornam um poderoso atrativo para novos seguidores, principalmente após a abolição da escravatura que, tendo gerado uma população livre numerosa, mas sem nenhum auxílio governamental, terá em Conselheiro uma fonte de auxílio, motivada por convicções religiosas fervorosas, o que o Estado não faz por questões políticas e econômicas<sup>90</sup>.

No fim, todas as atividades de Conselheiro, mesmo as assistenciais convergiam para o fortalecimento de suas convicções religiosas. O Antônio Vicente que apareceu em Sergipe em 1874 já não é mais o mesmo que desapareceu no interior cearense cerca de dez anos antes. E a fama dele atrai, como vimos, a atenção do poder clerical e do poder regional. Indivíduos influentes e autoridades se incomodam cada vez mais com a presença de Conselheiro e sua capacidade de aglomerar pessoas a sua volta para lhe ouvir. O já citado Barão de Jeremoabo talvez seja o mais recorrente dos oligarcas locais a se incomodar com Conselheiro, sendo citado em inúmeras fontes como um dos poderosos que criaram inimizades com o religioso. Este incômodo por parte daqueles que detinham os poderes econômicos e políticos da região tem interpretações diferentes.

Para Cunha, o incômodo vinha do impacto na economia local que Conselheiro causava com sua defesa da abnegação material em um primeiro momento e, depois que foram formados os arraiais de Bom Jesus e Canudos, com a concentração e a convergência de renda que a aglomeração de pessoas causava para os negócios de oligarcas e autoridades<sup>91</sup>. Esta visão de

---

<sup>89</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 132.

<sup>90</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 153-154.

<sup>91</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 116-117.

impacto econômico é reforçada por Nogueira<sup>92</sup>, Otten<sup>93</sup>, e Bovo<sup>94</sup>, que acrescentam que não apenas nos negócios que as ideias e ações de Conselheiro começaram a se apresentar com um empecilho, mas também na questão política: a atitude insubmissa de Conselheiro de não interromper as atividades religiosas e de assistência à população eram vistas como afrontas às autoridades estabelecidas. Neste quesito, Benício<sup>95</sup> aponta que o clero se incomodava mais do que os ricos e poderosos da região. Porém, Nogueira, Otten e Bovo trazem dados que comprovam que a autoridade secular também se incomodava com as atitudes do Conselheiro. Nogueira aponta para o fato da missão capuchinha enviada em 1895 para Canudos acontecer logo após uma reunião do então governador da Bahia, Joaquim Manuel Rodrigues Lima com o arcebispo metropolitano, e ressalta que parte dos objetivos da missão religiosa era convencer com que o povo conselheirista voltasse à ordem pública<sup>96</sup>. Otten, ressalta que Cícero Martins Dantas, o Barão de Jeremoabo, já fazia críticas ao movimento conselheirista desde a década de 1870, quando Antônio Vicente era chamado de Antônio dos Mares, e o mesmo foi um dos principais chefes locais a mobilizar a opinião pública contra Conselheiro e Canudos durante a guerra<sup>97</sup>. Já Bovo, aponta que a mensagem religiosa de Conselheiro representava um problema para as “[...] autoridades eclesiásticas, civis e senhores de terra, seja por suas divergências em relação ao novo governo, seja por pregar contra injustiças sociais. [...]”<sup>98</sup> Segundo Bovo, é importante lembrar que não fica claro se o Conselheiro em si tinha pretensões subversivas à ordem vigente, porém suas ações sociais por si já abalavam os poderes locais.

Iser ressalta que esta crescente notoriedade de Conselheiro leva à criação de informações fictícias sobre o mesmo, construindo-se um imaginário sobre o passado do religioso. Uma destas lendas, objeto chave do trabalho de Iser, é responsável pela prisão de Conselheiro em 1876, em Itapicuru (Bahia)<sup>99</sup>. Segundo o que é relatado, espalhou-se um boato de que Antônio Conselheiro escolhera levar a vida de peregrino devido a um crime cometido

---

<sup>92</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 7-8.

<sup>93</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 145-148.

<sup>94</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 20.

<sup>95</sup> BENÍCIO, Manoel. Op. cit., p. 22-23.

<sup>96</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 13 - 15.

<sup>97</sup> OTTEN, Alexandre H. Op.cit., p. 144 - 145.

<sup>98</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 19.

<sup>99</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 3.

em seu passado. Em cima deste boato, surgiu uma informação, que depois descobriu-se falsa, de que ele havia matado a própria mãe. Cunha deduz que as pessoas começaram a fantasiar sobre o passado de Conselheiro, porque não conseguiam conviver com a ideia de uma pessoa chamar tanta atenção e não se saber nada sobre ela<sup>100</sup>. O fato é que este boato chama a atenção das autoridades, que querendo fazer justiça ou encontrando nisto uma oportunidade de se livrar do religioso, emitem um mandado de prisão. É interessante frisar que, seja para fazer justiça ou para se livrar de Conselheiro, a prisão do religioso era muito conveniente para as autoridades locais, pois não apenas tirava a pessoa da região, mas também atingia sua imagem como um criminoso. Podemos ver aqui já uma tentativa de desumanizar Conselheiro, o que viria a alcançar grandes patamares durante a Guerra de Canudos.

Antônio Conselheiro não apresenta resistência, se entregando para ser preso por volta dos meses de maio ou junho de 1876<sup>101</sup>. Porém, profetiza uma data específica para sua volta aos seus seguidores, o que de fato acabou ocorrendo. De Itapicuru, Conselheiro foi levado a Salvador e de lá transferido para Fortaleza<sup>102</sup>, para ser encaminhado para Quixeramobim, pois o suposto crime teria sido cometido na então província do Ceará. Em sua cidade natal é comprovada sua inocência e ele retorna a Itapicuru ainda em 1876, no dia que havia falado que voltaria.

Seus seguidores interpretam a “volta profetizada” como um milagre<sup>103</sup>, apesar de Conselheiro nunca ter admitido ser dotado de capacidades sobrenaturais, como já apontamos em trechos e falas de Nogueira sobre o assunto. Fato importante é que esta volta o impulsiona socialmente de uma maneira que sua fama e prestígio crescem por toda a região e regiões vizinhas:

De 1877 a 1887 erra por aqueles sertões, em todos os sentidos, chegando mesmo até o litoral, em Vila do Conde (1887).  
Em toda esta área não há, talvez, uma cidade ou povoado onde não tenha aparecido. Alagoinhas, Inhambupe, Bom Conselho, Jeremoabo, Cumbe, Mucambo, Maçacará, Pombal, Monte Santo, Tucano e outros viram-no chegar, acompanhado da farândola de fiéis. Em quase todas deixava um traço da passagem: aqui um cemitério arruinado, de muros reconstruídos; além uma igreja renovada; adiante uma capela que se erguia,

<sup>100</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 107.

<sup>101</sup> OTTEN, Alexandre H. Op.cit., p. 148.

<sup>102</sup> Bovo ressalta que na carta de extradição de prisioneiro de Conselheiro são incluídos comentários sobre a “má influência” que ele exercia sobre a população pobre e “ignorante” do interior da Bahia, além de relatos de desacato contra um vigário local, e, que durante o percurso até Quixeramobim, Conselheiro foi muito hostilizado. Estes comentários e as ações hostis fortalecem a ideia de que Conselheiro era um incômodo para além da esfera religiosa. BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 20.

<sup>103</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 108.

elegante sempre. A sua entrada nos povoados, seguido pela multidão contrita, em silêncio, alevantando imagens, cruzeiros e bandeiras do Divino, era solene e impressionadora. Paralisavam-se as ocupações normais. Ermavam-se as oficinas e as culturas. A população convergia para a vila onde, em compensação, avultava o movimento das feiras; e durante alguns dias, eclipsando as autoridades locais, o penitente errante e humilde monopolizava o mando, fazia-se autoridade única. Erguiam-se na praça, revestidas de folhagens, as latadas, onde à tarde entoavam, os devotos, terços e ladainhas; e quando era grande a concorrência, improvisava-se um palanque ao lado do barracão da feira, no centro do largo, para que a palavra do profeta pudesse irradiar para todos os pontos e edificar todos os crentes<sup>104</sup>.

A fama de Conselheiro se torna impossível de ser ignorada. Seu séquito de seguidores se torna muito numeroso e a área que consegue abranger em suas peregrinações se torna muito maior depois de sua volta da prisão, pois agora contava com a colaboração de um número muito maior de seguidores dispostos a lhe prestar auxílio nas suas obras de esmolação e construção. Na década de 1880, Conselheiro escolhe seu primeiro local de repouso entre peregrinações: a Fazenda Dendê de Cima, freguesia de Itapicuru, cidade da volta profetizada e carregada de significado para Conselheiro e seus seguidores. Porém, mesmo sendo seu local de repouso temporário, as pessoas não deixam de segui-lo, e o que era apenas uma fazenda acaba por se tornar um povoado<sup>105</sup>, o primeiro arraial fundado por Conselheiro: o Arraial de Bom Jesus<sup>106</sup>. Não se sabe ao certo quando foi iniciada a edificação da igreja do Arraial de Bom Jesus, mas Otten indica haver documentos de delegados locais denunciando a construção em 1886<sup>107</sup>.

Entretanto, nesta mesma década, em 1882, Conselheiro já havia conseguido outro feito: em razão do acirramento das relações entre Igreja e Estado na década de 1870, período da “Questão Religiosa”, na década de 1880 o Arcebispado da Bahia decidiu agir para coibir o crescimento da influência de Conselheiro, ordenando que todos os párocos o proibissem de continuar pregando nos espaços sacros e que tentassem evitar a continuidade de suas ações com a população. Havia sacerdotes que não se incomodavam com a presença de Conselheiro, sendo provavelmente o maior defensor dele o vigário de Itapicuru, Cônego Agripino da Silva Borges. Entretanto, alguns outros viam em Conselheiro um alvo importante a ser vencido para que a reforma ultramontana prevalecesse no Brasil. O principal exemplo disso é o padre Júlio

---

<sup>104</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 108-109.

<sup>105</sup> Um dado interessante sobre este momento é que Conselheiro não apenas acolhe seus seguidores em seu local de repouso, mas também apadrinha um total de 92 crianças, formando assim um laço familiar com grande parte das pessoas que o seguiam. OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 156.

<sup>106</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 155.

<sup>107</sup> Ibidem.

Fiorentini, que mesmo antes da década de 1880 já tinha um relacionamento ruim com Conselheiro e seus seguidores, e que com a atenção do Arcebispo da Bahia, Dom Luiz, voltada para a questão, ganha um importante aliado para se opor a Conselheiro. Padre Júlio Fiorentini era ultramontano ferrenho e dedicado à implementação da reforma na região do interior baiano. O movimento de Conselheiro era problemático para seus planos e do restante do clero reformador e, por isso, com o auxílio de Dom Luiz, ainda na década de 1880, os reformadores conseguem a excomunhão de Antônio Conselheiro, que acaba causando o efeito contrário do desejado. Acreditando que a população deixaria de seguir Conselheiro se este fosse expulso da fé católica, padre Júlio Fiorentini teve que lidar com a reação contrária, com o aumento do fluxo de pessoas para o Arraial de Bom Jesus e a antipatia para com o sacerdote que atacava o peregrino religioso<sup>108</sup>.

Em 1887, o arcebispo Dom Luiz tentou por outros meios lidar com a questão de Conselheiro, pedindo em carta ao presidente da província para que tomasse providências sobre o caso. Como não havia nenhum crime ou prática criminosa ligada a Conselheiro ou aos seus seguidores, o que o presidente fez foi solicitar ao ministro do Império (Nogueira não o identifica por nome) a internação do religioso, o que foi negado por “falta de vagas” no Rio de Janeiro<sup>109</sup>.

Algo muito interessante de se notar é que, até este ponto, não há qualquer ação violenta contra Conselheiro por parte dos poderes locais e legais, e nem de Conselheiro e seus seguidores contra as autoridades e poderes locais. Todos os atritos, quando ocorriam, aconteciam dentro de meios legais. A mudança no trato com a questão Conselheiro, o ponto de atrito, vem após a instauração da República. A queda do modelo de governo que Conselheiro via como o ideal o levou a formular prédicas e discursos contra o novo regime, com base em suas concepções religiosas e, por sua vez, o novo regime olhará para os conselheiristas em um momento muito mais tenso política e socialmente. A união destes fatores leva às discordâncias e à repressão policial. Esta foi respondida com resistência armada e com a fundação de um novo arraial, em um local mais defensável e de difícil acesso: o Arraial de Canudos, em 1893<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 156-160.

<sup>109</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 9.

<sup>110</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 8-11.

### 1.3 Canudos x República: a comunidade religiosa e as disputas políticas nacionais

A República, como vimos, foi um projeto de governo pensado, executado e edificado por grupos de elite, os quais, cada um com sua agenda própria, convergiam para a conclusão de que o sistema monárquico precisava ser encerrado em prol dos seus próprios objetivos. Porém, alcançado o objetivo, os grupos protagonistas da implementação do republicanismo no país disputaram espaço político, tendo os militares do exército um maior espaço no início do regime, com dois presidentes vindos de seus grupos, Deodoro e Floriano, e, por fim, os civis ascendendo ao poder pelo voto direto com Prudente de Moraes. A disputa pelo poder político no país levava a um difícil cenário de ingovernabilidade: por mais que, a partir de 1894, Prudente de Moraes fosse o presidente, a ala jacobina mantinha forte influência política, convocando o governo a pôr em prática sua agenda política. Isto, como já vimos, ocorria nas esferas política nacional e regional, com apoiadores de ambos os lados presentes tanto no Rio de Janeiro, quanto nos outros estados federados. As disputas políticas acabavam por agravar os problemas endêmicos e herdados do regime monárquico e colaboraram para o surgimento de movimentos de resistência por parte daqueles que não aceitavam as mudanças que estavam sendo impostas à população como um todo.

Conselheiro, como vimos, vinha desde 1874 praticando uma vida religiosa e assistencial pelas regiões interioranas da atual região Nordeste do Brasil. O contato com a fome, a miséria e o desamparo do poder público não eram para ele algo novo, pelo contrário, o mesmo nasceu e cresceu em uma região marcada por estas características, Quixeramobim, no Ceará. Mas, então, por que especificamente após a queda da monarquia e a instauração da República é que Conselheiro passa a criticar o poder instituído? Pelo que escreve Euclides da Cunha em *Os Sertões*, a primeira vez que Conselheiro foi relatado falando abertamente contra a República data do ano de 1893 em Bom Conselho, na Bahia<sup>111</sup>. Na ocasião, Cunha descreve que Conselheiro se enfureceu com as novas tabelas de impostos a serem cobrados, com a diferença de que cada município teria a independência de definir quais seriam os valores cobrados, seguindo os princípios federalistas republicanos. A reação de Conselheiro teria sido reunir seus seguidores e convocar um auto de fé, no qual incentivou a população que o seguiu a queimar em uma fogueira as tábuas onde estavam fixados os novos valores de impostos.

---

<sup>111</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 115.

Feito o ato de revolta, Conselheiro saiu de Bom Conselho em direção ao seu Arraial do Bom Jesus.

No caminho para Bom Jesus, perto de Massaté (Bahia), Conselheiro e o seu grupo de seguidores foram interceptados por uma força policial que partira de Salvador com ordens de prender Conselheiro e seus seguidores pelo ato de revolta que cometeram em Bom Conselho. Este, pelo que podemos analisar em outras fontes bibliográficas<sup>112</sup>, teria sido o primeiro confronto em que seus seguidores se envolveram contra forças policiais. O conflito é descrito como rápido e teria desencadeado uma perseguição, mas os policiais não puderam acompanhá-los devido ao maior conhecimento da geografia local por parte de Conselheiro e dos seus<sup>113</sup>. Destacamos nesta ocorrência a reação que o religioso tem ao chegar em Bom Jesus: com medo de que as autoridades continuassem a tentar prendê-lo e preocupado que seus seguidores fossem vítimas da repressão policial, Conselheiro decide mudar todo o seu séquito do Arraial de Bom Jesus para uma região mais afastada e difícil de chegar, mas na qual eles ainda pudessem viver seguindo o estilo de vida que o religioso pregava<sup>114</sup>. O local escolhido foi uma velha fazenda chamada Canudos, na região de Vaza-Barris, localidade próxima de Monte Santo (Bahia). Ainda em 1893, Conselheiro e seus seguidores se mudaram para lá, começando em volta das construções envelhecidas do local a criação do Arraial de Canudos<sup>115</sup>.

Jacqueline Hermann ressalta que, apesar de inúmeros relatos da época contarem sobre esse confronto nas proximidades de Massaté, não há fontes suficientes que comprovem que de fato ocorrera o embate e também não estão suficientemente comprovadas as causas que levaram a este suposto confronto<sup>116</sup>. O que se pode afirmar é que, por questões de segurança pessoal e de seus seguidores, Conselheiro decidiu sair do Arraial de Bom Jesus e seguir para uma região mais afastada. Isto pode ser afirmado através dos relatos de uma missão

---

<sup>112</sup> Nogueira aponta que a força policial que perseguiu os conselheiristas de Massaté até Serrinha teria sido formada por 80 policiais. NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 26-27.

<sup>113</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 105-106.

<sup>114</sup> BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 21.

<sup>115</sup> Sobre a chegada de Conselheiro na fazenda de Canudos, Euclides da Cunha diz que: “Assim, antes da vinda do Conselheiro, já o lugarejo obscuro — e o seu nome claramente se explica — tinha, como a maioria dos que jazem desconhecidos pelos nossos sertões, muitos germes da desordem e do crime. Estava, porém, em plena decadência quando lá chegou aquele em 1893: tijupares em abandono; vazios os pousos; e, no alto de um esporão da Favela, destelhada, reduzida às paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas... Data daquele ano a sua revivescência e crescimento rápido. O aldeamento efêmero dos matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmutar-se, ampliando-se, em pouco tempo, na Tróia de taipa dos jagunços.” CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 117.

<sup>116</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 86.



capuchinha a Canudos em 1895, enviada pelo arcebispo da Bahia dom Luiz, com o intuito de tentar convencer Conselheiro a desfazer a comunidade e parar de pregar contra o regime republicano<sup>117</sup>. Podemos ver nesse movimento talvez uma tentativa da Igreja em procurar resolver um problema que já chamava a atenção do poder público como um meio de mostrar comprometimento com a República e o poder estabelecido. Nos relatos dessa missão, Conselheiro deixa claro que se mudou para a fazenda de Canudos, porque não se sentia mais seguro com a perseguição das autoridades contra ele e temia que as pessoas que estavam à sua volta sofressem de alguma maneira.

Com isso, elucidamos a questão do porquê da criação de Canudos, mas ainda precisamos entender o porquê da não aceitação da República. Nas prédicas de Antônio Conselheiro que Nogueira traz em seu livro *Antônio Conselheiro e Canudos*, temos a apresentação de uma prédica de Conselheiro escrita em 1897, já no auge da Guerra de Canudos, sobre a República. Nela, o religioso diz que a República ataca a fé cristã ao se arrogar o direito de separar aspectos essenciais da sociedade através do Estado Laico. Conselheiro é inteiramente contrário à separação entre Igreja e o Estado, pois seu entendimento de validade para uma autoridade humana deve partir de uma vontade divina. Por isso, instituir o Estado laico era uma “afronta” contra o direito que caberia apenas ao Deus cristão instituir. Com isto, ele também diz ser inválida qualquer forma de autoridade que parta de um cargo que não tenha essa divina autorização para comandar, pois em sua concepção de mundo, Conselheiro afirma que o ser humano em nada manda, é permitido a ele mandar pela força superior que é o Deus cristão<sup>118</sup>.

[...] É erro de aquele que diz que a família real não há de governar mais o Brasil: se este mundo fosse absoluto, devia-se crer na vossa opinião; mas não há nada de absoluto neste mundo, porque tudo está sujeito à santíssima Providência de Deus, que dissipa o plano dos homens e confunde do modo que quer, sem mover-se do seu trono. A república há de cair por terra para confusão daquele que concebeu tão horrorosa idéia. Convençam-se, republicanos, que não hão de triunfar porque a sua causa é filha da incredulidade, que a cada movimento, a cada passo está sujeita a sofrer o castigo de tão horroroso procedimento.

[...] Dá a Deus o que é de Deus, dá a Cesar o que é de Cesar. Mas este sublime sentimento não domina no coração do presidente da república, que a seu talante quer governar o Brasil, praticando tão clamorosa injustiça, ferindo assim o direito mais claro, mais palpável da família real, legitimamente constituída para governar o Brasil. Creio, nutro a esperança que mais cedo ou mais tarde há de triunfar o seu direito, porque Deus fará devida Justiça, e nessa ocasião virá a paz para aqueles que generosamente têm impugnado a república<sup>119</sup>.

<sup>117</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 180.

<sup>118</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 175-176.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 179-180.

Está claro, através dessa defesa, que Conselheiro compreende a validade de todas as autoridades apenas se estas estão sendo amparadas ou baseadas em preceitos ou regras religiosas. O laicismo republicano é, para o religioso, um ato de nulidade a qualquer forma de autoridade com que o ser humano venha a trabalhar, e ele cita a questão do casamento civil como uma representação disto. No que podemos entender desta prédica do Conselheiro, o governo não teria autoridade para secularizar o ato do casamento, pois o mesmo teria sido uma das primeiras instituições formuladas por Deus ao ser humano, sendo assim o casamento um ataque à família brasileira, pois toda a autoridade existente seria derivada da autoridade divina e um casamento fora da esfera religiosa não teria validade alguma. Esta decisão seria um ardil dos inimigos da religião contra a fé do povo, o que apenas escandalizaria a população e criaria desordem<sup>120</sup>. Em decorrência disso, em sua prédica Conselheiro afirma que todos os casais brasileiros deveriam cometer um ato de desobediência civil e não reconhecerem a validade de tal lei:

[...] Porque é o casamento (como todos sabem) um contrato de duas vontades ligadas com o amor que Deus lhes comunica, justificados com a graça que lhes deu Nosso Senhor Jesus Cristo e autorizada com a cerimônia que lhes juntou a santa madre Igreja, que este é o efeito de um verdadeiro desposório: unir duas almas em um corpo: porém importam obrigações dos preceitos divinos, que devem guardar em primeiro lugar e muito à risca: todos os casados têm obrigação de viver perfeitamente no seu estado, sem embargo de qualquer encargo ou desgosto. Em razão dos respeitos humanos, são necessárias muitas circunstâncias para se guardar este perfeito estado, tanto para segurança da honra e descanso da vida. Estas verdades demonstram que o casamento é puramente da competência da santa Igreja, que só seus ministros têm poder para celebrá-lo; não pode, portanto, o poder temporal de forma alguma intervir neste casamento, cujo matrimônio na lei da graça Nosso Senhor Jesus Cristo o elevou à dignidade de sacramento, figurando nele a sua união com a santa Igreja, como diz são Paulo. Assim, pois, é prudente e justo que os pais de família não obedeçam à lei do casamento civil, evitando a gravíssima ofensa em matéria religiosa que toca diretamente a consciência e a alma.

[...] Plenamente certo de que, se cometeres tal procedimento, tendes negado a fé: que peso enorme não deveis sentir na vossa consciência e alma como jóia preciosa diante de Deus? Para que a ternura desta verdade domine no vosso coração é preciso sustentar a fé. O casamento civil é incontestavelmente nulo, ocasiona o pecado do escândalo, que segundo diz o Evangelho Deus não usará de sua misericórdia quando dá ocasião ao escândalo [...]<sup>121</sup>.

As discordâncias de Conselheiro para com o novo regime se davam por questões de visão de mundo próprias. Conselheiro, que formara nos seus quase vinte anos de peregrinação pelas províncias do Norte sua própria visão religiosa, via a validade de muitas de suas crenças ameaçada pelo regime republicano, mesmo que este não fosse o intuito dos republicanos.

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 177-179.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 178 - 179.

Também podemos somar a isto a situação que a Bahia e região vizinha (interior do Ceará) passava no final do século XIX: politicamente, ainda havia uma representação ativa no cenário nacional, com nomes importantes figurando na formação da República, como Rui Barbosa, que foi Ministro da Fazenda no governo Deodoro, e Manoel Vitorino, político baiano e que foi chefe da chapa São Paulo - Bahia que venceu a disputa presidencial elegendo-se vice-presidente do governo Prudente de Moraes. Antônio Luigi Negro e Jonas Brito defendem que esta representação relevante nacionalmente não cessaria mesmo depois do governo Prudente de Moraes<sup>122</sup>, quando no governo Campos Salles são postas em prática algumas das políticas que mais definiram o período da Primeira República, como a Política dos Governadores<sup>123</sup>.

Porém, socialmente, a situação era grave. Durval Muniz de Albuquerque Junior aponta que, no advento da República, a região que era conhecida como o “Norte do Brasil”<sup>124</sup> sofria de graves descasos e abandonos do poder público, sem contar as crises econômicas que não foram resolvidas com o novo regime. Ao contrário, as revoltas Federalista e da Armada provocaram um agravamento como demonstramos, afetando fortemente a capacidade de obtenção de recursos essenciais para as populações mais pobres. A região em si já passava por graves problemas econômicos que vinham, assim como as crises que continuavam a prejudicar o país, desde meados do século XIX, com destaque para o enfraquecimento da indústria açucareira e o surgimento de usinas que levam à falência os banqueiros, o que diminui algumas oportunidades de emprego que eram tradicionais na região<sup>125</sup>.

---

<sup>122</sup> NEGRO, Antônio Luigi; BRITO, Jonas. “Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p. 875.

<sup>123</sup> “A ‘política dos estados’ de Campos Sales tratou-se de uma expressão atribuída por ele mesmo a uma nova forma de o Executivo Federal relacionar-se com os estados-atores. Segundo avaliação própria do regime republicano, Campos Sales achava que as instabilidades da República tinham por fundamento as dificuldades de relação existentes entre o Executivo e o Legislativo Federais e as lutas partidárias que dividiam o Parlamento. O contexto a que ele se referia era o dos primeiros anos do regime, assolados, principalmente, por uma conjuntura de crise, provocada pela cisão do Partido Republicano Federal (PRF), que dividiu o Congresso entre republicanos e concentrados. Esta divisão havia contribuído para fragilizar o Catete, tornando a gestão de Prudente de Moraes totalmente estéril, segundo sua avaliação (SALLES, 1983, p. 115-119). A solução apontada por ele implicava em conferir ao Executivo Federal um maior grau de autonomia em relação ao Parlamento, palco das principais disputas. Ao mesmo tempo, pretendia desatar os nós górdios geradores das discórdias no âmbito do Legislativo, através da realização de uma ação conjunta com os estados, denominada por ele de ‘política dos estados’, a qual consistia em mantê-los em harmonia com o Executivo Federal, sem que abrissem mão de sua autonomia constitucional (SALLES, 1983, p. 120)”. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit., p. 25.

<sup>124</sup> Albuquerque aponta que o conceito regionalista atual é fruto da crise do paradigma naturalista e dos padrões tradicionais de sociabilidade que ocorrem no início do século XX, principalmente após o fim da Primeira Guerra Mundial. “[...] No fim do século XIX, e por isso, na primeira década republicana, a região que hoje é compreendida como Nordeste e partes das atuais regiões Norte e Sudeste entravam em uma categorização mais generalista nomeada apenas como Norte”. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit., p. 52-53.

<sup>125</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit., p. 46.

Toda essa situação é vivida e vista por Conselheiro, que organiza a comunidade que surge ao seu redor de maneira que os problemas que são comuns às pessoas fora de Canudos não se repitam dentro do seu espaço de ocupação:

[...]

A comunidade permite que os recém-chegados possam construir suas casas, e fazer pequenas plantações, pois não existe propriedade privada da terra e no entorno da capela existiam léguas livres para construção. Em caso de necessidade, existe distribuição de alimentos e roupas e há um regime permanente de recebimento de doações que são coletadas pelo sertão em espécie ou numerário.

O arraial funciona como uma comunidade autossuficiente, autônoma, independente, sem proprietário, padre e delegado. É um modo alternativo de vida que retira os conselheiristas das esferas de poder da propriedade, da igreja e da justiça representados pelo dono de terras, pelo padre e pelo delegado, segundo as reflexões de Walnice Galvão. [...]

O centro do arraial era formado por uma praça quadrada com uma rua principal, a rua das Casas Vermelhas ou do Comércio com algumas casas de alvenaria e telhas vermelhas pertencentes aos comerciantes Antônio da Mota, Antônio Vilanova e Macambira. As duas igrejas ficam em lados opostos da praça. A igreja de Santo Antônio – a Igreja Velha é restaurada e reinaugurada pelo padre Vicente Sabino dos Santos, da localidade de Cumbe, em agosto de 1893 com festas e casamentos. O sino do campanário ressoará em todos os finais de tarde até a destruição da igreja no fim do conflito.

A Igreja do Bom Jesus – a Igreja Nova é um templo maior com grandes muros e torres e será um baluarte de resistência dos conselheiristas durante o final da guerra de Canudos.

Anteriormente, existia no povoado uma antiga capelinha de Nossa Senhora da Conceição, com altar e imagens de santos que passa a ser chamada de Santuário, onde Antônio Conselheiro mora num quarto anexo. Os canudenses podem assistir a dois ofícios diários, antes do nascer do sol e no final da tarde e ouvir os conselhos ou sermões do Conselheiro que marcados com antecedência atraem crentes de toda a região que pedem audiência e fazem doações à comunidade.

Conselheiro é uma liderança carismática que prega em seus sermões que os crentes com trabalho duro e seguidores dos preceitos da moral cristã ficam sob a proteção espiritual contra o mundo secular em corrupção”<sup>126</sup>.

Toda esta organização não era gerida sozinha por Conselheiro, tendo em seu auxílio alguns indivíduos que o ajudavam na administração de setores que o religioso não dispunha de conhecimento ou técnica para lidar: tia Benta, uma de suas mais antigas beatas, era a administradora do Santuário, a residência de Conselheiro. Como secretário, ele escolheu Leão da Silva, que tinha a função de escrever cartas, anotar os pedidos do religioso, redigir os seus sermões e realizar a função de bibliotecário com uns livros que havia numa loja do arraial. João Abade foi escolhido como o Chefe do Povo, comandante militar do Arraial de Canudos e líder da Guarda Católica, a guarda pessoal de Conselheiro. A pessoa que desempenhava o papel de chefe civil era Paulo José da Rosa, um dos mais antigos seguidores de Conselheiro junto com tia Benta. A questão médica e de primeiros socorros ficava a cargo de Manuel

---

<sup>126</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 9.

Quadrado<sup>127</sup>. E os irmãos Horácio e Antônio Vila-Nova ficavam à frente das questões comerciais da comunidade<sup>128</sup>. Esta configuração do Arraial de Canudos – pretensamente autossuficiente, comunitária, e liderada por uma figura popular, que por quase vinte anos fez fama nessa antiga região Norte - acaba sendo uma forte propaganda para a população pobre dos entornos de Belo Monte, que representavam uma parcela considerável da população local:

[...]

Eles querem viver em paz e alcançar a redenção longe de um mundo ameaçador. Vivem sob a tríade da fé, penitência e esperança.

Belo Monte atrai em torno de 15.000 sertanejos traumatizados pelos anos de privação, pelas secas periódicas, pela dominação dos grandes proprietários, e pelos conflitos entre clãs regionais. Eles são vaqueiros, meeiros, parceiros e jornaleiros - ex-escravos, índios, mestiços - que sozinhos ou com famílias inteiras se deslocam para Belo Monte na esperança de uma vida melhor.

A comunidade torna-se uma grande cidade do interior baiano com 5.200 casas e provoca um êxodo rural de trabalhadores que abala os dois sustentáculos de poder dos proprietários de terra locais: a mão de obra disponível e a vasta clientela que os donos do poder podem dispor para usá-la nas eleições com o voto de cabresto<sup>129</sup>.

É neste ponto que Conselheiro e seus seguidores passam a ser realmente vistos como um problema sério pelo poder público. Os atos do Conselheiro estavam começando a mexer com a capacidade dos poderes políticos regionais de manterem a ordem social e econômica que eles queriam preservar. Para a população, era um meio de fugir dessa dominação tradicional dos Coronéis e latifundiários da região, que também viram nas atitudes insubmissas de Conselheiro uma “válvula de escape” para os anos de penúria que passaram, em muitos casos, sob o julgo das mesmas ricas famílias<sup>130</sup>.

A resposta dada pelo governador baiano Luiz Viana foi primeiro confiar à Igreja Católica a resolução do assunto, que em 1895 envia a já dita missão capuchinha que fracassa em dismantelar o Arraial. Porém, traz para Salvador informações importantes, como a descrição de parte da organização interna do Arraial, a situação da estrada que leva a Canudos

---

<sup>127</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>128</sup> Em *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*, Rogério Souza Silva afirma que os irmãos Vila-Nova eram, dos membros do círculo administrativo de Canudos, os que mais demonstraram estar no arraial não por motivos religiosos, mas em razão da oportunidade de negócios que a grande concentração de pessoas no povoado trazia. SILVA, Rogério Souza. *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 76.

<sup>129</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 10.

<sup>130</sup> Nogueira ressalta que os abusos impostos por aqueles que detinham os poderes econômicos e políticos da região eram tão grandes, que popularmente a figura do policial era mais temida do que a do bandido. Isso faz com que, quando Conselheiro se revolta contra esse grupo de poderosos, muitos vejam uma oportunidade de revide estando do lado de Canudos. NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 12-15, 21.

e a estimativa de quantas pessoas viviam no povoado. Por pouco mais de um ano, esta seria a única ação do poder estadual acerca de Canudos e do Conselheiro, até que no dia 29 de outubro de 1896 é enviado para o governador Luiz Viana um telegrama de Juazeiro pedindo ações enérgicas quanto a um iminente ataque à cidade por parte dos conselheiristas. A partir desse ponto, se inicia a Guerra de Canudos.

#### 1.4 Guerra de Canudos: de um boato ao genocídio de um povoado

Em 1896, foi feita na cidade de Juazeiro (Bahia), uma encomenda de madeira para as obras de construção do Arraial de Canudos, porém, passado o prazo de entrega a madeira não foi levada até o povoado, gerando desconfiança e reclamações por parte dos canudenses<sup>131</sup>. Estas reclamações geram boatos sobre uma possível reação enérgica de sua parte, desde que o Conselheiro iria pessoalmente até Juazeiro fazer a escolha da madeira a um assalto à cidade<sup>132</sup>. Este foi o boato que gerou reação das autoridades locais, o de que Conselheiro estaria preparando um saque geral ao comércio local como retaliação pela não entrega do material<sup>133</sup>.

Nenhum desses boatos foi comprovado verdadeiro, mas, mesmo assim, uma das figuras de autoridade local, o juiz Arlindo Leôni, enviou telegramas a Salvador por volta do início do mês de outubro de 1896, pedindo com urgência o envio de uma força policial para a cidade, alarmando o governador do estado sobre um iminente assalto àquela cidade<sup>134</sup>. As ações do juiz Leôni não tiveram como base informações concretas e em seu telegrama apenas repete os boatos alarmistas que eram espalhados sem nada sólido. Nogueira aponta para a possibilidade de que Leôni tivesse agido de má fé, pois há indícios de que o juiz já nutria uma inimizade de anos contra Conselheiro, sendo por isso sua motivação para pedir uma força policial para repressão aos canudenses, no mínimo, enviesada. Em resposta ao primeiro telegrama enviado, o governador Luiz Viana pediu calma e afirmou que não poderia agir com o envio de forças sem provas. Porém, a insistência do juiz e a falta de outras comunicações

---

<sup>131</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 143.

<sup>132</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 16.

<sup>133</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 12.

<sup>134</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 143.

levaram o governador a autorizar a organização de uma expedição policial, mesmo que fosse para tomar ações preventivas<sup>135</sup>.

No dia 4 de novembro daquele ano, partiu de Salvador para Juazeiro uma força policial formada por cem praças da força policial, lideradas pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, com um médico de campanha e provisões necessárias para se cumprir a missão de interceptar o grupo de canudenses<sup>136</sup>. Em meados do mês de novembro daquele ano, as forças policiais e um grupo de conselheiristas que estava indo para Juazeiro fazer a coleta da encomenda que não foi entregue se encontraram nas proximidades do Arraial de Uauá, na Bahia. Neste ponto, evidencia-se, a partir dos relatos presentes em *Os Sertões*, que os boatos sobre um possível assalto à cidade eram infundados: Cunha descreve a partir de relatos de residentes locais e de membros da força policial que o grupo de conselheiristas fazia sua viagem em constante oração e recitação de cantigas religiosas, uma procissão, com apenas alguns dos seus membros, e aqui podemos deduzir que fossem membros da Guarda Católica de Canudos, armados com velhas espingardas, foices e pedaços de pau<sup>137</sup>. Como teria sido possível que uma força armada com armas velhas e pessoas em procissão religiosa configurasse uma tentativa de assalto à cidade de Juazeiro? Nogueira também levanta esse questionamento<sup>138</sup>, ressaltando principalmente que a forma como o confronto começou partiu das forças policiais.

O confronto, como indicam os relatos de Cunha, durou cerca de quatro horas, tendo sido iniciado por sentinelas da força policial que se assustaram com a aproximação dos conselheiristas, abrindo fogo precipitado. No fim, foi estimada uma quantidade de 150 baixas do lado dos conselheiristas e 26 baixas do lado das forças policiais, contando mortos e feridos. A força policial, exausta do combate, retrocedeu a Juazeiro, com o intuito de se reorganizar e cuidar dos feridos<sup>139</sup>. A partir desse embate, as tensões apenas aumentariam, com o tenente Pires Ferreira requerendo o envio de reforços. Encerrou-se assim a primeira expedição contra Canudos e começavam, logo após a chegada das tropas de Pires Ferreira em Juazeiro, os preparativos para a segunda expedição, que viria a ser realizada no ano seguinte, 1897.

---

<sup>135</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 17.

<sup>136</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 145.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 147-148.

<sup>138</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 18-19.

<sup>139</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 148-150.

A chegada das forças policiais, após o combate em Uauá, gera um pânico generalizado na cidade de Juazeiro, muito devido à aparência com que os combatentes retornaram:

[...] E quando lá chegou o bando dos expedicionários, fardas em trapos, feridos, estropiados, combalidos, davam a imagem da derrota. Parecia que lhes vinham em cima, nos rastros, os jagunços. A população alarmou-se, reatando o êxodo. Ficaram de fogos acesos na estação da via férrea todas as locomotivas. Arregimentaram-se todos os habitantes válidos, dispostos ao combate. E as linhas do telégrafo transmitiram ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja [...]<sup>140</sup>

Esse cenário descabido de pânico foi amplamente propagado pelos meios de comunicação da época. Neste ponto, entra o papel da imprensa na Guerra de Canudos. Sobre esse papel, Costa comenta que:

[...] Os jornalistas, escritores, críticos e políticos do Rio de Janeiro que frequentam as redações, editoras, lojas, restaurantes, cafês e livrarias da rua do Ouvidor – local de reunião da elite política e intelectual – eram republicanos de vários matizes que tinham como paradigma de modernidade e civilização a cidade de Paris e seus modelos políticos, literários e sociais a serem alcançados no futuro. Essa intelligentsia urbana desconhece profundamente o modo de vida do interior do Brasil, os sertanejos, o catolicismo popular e a figura de Antônio Conselheiro. A imprensa divulga em artigos e editoriais que os conselheiristas são monarquistas, católicos, que tem apoio de países estrangeiros e principalmente que são conspiradores que querem derrubar a República e restaurar a monarquia. São inimigos da República recém-instaurada e devem ser exterminados porque querem a volta da ordem monárquica e escravocrata.

A imprensa, os jornalistas, militares e autoridades utilizam a palavra jagunço em todas as reportagens, cartas e relatórios quando mencionam a comunidade de Belo Monte – homens, mulheres e crianças – que segue a liderança de Antônio Conselheiro. [...] na construção do 'bárbaro ameaçador', a eficácia do termo jagunço que originalmente significava uma arma de metal com uma haste de ponta de ferro aguda e depois um guarda-costas ou capanga armado de proprietários de terras, políticos e poderosos em geral e também um criminoso armado<sup>141</sup>.

Esta falta de conhecimento sobre a região, e também a falta de interesse em querer conhecer levou muitos jornais da época apenas a reproduzirem incansavelmente as notícias que vinham da região por telégrafo sem fazer as devidas apurações dos fatos<sup>142</sup>. Sobre o papel da imprensa em si, vamos nos aprofundar no próximo capítulo, mas o que nos interessa aqui para entender o contexto da época é que esta ação fez com que a situação tomasse grandes proporções, estimulando a opinião pública a pressionar as autoridades estaduais e policiais

<sup>140</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>141</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 14-15.

<sup>142</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais (4ª Expedição)*. Recife: Cepe editora. Edição do Kindle, 2009, p. 64-65.



para que fossem realizadas ações mais contundentes contra o Arraial de Canudos<sup>143</sup>. Nogueira pontua que o governador Luiz Viana ainda tentava encontrar meios não violentos de resolver o problema, mas a forma como a imprensa agiu propagou muitas notícias falsas por todo o estado e para além dele. Chegou até a capital, por exemplo, a notícia de que no interior da Bahia um grupo pró-monarquia, financiado pelo conde d'Eu, marido da princesa Isabel, estava se insurgindo contra a república<sup>144</sup>. A *Gazeta de Notícias*, nosso objeto de análise no próximo capítulo, teve importante papel na propagação destas notícias sobre Canudos pela capital carioca. Já *O Apóstolo*, nosso objeto no terceiro capítulo, teve uma postura condenatória acerca do teor religioso de Canudos, mas contrária a ações violentas contra o povoado. Ambos os casos exploraremos mais em seus respectivos capítulos.

Esta situação cria uma pressão tanto dentro do cenário político baiano, quanto na esfera federal para que uma nova expedição fosse formada, tendo, por exemplo, o vice-presidente Manuel Vitorino como um árduo e ativo crítico do governador Luiz Viana, visto que ambos já tinham um histórico de rivalidade na esfera política baiana<sup>145</sup>. A segunda expedição, então, é formada com uma composição maior que a primeira, e deveria, ao chegar em Juazeiro, absorver as forças que já se encontravam naquela cidade. Foi, ao todo, composta por cem praças da força policial, cem praças de linha, oito oficiais de linha e três oficiais da força estadual. Esta força foi enviada ainda no início de 1897 para Queimadas, onde, sob o comando do major Febrônio de Brito, do 9º Batalhão de Infantaria, aguardaria as ordens de ataque. Lá, ficaram totalizadas uma força de 243 praças sob o comando do major<sup>146</sup>. Posteriormente, foram somados a esta força mais cem praças enviados a partir de Salvador, e um reforço de forças federais estacionadas no estado de Alagoas, que somaram aos esforços de guerra quatro metralhadoras Nordenfelt, dois canhões Krupp de campanha e 250 soldados<sup>147</sup>. Ao todo, estima-se que a segunda expedição foi formada por 600 homens, armados com equipamento pesado, com o objetivo de reprimir em definitivo o Arraial de Canudos<sup>148</sup>.

As ações da segunda expedição acontecem no primeiro mês de 1897, contando com uma força maior e mais bem equipada do que a anterior, o major Febrônio Brito liderou as

---

<sup>143</sup> NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 19-20.

<sup>144</sup> Ibidem.

<sup>145</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 91.

<sup>146</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 150-151.

<sup>147</sup> Ibidem.

<sup>148</sup> OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 193.

forças estaduais em uma campanha de cerco a Canudos. O combate durou dois dias, com intensa troca de tiros entre os lados e com a decisão final do major em ordenar a retirada, pois o avanço das forças estaduais foi feito sob muito custo de material, recurso e de pessoal, com um número de feridos em torno de 70 homens. Não restava mais alimento e munição para prosseguir com a tomada do arraial. Cunha acentua em suas descrições do combate que a geografia local colaborava muito para a defesa de Canudos, que com os habitantes tendo maior conhecimento do terreno, conseguiam fazer diversas emboscadas e escaramuças contra as forças policiais, enquanto que para a expedição o terreno desnivelado e irregular representava um problema enorme para a logística do transporte de mantimentos e dos canhões, atrasando muito o avanço e dificultando a retirada<sup>149</sup>.

O resultado final foi mais um fracasso por parte das forças governistas em tentar lidar com o problema que Canudos se tornou. Este segundo fracasso, mais retumbante devido a maior preparação que foi feita para a expedição, forçou o governo baiano a ceder espaço de atuação para as forças federais, indo contra os desejos do governador Luiz Viana de se respeitar a autonomia estadual quanto a assuntos internos, ainda mais porque Viana era partidário assíduo da ala civil na política nacional, enquanto que o general Frederico Solon Sampaio Ribeiro, que estava responsável pelas forças do exército na região, fizera duras críticas ao governador por não aceitar a federalização do caso, o que lhe rendeu uma exoneração do seu posto<sup>150</sup>. Quanto ao fracasso da segunda expedição, Hermann aponta que Viana viu na falta de informações sobre o Arraial de Canudos o principal motivo do fracasso da expedição do major Febrônio de Brito:

Luiz Vianna encontrou na falta de informações do major sobre a verdadeira dimensão do reduto e da periculosidade dos sertanejos acoitados em Belo Monte a causa para o imprevisto desbarate das forças legais. 'A confiança no bom êxito da diligência com as forças de que dispunha, manifestou-a sempre o major Febrônio desde os primeiros preparativos', afirmava o governador. E concluindo: 'Diante de tudo isso não era lícito ao governo duvidar, em nenhum momento do êxito da expedição...'. Mas a derrota e a acusação de incompetência do major, um aliado da ala radical do Exército, pioraram ainda mais as relações entre os dois grupos políticos. Ironicamente pressionado pelo desastre do grupo opositor, Luiz Vianna se viu praticamente obrigado a aceitar a indicação do nome do ultra-radical Moreira César para o que se pensava ser a última expedição contra os subversivos de Canudos. A nomeação do afamado coronel era uma questão de honra para a recuperação rápida e definitiva dos brios do Exército. Na verdade, o que estava em jogo agora não era apenas a intervenção do governo federal na política local, mas o

---

<sup>149</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 157-178.

<sup>150</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 92.

comando simbólico das forças que tinham o poder real de lutar contra os adversários da República<sup>151</sup>.

A terceira expedição significou um acirramento nas disputas políticas entre a ala civil e os jacobinos na Capital Federal. A narrativa sobre o comprometimento com a causa republicana se acentua e, com a federalização do caso, fez com que os jacobinos interpretassem como uma oportunidade de fortalecer sua narrativa de que o Exército era o único grupo realmente dedicado a proteger a luta republicana. Para agravar a situação, durante essa fase inicial da Guerra de Canudos, o presidente Prudente de Moraes estava afastado da sua função por problemas de saúde, e quem estava como chefe de Estado em exercício era Manoel Vitorino que, vale lembrar, tinha uma rivalidade de longa data contra Luiz Viana<sup>152</sup>. Essa questão pode ser um importante fator explicativo para como foi facilitada a federalização do caso e rapidamente mobilizadas as forças para a composição de uma nova expedição. Foi montada então uma força composta por 1300 soldados, sob o comando do coronel Antônio Moreira César, que já vinha de uma participação em campanhas pelo exército na Revolução Federalista, quando ganhou a alcunha de “Corta-Cabeças”<sup>153</sup>. Era nítida a intenção repressiva dos jacobinos ao montar uma força expedicionária com um militar cuja fama sanguinária era evidente em sua alcunha. Porém, contrariando as expectativas, a terceira expedição também resultou em mais uma derrota das forças governistas (e mais expressiva do que as anteriores).

A terceira expedição saiu do Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1897 e recuou derrotada de Canudos no dia 4 de março do mesmo ano, deixando no campo de batalha armas e equipamentos que serão tomados pelos conselheiristas e canudenses para a defesa do arraial<sup>154</sup>. O recuo é causado pela morte em combate do seu comandante, o coronel Moreira César, que tentava romper as defesas do povoado através de um ataque direto contra o arraial. Porém, o coronel não estava devidamente preparado para o confronto. Cunha ressalta que o Arraial de Canudos teve um expressivo aumento da sua população no meio tempo entre a segunda e a terceira expedição<sup>155</sup>. O jornalista sugere que, assim como tinha sido antes do

---

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 91.

<sup>153</sup> Cunha ressalta que Moreira César era descrito por muitos como um homem de temperamento difícil, porém extremamente dedicado ao cumprimento das ordens. O jornalista e escritor sugere que a escolha de Moreira César não tinha sido por acaso, sendo possível que houvesse políticos que queriam transformar o coronel em um herói nacional. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 179-185.

<sup>154</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 16.

<sup>155</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 188.

início dos conflitos, o Arraial de Canudos já era um atrativo por simbolizar uma opção alternativa de vida à pobre população da região. Contudo, a vitória contra forças estaduais foi como uma propaganda positiva para Canudos, aumentando ainda mais o fluxo de pessoas que queriam morar no povoado de Conselheiro<sup>156</sup>. Sobre esta questão de moradia e propaganda do arraial, Yara Dulce Bandeira de Ataíde aponta que, através de análises de relatos da época colhidos por alguns dos correspondentes de guerra, havia propagandas pró-Canudos em comunidades e cidades que foram visitadas por Conselheiro durante seus quase vinte anos de peregrinação. Estas propagandas consistiam em anúncios de terras disponíveis para morar no Arraial de Canudos, além de evidenciar que havia uma oferta de casas desocupadas, que podiam ser usadas tanto para a moradia de novos membros da comunidade, quanto como estadia para romeiros e caravanas que peregrinavam para Canudos<sup>157</sup>. Se somarmos isso ao apontamento feito por Nogueira, já citado anteriormente, sobre parte considerável dos conselheiristas ter se unido a Canudos como um meio de reagir à opressão imposta pelos coronéis e grandes latifundiários da região, é possível entender como o Arraial cresceu muito em questão de meses.

Além de não esperar um crescimento nas forças adversárias, os soldados da terceira expedição estavam mal paramentados para o terreno dos combates, com roupas que pouco resistiam ao atrito com a vegetação da caatinga, principalmente em relação aos cactos que rasgam com facilidade os uniformes dos soldados. Além disso, a cor dos uniformes, azul e vermelho, sobressai no cenário árido do interior da Bahia, facilitando para os conselheiristas avistar as forças federais e assim preparar armadilhas e aplicar as táticas de guerrilha já usadas contra as expedições anteriores<sup>158</sup>. No fim, a derrota de Moreira César e sua morte representaram um revés completamente inesperado, já que tanto políticos quanto a imprensa davam como certa a vitória das forças federais<sup>159</sup>. Para os jacobinos, a derrota foi uma ultrajante humilhação e motivo de maior radicalização da ala militar:

A derrota da terceira expedição foi um duro golpe, àquela altura imprevisível, no fragilíssimo equilíbrio de forças políticas da primeira fase da vida republicana. Definitivamente ultrajados, os radicais não poupariam críticas e acusações àqueles que demonstravam empenho duvidoso em, de fato, destruir o que passou a ser

---

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. “As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro”. *Revista USP*, [S. l.], n. 20, 1994, p. 91-93.

<sup>158</sup> COSTA, Carla. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>159</sup> CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, p. 185-187.

considerado um verdadeiro antro restaurador. Para Luiz Vianna e para o grupo de Prudente de Moraes, que voltou à presidência em abril de 1897, a derrota significou a necessidade urgente de conter a oposição e impedir a tomada do poder através de um golpe, estratégia claramente legítima para os jacobinos. Para Antônio Conselheiro e seus adeptos, a derrota de Moreira César selaria sua sentença de morte<sup>160</sup>.

Na imprensa os boatos do Arraial de Canudos ser um reduto monarquista se acentuaram, causando comoção popular na capital por novas ações contra os “inimigos da República”. A pressão popular dá voz e força aos jacobinos, ao ponto de acontecerem ataques a redação de jornais que eram contrários à soluções violentas contra o Arraial de Canudos, sendo *O Apóstolo* um deles. Prudente de Moraes, que havia voltado às suas funções presidenciais pouco tempo depois da morte de Moreira César, encontra um tenso cenário que dificulta direcionar esforços para opções diplomáticas quanto ao assunto Canudos; tenta pelo menos solucionar a situação sem passar a imagem de falta de comprometimento com a causa republicana<sup>161</sup>.

Prudente de Moraes então convoca uma nova expedição, desta vez muito maior e com proporções de forças completamente díspares entre os lados. A quarta expedição, que viria a ser responsável pela aniquilação do Arraial de Canudos foi composta inicialmente por 5.000 soldados, sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, comandante do 2º Distrito Militar em Recife<sup>162</sup>. Vindos de diversos estados e variados comandos militares, desde infantaria a cavalaria e artilharia, as forças do general Artur Guimarães se concentraram em Salvador no dia 18 de março e marcharam para Monte Santo no início de maio, chegando no dia 16 e montando base no Morro da Favela, em Canudos. Devido ao número de baixas estar alcançando a casa do milhar, em agosto o general solicita reforços a Salvador. A solicitação será respondida com o envio de forças de reforço de aproximadamente 10.000 soldados, formados por membros de batalhões de todas as partes do país e de quatro batalhões policiais dos estados da Bahia, Pará, Amazonas e São Paulo<sup>163</sup>. A imprensa também envia repórteres como correspondentes de guerra e, em sua maioria, os enviados eram ex-militares, como o já citado Euclides da Cunha, que vai para Monte Santo como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* e Manoel Benício, que vai representando o carioca *Jornal do Commercio*. Pela

---

<sup>160</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 92.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 93-94.

<sup>162</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 19.

<sup>163</sup> Ibidem.

*Gazeta de Notícias*, vai o ex-militar Fávilla Nunes. Como fotógrafos, destacam-se os trabalhos feitos por Juan Gutierrez de Padilla, enviado pelo periódico carioca *O País*, e do fotógrafo Flávio de Barros, comissionado pelo exército para fazer o registro fotográfico das operações<sup>164</sup>.

Alguns dos correspondentes de guerra, como Euclides da Cunha, chegam à Monte Santo através da comitiva do marechal Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra do Brasil, que foi enviado para tomar o comando da quarta expedição mediante receios por parte de Prudente de Morais e seus apoiadores de ocorrer mais um fracasso nas tentativas de reprimir o Arraial de Canudos, tendo em vista as dificuldades relatadas pelo general Arthur Guimarães. A comitiva chega a Monte Santo no dia 6 de setembro<sup>165</sup>. Com uma quantidade muito superior de combatentes, armamento mais avançado e peças de artilharia modernas<sup>166</sup>, o exército brasileiro põe abaixo a principal construção do Arraial de Canudos no mesmo dia que a comitiva chega, após quase seis horas de bombardeio da artilharia da expedição contra a Igreja do Bom Jesus, último reduto seguro de resistência. A vitória é consolidada no dia dois de outubro, quando os últimos conselheiristas, após semanas de fome e sob bombardeio e ataques, se rendem às forças do general Artur Guimarães sob a promessa de misericórdia. O general não cumpre sua parte do “acordo”, mandando executar centenas de conselheiristas, dentre eles muitas mulheres e crianças<sup>167</sup>.

Por volta deste período, entre seis de setembro e três de outubro, ficou evidente que os boatos sobre Canudos e Conselheiro eram infundados: não foram encontradas provas que ligassem o povoado a qualquer organização rebelde monarquista ou à família real brasileira no exterior. Para o cenário político, a não comprovação de um envolvimento monarquista foi um golpe forte na ala jacobina, que teve que presenciar a ala civil demonstrar o comprometimento com a causa republicana, ao ponto de enviar o comando maior do exército

---

<sup>164</sup> As informações sobre os repórteres de uma maneira geral foram retiradas de dois textos principalmente: do já citado livro de Carla Costa, *Cronologia Resumida da Guerra de Canudos*, e do capítulo I, escrito por Maira de Lourdes Eleutério, da parte II do livro *História da Imprensa no Brasil* de Ana Luíza Martins e Tânia Regina de Luca. COSTA, Carla. Op. cit., p. 21- 24; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luíza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo. Contexto, 2011. p. 89.

<sup>165</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 22-23; HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 97.

<sup>166</sup> “[...] espingarda Comblain, fuzil austríaco Mannlicher. São utilizados 21 canhões: os canhões Canet (morteiros ou obuses); as baterias de metralhadoras Nordenfeldt 37 mm; os canhões Krupp 7,5. É utilizado um novo armamento o canhão Whitworth 32 - a Matadeira - transportado por uma junta de bois e mulas até o alto dos morros que circundam Canudos”. COSTA, Carla. Op. cit., p. 28.

<sup>167</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 331-377.

para chefiar o teatro das operações<sup>168</sup>. Ao mesmo tempo, teve que lidar com o revés de posicionamento vindo de alguns correspondentes de guerra, principalmente Euclides da Cunha, que ao terem contato com a realidade em que viviam os canudenses, se sensibilizaram com o povo de Conselheiro e passaram a adotar pesadas críticas ao morticínio causado pelas forças federais<sup>169</sup>. É descoberto também que Antônio Conselheiro havia falecido no dia 22 de agosto e a luta foi prosseguida por seus principais seguidores, com destaque para João Abadde, que não aceitava se render às forças federais<sup>170</sup>. A coragem dos “sertanejos”, a disparidade de forças entre Exército e Canudos e a brutalidade com que o Arraial foi tratado leva Euclides da Cunha a desacreditar as narrativas de que aquele Arraial em algum momento representara uma ameaça à ordem republicana. E sua versão sobre os acontecimentos foi amplamente divulgada pelo jornal que representava<sup>171</sup>.

Para a política brasileira, a vitória sobre Canudos também representou a derrocada da ala militar, que viu seus principais argumentos serem desbancados perante a opinião pública pela falta de provas do envolvimento dos conselheiristas com movimentos monárquicos e pelo morticínio injustificado contra uma população pobre e faminta<sup>172</sup>. O golpe final à ala militar veio no dia cinco de novembro<sup>173</sup>, quando membros do grupo jacobino cometeram um atentado contra o presidente Prudente de Moraes durante uma cerimônia de recebimento das tropas que voltavam de Canudos. No atentado, o marechal Bittencourt é mortalmente ferido e os culpados são presos. Este atentado acabou com qualquer narrativa e possibilidade de apoio dos radicais pró-militares, abrindo livre espaço para os políticos da ala civil crescerem no cenário federal<sup>174</sup>.

O governo Prudente de Moraes entra em seu último ano em 1898 com um cenário político completamente diferente de quando começou. Com a ala militar fortemente enfraquecida com os reveses que a Guerra de Canudos causou, os civis conseguem organizar uma campanha eleitoral vitoriosa, com a eleição de Campos Salles para suceder Prudente de

---

<sup>168</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 97.

<sup>169</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 26.

<sup>170</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 339.

<sup>171</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 32 - 43.

<sup>172</sup> HERMANN, Jacqueline. Op.cit., p. 97.

<sup>173</sup> COSTA, Carla. Op. cit., p. 49.

<sup>174</sup> HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 97 - 98.

Morais na presidência. Como foi previamente apresentado, Salles assume a presidência disposto a evitar que seu governo fosse politicamente travado como o do presidente anterior, elaborando e colocando em prática as políticas que viriam a ser as principais características desse período, também anteriormente citadas, como a Política dos Governadores, baseada em uma troca de apoio entre as esferas federal, estadual e municipal, e com amplo uso dos coronéis como meio de manutenção do *status quo*. No fim, a Guerra de Canudos foi para a política brasileira um definidor do grupo que lideraria esta primeira era republicana no país e, para os conselheiristas e canudenses, um genocídio fraticida<sup>175</sup>.

---

<sup>175</sup> “A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o acerto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã — tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica — o tempo. Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo.”. CUNHA, Euclides da. Op. cit.; p. 5.



## 2 A GAZETA DE NOTÍCIAS E UM OLHAR DA GRANDE IMPRENSA SOBRE O CONSELHEIRO E CANUDOS

### 2.1 *Gazeta de Notícias*: do Império à República, um jornal literário, informativo e popular

Do século XIX às décadas iniciais do século XX, o jornal impresso ocupou um papel fundamental como meio de comunicação. Introduzida no Brasil desde 1808, com a chegada da Corte portuguesa, a imprensa refletiu as transformações políticas e sociais do país. A conexão entre política e imprensa<sup>176</sup> é muito presente no século XIX e na segunda metade do século seu alcance se torna massivo através de avanços técnicos e científicos<sup>177</sup>.

É neste contexto que surge, na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias*, entre outros periódicos que cresceriam em destaque e público, e perduraram até após o fim do regime monárquico e primeiros anos da República, como aponta Clara Miguel Asperti:

No fim do século começa a se esboçar, principalmente na capital federal, uma modernização da imprensa. Se desde 1827 o Jornal do Comércio era o único jornal respeitável por sua já consolidada reputação de conservador, sempre voltado para a exploração de assuntos políticos, informações sobre importação e exportação e notícias do país e do exterior (SODRÉ, 1966, p.127); neste momento começam a surgir diversos periódicos que irão marcar época na história política e cultural da nação: *Gazeta da Tarde* (1880), *O País* (1884), *A Notícia* (1884), *Diário de Notícias* (1885), *Cidade do Rio* (1888) e o mais popular dentre todos, a *Gazeta de Notícias* (1875)<sup>178</sup>.

<sup>176</sup> “Nos primeiros periódicos os textos tratavam de questões de interesse local, mesmo que fossem de temática nacional; as pessoas escreviam com menor ou maior liberdade, mas se reportavam a questões com as quais se envolviam diretamente. [...] Nota-se que o tema central de cada periódico era dado pelos interesses daqueles que escreviam; mais tarde dirá respeito especialmente ao público, por ocasião do advento da indústria cultural.” In: SILVA, Márcia Pereira de; FRANCO, Gilmar Yoshihara. “Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica”. *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010. p. 1-2.

<sup>177</sup> Em “Os primeiros passos da palavra impressa”, Marco Morel aponta que a evolução gráfica da impressão régia foi limitada até 1845, quando se substituí os equipamentos de 1808. Depois disso, observa-se uma segunda modernização através de “módicos investimentos” em 1877. Posteriormente, com o advento da República, a imprensa brasileira ganharia um status de moderna. MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo. Contexto, 2011. p. 56-57.

<sup>178</sup> ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica”. *Revista Contemporânea*, n 7, 2006. p. 46.

A *Gazeta de Notícias* foi fundada em 1875 por Henrique Chaves, Manoel Carneiro, Elísio Mendes e Ferreira de Araújo<sup>179</sup>; este se manteve na direção até sua morte em 1900. Surgiu com uma política de vendas que revolucionaria o mercado impresso: a venda avulsa, indo contra a tendência dos periódicos brasileiros desde 1808<sup>180</sup>. A *Gazeta de Notícias* opta pela venda direta com o público, aproximando mais o jornal do consumidor e disponibilizando uma opção de compra ocasional do periódico a um valor, para a época, mais acessível, custando 1\$000 (mil réis) a assinatura mensal e 40 rs (40 réis) a unidade avulsa<sup>181</sup>. Para a formação de um público leitor inicial, contribuem também outras características inerentes a sua fundação, como se dizer um jornal não ligado a nenhum partido político e interessado em trazer ao público uma variedade de assuntos em suas páginas:

Além de um folhetim d'um folhetim-romance, a *Gazeta de Notícias* trará um folhetim de actualidades.

Artes, literaturas, theatros, modas, acontecimentos notaveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propoe a trazer ao corrente os seus leitores

[...]

Não sendo a *Gazeta de Notícias* folha de partido, apenas tratará de questões de interesse geral acceitando n'esse terreno o concurso de todas as intelligencias que quizerem utilizar-se das suas columnas<sup>182</sup>.

Estas características são apontadas por historiadores<sup>183</sup> como essenciais para explicar o crescimento que o periódico teria nas décadas seguintes, mesmo em um país pouco

---

<sup>179</sup> Ferreira de Araújo foi um jornalista brasileiro de renome internacional no último quartel do século XIX. Trabalhou como redator dos jornais críticos o *Mosquito* e o *Guarany*, tendo ocupado o cargo de redator chefe da *Gazeta de Notícias*. Os artigos publicados, enquanto redator chefe, versam sobre os mais diversos temas, que vão desde a política imperial, o legislativo e o judiciário, até a liberdade de imprensa, as condições sanitárias, o elemento servil, a acumulação de cargos e as questões relativas ao ensino no Brasil. In: SENADO FEDERAL. [www2.senado.federal.br](http://www2.senado.federal.br). Institucional-Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222269>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

<sup>180</sup> ASPERTI, Clara Miguel. Op. cit., p. 49.

<sup>181</sup> Valores informados na primeira edição do *Gazeta de Notícias* de 1875, ano de sua fundação. In: “Assignaturas”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 2 de Agosto de 1875. Acessado em 20 de jun de 2022.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>183</sup> A principal referência sobre a história do jornal *Gazeta de Notícias* está no livro *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, onde ele o cita como um periódico “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. p. 257), sendo estas características essenciais para entender a história do mesmo. Tal passagem é referendada em inúmeros outros trabalhos que envolvem o dito periódico, como o já citado artigo de Asperti, e o de George Vidipó “A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e os momentos decisivos”. VIDIPÓ, George. “A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)”. In: *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH - Rio*. UFRRJ. Nova Iguaçu. 2016.

escolarizado, cuja capital possuía apenas 1,72% da população alfabetizada<sup>184</sup> na época de sua fundação, e são reforçadas pelo próprio periódico em momentos vindouros, geralmente em datas comemorativas, como da data de fundação. Na década de 1880, há no Brasil uma intensa transformação do veículo de informação impresso: passa-se a valorizar mais a alta produção de exemplares por hora, reformulam-se as disposições geográficas dos artigos para destacar os de maior apelo popular, o trabalho dentro das oficinas é reorganizado e são adotadas novas máquinas de impressão e novas políticas de funcionamento que, segundo Marialva Barbosa<sup>185</sup>, transformam os periódicos em verdadeiras empresas. Este período seria decisivo para consolidar a imprensa como um poder paralelo e influente:

No último quartel do século XIX, através das folhas da Corte e mesmo do interior, o questionamento do sistema - significativamente expresso através da imprensa - acirrou-se centrado em três temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar), acirrada em 1886 com a discussão pela imprensa entre o coronel Cunha Matos e o ministro da Guerra, e a campanha da Abolição. Todas elas foram habilmente trabalhadas pela pena dos jornalistas de plantão, contrapondo uma Monarquia que sufocava a uma República que libertava<sup>186</sup>.

Neste momento, a *Gazeta de Notícias* já era um dos principais jornais da então capital, competindo com o *Jornal do Comércio* pela liderança nas vendas e tentando manter seu público consumidor diante dos novos periódicos que surgiam, como *O Paiz*. Durante sua existência, a forma como o jornal apresentava seus artigos e notícias passou por leves variações. No seu ano inaugural, começou apresentando, da primeira à última página, uma disposição de cinco colunas em quatro páginas em média<sup>187</sup>, com um folhetim ao pé das duas primeiras páginas, contendo a publicação de alguma obra literária, geralmente uma crônica. Já as duas páginas finais eram destinadas aos artigos pagos: anúncios, publicidade e colunas a pedido. Esta disposição

---

<sup>184</sup> ASPERTI, Clara Miguel. Op. cit., p. 47.

<sup>185</sup> BARBOSA, Marialva. "Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro". *INTERCOM - Rev. Bras. de Com.*, S. Paulo, Vol. XX, nº2, pág. 87-102, jul/dez. 1997. p. 89-91.

<sup>186</sup> MOREL, Marco. Op. cit., p. 73.

<sup>187</sup> A partir de uma análise das páginas do jornal, observa-se que no primeiro ano, a maioria das edições tiveram 4 páginas, a exceção da primeira edição com 5 e das edições 119 a 125, que apresentaram um aumento para 8 páginas por edição. Porém, na edição 126 voltam as 4 páginas. As 5 páginas da primeira edição justificam-se pela necessidade do jornal apresentar-se ao público. Já entre as edições 119 e 125, não há uma justificativa evidente. Deduzimos, devido ao aumento estar concentrado principalmente nas páginas finais, destinadas à publicidade e anúncios, que houve uma tentativa do jornal abrir mais espaço para tais artigos pagos, intenção abandonada já na edição 126. Em outros anos, há também determinadas edições que foram publicadas com 6 ou 8 páginas, demonstrando que ocasionalmente o jornal necessitou de um aumento na sua capacidade de publicar mais artigos, ora para ofertar mais publicidade, ora devido à cobertura de eventos políticos de relevância.

mantém-se até a edição 125, quando há um aumento para seis colunas por página; mudança que segue até a edição 351 de 1876, quando novamente o número de colunas é ampliado para sete.

Em 1877, na edição 88, ocorre mais uma mudança: o jornal passa a ter oito colunas. Estas mudanças em sua organização não eram comunicadas e justificadas, porém percebe-se que há uma motivação pela demanda de mais espaço para publicação de artigos literários e a pedidos. Estes últimos são os que mais crescem em número a cada aumento na quantidade de colunas; são seguidos da publicação de telegramas que também vão ampliando-se não apenas em quantidade total, mas nos lugares de origem. As mudanças só voltariam a acontecer após dois anos, quando, em 1879, a editoria optou por manter as edições semanais com quatro páginas e as de fim de semana ocasionalmente com seis páginas, trazendo para o público aos sábados e domingos mais artigos literários e espaços de interação com o leitor. Cabe reforçar, como já abordado no capítulo I, que neste trabalho o foco é o período da Primeira República, mais precisamente a década de 1890. Neste período são encontradas no jornal ocorrências referentes a Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos, nossos objetos de estudo. A década de 1890 inicia-se com um jornal já mais consolidado e influente e se apresenta ao público com uma configuração estética definida desde 1880: média de quatro a seis páginas com oito colunas cada para as edições de segunda, terça, quinta, sexta e sábado. As edições de domingo eram publicadas em média com seis páginas, mas, eventualmente, saíam com oito e apresentando um número maior de publicações a pedido e de publicações sobre assuntos e acontecimentos políticos e internacionais. As edições de quarta-feira também apresentam uma média de seis páginas, com menos incidências de edições e com maior quantidade de páginas. Outra mudança em relação aos seus anos iniciais é a presença de gravuras, caricaturas e charges, muitas vezes com destaque na primeira página. Percebe-se que, apesar de não ser algo difícil de acontecer, as imagens eram destinadas aos artigos de destaque em cada edição, fossem eles literários ou informativos.

Quando se fazia necessário abordar intensas discussões dos diversos períodos que o jornal passou, a *Gazeta de Notícias*, que se dizia apartidária, assume um posicionamento de observador, ao mesmo tempo que disponibiliza suas páginas para o debate entre ambos os lados. É importante reforçar que a *Gazeta de Notícias* expunha em suas páginas ser apartidária desde sua primeira edição, como apresentamos anteriormente, porém, como veremos em determinados momentos, esta política apartidária é posta de lado quando se posicionar é interessante para os membros da editoria do jornal, com destaque para o período analisado neste trabalho. Quanto às questões de maior impacto, a Abolição e a Proclamação da República, George Vidipó aponta que a *Gazeta* mantinha publicamente sua posição de neutralidade, mas

defendia a ordem institucional e, na medida em que as mudanças ocorriam, foi direcionando seu público leitor à nova ordem estabelecida<sup>188</sup>. Veremos que esta política é observada no que se refere à Guerra de Canudos.

Em 1896, quando a *Gazeta de Notícias* começa de fato a tratar de Canudos, o jornal é iniciado apresentando informações na coluna “Telegrammas”, uma das principais e que se localizava na primeira página. Este ano é importante por ser apresentado como festivo pelo jornal: no dia 02 de agosto de 1896<sup>189</sup>, o periódico completaria vinte e um anos e, em comemoração, criou-se um quadro de variedades intitulado “O Filhote”, destinado a colunas curtas, com uma temática humorística e satírica, além de anúncios e publicações a pedido, mas que não saíam do tom descontraído do quadro. Em “O Filhote”, durante o período da Guerra de Canudos, encontramos publicações destinadas tanto à figura de Antônio Conselheiro quanto ao Arraial de Canudos que colaboraram para a construção de representações sobre ambos.

É importante igualmente ressaltar o peso cultural da *Gazeta de Notícias*. O jornal dedicava espaços à publicação de crônicas e outros textos de literatos, o que atraía a atenção de boa parte dos escritores brasileiros do período, muitos residentes na cidade do Rio de Janeiro. Principalmente as crônicas ganhavam destaque no jornal, apesar de não serem uma exclusividade da *Gazeta*. Outra característica a qual podemos relevar como um diferencial do jornal de Ferreira de Araújo dos demais era quem escrevia nele, destacando-se Machado de Assis, Eça de Queiroz, Raul Pompéia, Raimundo Correia, entre outros. Assim, por ser um impresso que reunia os principais destaques literários do seu tempo, a *Gazeta* desenvolveu uma imagem muito atrativa para os seus admiradores e para jovens escritores. Alguns destes literatos escreveram crônicas sobre a Guerra de Canudos, destacando-se muito na época os publicados na coluna dominical “A Semana”, de autoria de Machado de Assis, na qual o escritor apresentou um posicionamento ponderado quanto ao que era informado sobre o conflito. As crônicas, poesias e outros textos literários estavam semanalmente presentes nas páginas do jornal, reforçando sempre a imagem de um periódico de entretenimento e informação. Sobre a relação

---

<sup>188</sup> VIDIPÓ, George. “A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)”. In: *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH - Rio*. UFRRJ, Nova Iguaçu, 2016. p. 11.

<sup>189</sup> “Para dar um ar mais festivo à comemoração, no mesmo dia sai ‘O Filhote’ nº 1, que é um quadro de variedades publicado na primeira página do jornal, quebrando a monotonia das longas colunas. Quanto ao conteúdo, eram publicados neste quadro notas políticas, versos, crônicas, sátiras, anúncios, folhetins e as famosas publicações “A pedidos”. Era o cantinho predileto para os homens de letras escreverem sob pseudônimos aquilo que não teriam coragem de assinar com o consagrado nome literário: Caliban (Coelho Neto) e Fantásio (Olavo Bilac), entre outros, apareciam vez ou outra no Filhote”. CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e La Guerra del fin del mundo (1981) de Mario Vargas Llosa: uma análise comparativa entre o discurso republicano e a (re)criação literária*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007. p. 19.

entre os autores e os jornais, Asperti aponta que o espaço oferecido estava relacionado com assuntos além do simples alcance de público que os periódicos tinham em relação à publicação de livros, sendo o maior atrativo os custos de publicação de um livro em relação à publicação de crônicas e contos nas páginas de um periódico. Devido ao alto índice de analfabetismo, os custos de se publicar livros em grandes quantidades para a venda não compensava, sendo quase impossível sobreviver com esta atividade no Brasil do século XIX e início do XX<sup>190</sup> fora das publicações em jornais.

As últimas duas décadas do século XIX foram, portanto, um período decisivo para o crescimento da *Gazeta*, o que pode ser observado no número de tiragem do jornal. Marialva Barbosa<sup>191</sup> aponta que, em seu primeiro ano, ele conseguiu alcançar 12 mil exemplares. Já em 1880 a contagem bateu a marca de 24 mil exemplares e com a expectativa de se chegar a 40 mil, e Barbosa afirma que esta marca só seria alcançada nos primeiros anos do século XX<sup>192</sup>. Entretanto, Francisco Aparecido Copanuchum de Campos<sup>193</sup> afirma que, na segunda metade de 1897, segundo ano da Guerra de Canudos e ano da 4ª Expedição, o jornal conseguiu manter por um tempo a publicação de 40 mil exemplares. Com exceção deste ano atípico, o jornal manteve uma média de 35 mil exemplares na década de 1890.

Por fim, no início do século XX o jornal adota, segundo Barbosa, novas técnicas de impressão, dentre elas a compra de uma nova máquina vinda da Alemanha, que possibilita manter a média de 40 mil exemplares, o aumento do valor do avulso para 100 réis e “[...] em abril de 1901, assina contrato com a Diretoria Geral de Interior e Estatística, substituindo nesse serviço o *Jornal do Commercio*, que publica esses atos desde 1890 [...]”<sup>194</sup>. Esta última medida acarreta em um aumento considerável da receita do jornal.

A *Gazeta de Notícias* continuou existindo sem interrupção até o ano de 1930. Entre 1889 e 1930, o jornal adotou definitivamente uma política governista, realizando propaganda pró-governo e apoiando publicamente as ações dos sucessivos governos do período, por mais que posteriormente elas tenham se mostrado desastrosas, como ocorreu com as medidas

---

<sup>190</sup> ASPERTI, Clara Miguel. Op. cit., p. 48.

<sup>191</sup> BARBOSA, Marialva. “Tecnologias do novo século (1900 - 1910)”. In: BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil: 1900 - 2000*. Rio de Janeiro. Maud X, 2007. p. 27-30.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>193</sup> CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 18.

<sup>194</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit., p. 30.

econômicas de Rui Barbosa em 1891 (conhecidas como Encilhamento)<sup>195</sup>. Como já observado por Marialva Barbosa acerca dos contratos entre os jornais e órgãos governamentais, a aproximação da *Gazeta* com o Governo Federal significou um aumento muito grande no tamanho e no alcance do jornal<sup>196</sup>.

Contudo, em razão da Revolução de 1930, suas estruturas são abaladas e o jornal não viria a ter períodos de grande estabilidade até seu fim em 1964. Ainda em 1930, o jornal sofreu atentados em sua sede por populares apoiadores de Getúlio Vargas e só voltou a ser reaberto em 1934. A *Gazeta de Notícias* voltou às atividades demonstrando total apoio às políticas no novo regime até o seu fim. Demonstrou apoio ao golpe de 1937 e o Estado Novo, observando-se ampla divulgação das políticas getulistas durante todo o período. Em 1945, o jornal apoia a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, mantendo novamente, em um momento de transição de governo, seu apoio às instituições governamentais. Porém, as políticas de boicote adotadas no período de guerra em relação à publicidade afetaram a situação financeira do jornal que, apesar de manter sua política governista que no passado tinha garantido uma saúde financeira estável, foi vendido em 1945, 1949 e 1950. De 1950 em diante, o jornal se manteve com dificuldades financeiras, muitas vezes relacionadas aos revezes políticos. Seu fim progressivo se deu após o golpe civil-militar de 1964 e a instauração da censura.

## 2.2 Antônio Conselheiro e Canudos nas páginas da *Gazeta de Notícias*

Vimos que a *Gazeta de Notícias* cresceu e se consolidou como um importante jornal no final do século XIX. Pensamos a partir de agora o que o leva a noticiar os temas Antônio Conselheiro e Canudos na cidade do Rio de Janeiro e como eles eram representados nas páginas do periódico.

Em um primeiro momento, podemos pensar que foi apenas pela necessidade de tratar de um episódio que vinha chamando a atenção da imprensa e governo baianos. Entretanto, ele

---

<sup>195</sup> Em verbete publicado no site da Fundação Getúlio Vargas sobre a *Gazeta de Notícias*, Carlos Eduardo Leal aponta que no período conhecido como “República Velha”, a *Gazeta* toma em um primeiro momento um posicionamento anti-monarquista, e, depois de consolidada a República, passa a defender as elites agrárias. A partir deste ponto do capítulo, as principais informações são retiradas deste mesmo verbete. In: LEAL, Carlos Eduardo. “Gazeta de Notícias”. FGV-CPDOC, Verbetes Temáticos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>>.

<sup>196</sup> Segundo depoimentos da época, o jornal era um dos mais bem equipados e modernos do período em termos mundiais. In: *Ibidem*.

não ficou restrito apenas à cobertura jornalística, sendo também objeto a ser explorado pelos literatos que publicavam no jornal, como Machado de Assis, Olavo Bilac e Coelho Neto<sup>197</sup>. Por isso, podemos dizer que as representações produzidas pela *Gazeta de Notícias* não foram apenas práticas, em razão da abrangência do tema em suas páginas e da pluralidade de abordagens e construções.

Segundo Roger Chartier, a historiografia começa a enveredar para assuntos que saíssem da tradicional historiografia voltada para os eixos social e econômico quando a mesma se vê prestes a entrar em uma estagnação da produção histórica frente aos avanços observados em outras áreas das ciências sociais e humanas<sup>198</sup>. Pensar representações a partir de contextos e eventos históricos foi uma das abordagens que propiciaram novas oportunidades de se estudar a história. Para Chartier, o momento marco para a historiografia recente se dá justamente quando a produção historiográfica começa a voltar-se para representações diversificadas.

Com o intuito de explicar como o conceito de representação cria possibilidades de estudos para a história, Chartier trabalha o exemplo da leitura: quando um texto, propaganda, artigo, carta, etc são produzidos, seu autor o imbui de ideias, concepções e intenções que serão interpretadas de diferentes formas. A mensagem assume caminhos distintos para cada receptor. Dependendo de fatores pessoais, temporais e culturais, a representação criada pelo receptor frequentemente se difere da elaborada pelo autor. Representação é, por isso, um conceito dinâmico e muito abrangente.

Tratando-se de Antônio Conselheiro e Canudos, encontramos dois tipos de representações a serem analisadas: a primeira é uma representação individual, presa a um sujeito que o jornal abordará de maneira variada, mas mais ligada à sua personalidade, história e aparência. O Arraial de Canudos é apresentado por um olhar externo com uma concepção próxima dos órgãos oficiais. Lembramos que, para Chartier, dentro de um coletivo, cada grupo que o compõe constrói e expõe sua própria representação, sendo a representação coletiva um amálgama dos elementos constitutivos das micro representações, que através de elementos em comum forjam uma representação macro que indica a “[...] capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade [...]”<sup>199</sup>. Neste sentido, destacamos os elementos que constituem Canudos para a *Gazeta de Notícias* e que se encontram

---

<sup>197</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>198</sup> CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 63-66.

<sup>199</sup> CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 73.



nos telegramas, correspondências e artigos jornalísticos e literários publicados em suas páginas no período de 1896 a 1899.

Na imprensa em geral, considera-se a guerra de Canudos de três maneiras distintas<sup>200</sup>, como é trabalhado no livro de Walnice Nogueira Galvão. A primeira é marcada por uma sátira dos eventos que a envolveram e, principalmente, das ações do governo republicano. Este tipo de representação criticava com humor ácido o governo ao mesmo tempo que depreciava a imagem do “sertanejo”. Ao apresentar o sertanejo como um povo pobre e desnutrido, ressalta o vexame do governo, primeiro estadual e depois federal, que teve muitas dificuldades para resolver os problemas que Conselheiro e Canudos causavam aos olhos dos jornais e do público leitor. Os textos satíricos tratavam tanto da visão do autor sobre o que se passava no interior da Bahia, quanto traziam textos fictícios atribuídos a Antônio Conselheiro ou a algum dos seus conselheiristas. Estes textos fictícios eram publicados no jornal como sendo textos factuais e evidenciavam críticas e uma desqualificação de seu suposto autor. Sobre eles, Walnice Galvão explica que:

Textos dessa ordem, publicados sem maiores referências, devem merecer, hoje, tanto crédito quanto as conspirações e cartas autênticas de conspiradores que não cessavam de ser divulgadas pelos jornais. Mas certamente eram lidas, por uma parte dos leitores, pelo menos, com a maior boa fé, e devem ter contribuído em não pequena medida para o clima de pânico que se criara a partir da derrota de Moreira César, pois foi daí em diante que o tema da campanha invadiu as páginas dos jornais<sup>201</sup>.

Como exemplo de representação galhofeira dentro da *Gazeta de Notícias*, citamos o texto publicado por Coelho Neto na seção “Fagulhas” de 09/08/1897, com elementos tanto de sátira quanto de paródia<sup>202</sup>. Nele, Coelho Neto diz transcrever uma carta enviada por um suposto soldado que combatia na quarta expedição, informando que naquela região, coisas fantásticas acontecem. Segundo esta carta, os animais falam e interagem com as pessoas, sendo uma clara alusão de Coelho Neto a certos grupos de pessoas descritas como pertencentes a algum dos lados do conflito. Ele descreve, por exemplo, o fato de um cachorro correr pelo campo de batalha para trazer água para os membros do exército, alusão aos moradores locais

<sup>200</sup> Ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais (4ª Expedição)*. Recife: Cepe editora. Edição do Kindle, 2019; CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 22-23, 26, 28 e 30; e SILVA, Dácia Ibiapina da. Op. cit.

<sup>201</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., p. 55.

<sup>202</sup> CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 22.

que contribuíram com suprimentos à expedição militar que Fávilla Nunes, correspondente de guerra do jornal, aponta em seus relatos que iremos abordar mais adiante no capítulo:

Quando as tropas do general Arthur Oscar, desalentadas, sofrendo os horrores da fome e da sede, alongavam afflictamente os olhos pela cidadela do Bom Jesus... desbragado, o cão de um dos soldados, n'uma resolução heroica, apanhou um balde da cantina e foi-se com elle pela rampa, sem temor das balas dos jagunços nem das pragas do Conselheiro.

Chegou a uma cachimba, encheu-o e voltou com elle para o acampamento, praticando uma obra de misericórdia. Todos os soldados, ávidos, beberam á saude do cachorro, que foi promovido a aguadeiro-mór<sup>203</sup>.

O literato também representa um grupo de conselheiristas abatidos pelo exército como macacos:

[...] Avançando contra o umbuzeiro, os soldados fizeram tão vivo o fogo que o terrível inimigo rolou da árvore e, com pasmo, viram que eram um macaco. Mas não ficou n'isso: continuando o fogo, ouviu-se uma voz lamentosa dizer:

- Cathirina, toma esta criança, que me sinto ferida.

Era a macaca, que passava aos braços da filha mais velha o filho mais novo, porque fora atingida por uma bala. No cadáver do símio foram encontrados vários pentes de Mannlicher (e ha quem ria quando se diz - "vá pentear macacos"), uma escova de dentes, um cupom do Pantheon Ceroplastico e dous bilhetes da loteria de 500 contos... Era um macaco velho!<sup>204</sup>

Esta crônica de Coelho Neto apresenta bem as representações galhofeiras: repletas de humor, sátira e paródias, através dela o literato diminui a seriedade da situação que foi a guerra de Canudos e reforça uma campanha desumanizadora dos conselheiristas, que o editor chefe do jornal inicia após a morte Moreira César.

Uma representação sensacionalista de Canudos também esteve presente na imprensa. Prática comum nos jornais do período, o jornalismo sensacionalista encontra na guerra de Canudos uma rica fonte para a produção dos mais diversos artigos, crônicas e reportagens. Textos sensacionalistas possibilitavam a venda de mais exemplares e uma maior influência sobre a opinião pública. Quanto à proporção do sensacionalismo sobre Canudos, Galvão afirma:

[...] É difícil, para o leitor de hoje, aquilatar o porte e a extensão que o jornalismo da época deu à Guerra de Canudos. Afora as rápidas menções dos historiadores, temos as referências do próprio Euclides da Cunha n'Os sertões, e é em geral por via desta fonte que se pode ter uma ideia do estardalhaço que a imprensa fez. Ainda assim, informação já filtrada e ocupando um lugar reduzido dentro do livro, ela não prepara o leitor para o espanto que o toma ao compulsar os exemplares dos jornais. O País, do

<sup>203</sup> ACERVO da Fundação Biblioteca Nacional (AFBN). "Fagulhas". *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 9 de Agosto de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/16707](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16707)>.

<sup>204</sup> Ibidem.

Rio, que embora não indique sua tiragem, a exemplo dos demais, traz, todavia, sempre no cabeçalho da primeira página o registro de que é ‘a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul’, é o campeão do sensacionalismo. Alguns outros jornais seguem as pegadas da folha de Quintino Bocaiúva; mesmo assim, nem de longe conseguem sombreá-la.

Os tipos de escritos são variados. Sai n’O País, por exemplo, a série de artigos intitulada Canudos e que leva a estranha assinatura de Majores Moraes Rego; por uma nota do Diário de Notícias, da Bahia, de 11 de setembro de 1897, vim a saber que se trata de trabalho feito em colaboração por dois irmãos que, por coincidência, são ambos militares e da mesma patente.

Essa série, que se inicia no número de 3 de setembro de 1897 d’O País, continua nos números dos dias 5, 7, 9, 12, 14, 19, concluindo no dia 22 de setembro de 1897. Seus autores propõem-se logo de saída a demonstrar que se trata de uma conspiração monarquista. Analisam a política do momento, dividindo os elementos republicanos dos elementos monarquistas. A Revolução Monarquista, na realidade, teria começado no Rio Grande do Sul, empunhando a bandeira republicana parlamentarista. Mas Canudos é uma continuação dela, embora pareça ser outra coisa; apenas, os gaúchos são, mais que os sertanejos, excitáveis pela política, e estes, mais que aqueles, pela religião. Em consequência da revolta do Rio Grande do Sul teria havido a revolta de setembro, no Rio; o que dá ensejo aos autores de fazerem uma rápida análise da política de Floriano. Afirmam que Canudos é um foco organizado no Norte pelos inimigos da República, como manobra diversionista para concentrar lá as forças do regime e retirá-las do Rio Grande do Sul, que então poderá atacar pela retaguarda. Sustentam que políticos, padres e militares estão envolvidos na conspiração, dando por isso a Antônio Conselheiro o estatuto de santo e general<sup>205</sup>.

Os textos mencionados por Galvão são cotidianos e variados enquanto a guerra de Canudos se mantém em curso. Dos publicados pela *Gazeta de Notícias*, o maior expoente é o escrito por Olavo Bilac após a derrota da Terceira Expedição, na coluna “Chronica”, publicado em 14 de março de 1897<sup>206</sup>:

[...]

Ao menos, a desgraça de Canudos serviu para isso. Abençoadas as dores de que sahem esta energia e esta fria e heroica tenacidade com que esta preparando a desforra: a terra sómente se abre em verduras de primavera e em fructos de outono depois de ter o seio dolorosamente rasgado pelo arado...

Em breve, já nem memoria ha-de restar da affronta: haverá apenas a gloria dos que morreram e a gloria dos que souberam vinga-los. E esta *Chronica* voltará a ser alegre - porque nem mesmo hoje, n’estes dias de luto e sangue, conseguiu ella ser triste.[...] <sup>207</sup>

Nele o autor satiriza as ações dos militares mortos na fracassada expedição ao tomá-los como heróis, reforça o boato de que Canudos seria um reduto monarquista que pretendia

<sup>205</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., p. 64-65.

<sup>206</sup> Segundo Silva, “nesta crônica, como de resto nas demais, Bilac assume com entusiasmo a bandeira republicana. Ele está convencido de que a rebelião de Canudos é um movimento restaurador da monarquia e pede que ela seja sumariamente eliminada:[...]”. SILVA, Dácia Ibiapina. Op. cit., p. 12.

<sup>207</sup> AFBN. “Chronica”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 14 de Março de 1897. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15915](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15915)>. Acesso em: 30 jul. 2022.

derrubar a República em uma revolução e exalta o governo a tomar medidas imediatas e enérgicas contra o Arraial. Bilac praticamente consolida a visão que se torna popular de uma inegável conexão entre Conselheiro e os movimentos pró-monarquia, atribuindo os armamentos e as ações dos conselheiristas à presença de “agentes externos” enviados ao Arraial a fim de preparar os homens para a tomada de poder. Posteriormente, veremos que Bilac mudaria seu posicionamento, porém apenas após a Quarta Expedição e a propagação de informações mais apuradas sobre o que acontecia na região.

A representação sensacionalista não é composta apenas pela literatura e por cartas ficcionais. Muitas cartas enviadas por participantes das expedições militares, principalmente da quarta expedição, foram usadas para embasar as versões exageradas dos jornais sobre a guerra. O remetente destas cartas varia de soldados até altas patentes. O Comandante-em-Chefe de guerra da quarta expedição, General Artur Oscar, por exemplo, enviou um telegrama para sua esposa no dia 10 de setembro de 1897, informando sobre o andamento da campanha e, no fim, pediu que ela o repassasse para a imprensa. Esta comunicação saiu em diversos jornais do país, incluindo a *Gazeta de Notícias*, e, segundo Galvão, colaborou tanto quanto as publicações sem fundamentos para a “[...] atmosfera de pânico e exaltação que se desprende das páginas impressas [...]”<sup>208</sup>. A representação sensacionalista seria tão responsável pelo desfecho violento da guerra de Canudos quanto aqueles que decidiram executá-lo.

A terceira das representações, que é a que menos se observa no momento do conflito, é a representação ponderada. Ela aparece, em sua maioria, antes da derrota da terceira expedição e da confirmação da morte do Coronel Moreira César. Nelas os autores propunham reflexões e debates comedidos quanto às intenções de ambas as partes no conflito e sugerem que o leitor desenvolva seu senso crítico sobre as motivações de Antônio Conselheiro ao liderar o Arraial de Canudos. Alguns dos textos que apresentam representações ponderadas, como os publicados entre fevereiro e março no *Jornal do Brasil*<sup>209</sup>, representam Conselheiro a partir da sua vida pessoal, propondo que o leitor pense quais motivações um homem que levou uma vida sofrida e dedicou-se à religião teria para cometer os atos que lhe são atribuídos.

Na *Gazeta de Notícias* também há textos ponderados sobre Antônio Conselheiro e Canudos, entre os quais destacamos os escritos por Machado de Assis, principalmente na coluna dominical “A Semana”, em que expõe suas críticas ao governo, à imprensa e à sociedade, ao mesmo tempo em que exalta a figura de Conselheiro como um indivíduo que desperta

---

<sup>208</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., p. 80-81.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 100-134.

curiosidade, e através da ironia o literato tece uma defesa ao religioso e sua comunidade ao expor a falsa ameaça que esses representavam ao ressaltar as condições de pobreza que miséria que viviam. Machado também utiliza algumas de suas crônicas para defender a liberdade de imprensa, de crença e, principalmente, de opinião, como podemos observar na edição 31 de 1897:

[...]

Não trato, porém, de conselheiristas ou não conselheiristas, mas de *conselheirismo*, e por causa delle é que protesto e torno a protestar contra a perseguição que se está fazendo á seita. Vamos perder um assumpto vago, remoto, fecundo e pavoroso. Aquelle homem que reforça as trincheiras envenenando os rios é um Mahomet forrado de um Borgia. Vede que acaba de despir o burel e o bastão pelas armas; a imagem do bastão e do burel dá-lhe um character hieratico. Enfim, deve exercer uma fascinação grande para incutir sua doutrinação em uns e a esperança da riqueza em outros. [...] A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derrubar o apóstolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz tornará o sertão, e com ella a monotonia. A monotonia virá também a nossa alma. Que nos ficará depois da victoria da lei? A nossa memória, flor de quarenta e oito horas, não terá para regalo a água fresca da poesia e da imaginação, pois seria profaná-la com desastres elétricos de Santa Thereza, roubos, contrabando e outras anedotas, succedidas nas quinta-feiras para se esquecerem nos sabbados<sup>210</sup>.

No decorrer deste capítulo, veremos mais destes trechos em que Machado expõe sua opinião quanto ao caso de Canudos e Conselheiro. Entretanto, é importante apontarmos desde já ser curioso como o literato consegue espaço no jornal, mesmo nos períodos mais intensos do conflito, indo contra a maioria dos colunistas da *Gazeta* que condenavam Conselheiro e seus seguidores e defendiam as ações violentas do governo contra essa população. Não fica certo se este espaço é mantido em razão do renome que Machado de Assis já possuía na época, ou se foi uma manobra do jornal para manter sua aparência de neutralidade. De todo modo, ele não é mais percebido durante a realização da quarta expedição.

Os contrastes de representações são resultado do que cada jornal quer passar. No caso da *Gazeta de Notícias*, desde sua fundação a equipe liderada por Ferreira de Araújo sempre dispunha das páginas do jornal para a presença de múltiplas opiniões, apesar de, muito por influência do seu diretor, tomar atitudes pró-governo, como dissemos, independentemente de qual era o governo do momento. Por isso, dentro de um mesmo jornal, somos apresentados não apenas a uma das representações generalistas da guerra de Canudos, mas às três, sendo isto possível, pois escritores e jornalistas com posicionamentos e concepções diversas compartilhavam o mesmo espaço.

---

<sup>210</sup> AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 31 de Janeiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15689](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15689)>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Perguntamos, então, as intenções da *Gazeta de Notícias* em noticiar sobre Antônio Conselheiro e Canudos. Com uma vasta pluralidade de opiniões, faz-se necessário mapear os momentos em que o assunto é tratado e analisá-los no desenrolar do conflito, o que será feito na seção seguinte, tendo em vista que, seguindo o histórico que vimos do jornal, a questão financeira era um forte motivador da editoria.

A *Gazeta de Notícias* escreve sobre Conselheiro e Canudos para o público leitor do Rio de Janeiro. Definir o local para o qual se escreve é de grande importância, pois na última década do século XIX o jornal já tinha se estabelecido como de alcance nacional, mas é principalmente para o seu público mais próximo que se preocupa em escrever. Elementos que evidenciam o destinatário das representações da *Gazeta* estão na maneira como os escritores expõem suas reações às notícias que chegam de Salvador. Expressões como “[...] nos Canudos de Conselheiro”<sup>211</sup>, quando unidas a uma visão de distanciamento civilizatório e cultural do litoral para o interior, pautada em ideias eugenistas fortemente presentes no início da Primeira República, como aponta Durval Muniz Albuquerque Júnior<sup>212</sup>, evidenciam o estranhamento que os próprios redatores do jornal possuíam quanto à localidade e seus habitantes. O jornal busca reduzir este distanciamento na quarta expedição ao enviar um correspondente de guerra, o riograndense Júlio Procópio Fávilla Nunes<sup>213</sup>. Porém, quando este começa a enviar suas correspondências, muitas das opiniões de parte significativa dos redatores já estão formadas. Alguns chegam a mudar de opinião posteriormente, como o próprio Olavo Bilac<sup>214</sup>, mas textos que evidenciam tais mudanças são posteriores à destruição do Arraial de Canudos.

No período de 1890 a 1899, a *Gazeta de Notícias* passa a publicar reportagens sobre Antônio Conselheiro a partir da edição 161, de 10 de junho de 1896, e se estende até a edição 190, de 9 de julho de 1899<sup>215</sup>. Neste período de tempo analisado, identificamos 138 ocorrências

---

<sup>211</sup> AFNB. “O Filhote”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 4 de Fevereiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15709](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15709)>. Acesso em: 21 jun. 2022.

<sup>212</sup> O discurso regionalista do *Estado de São Paulo* era eugenista, e em parte negacionista, pois não incluía a população que era desprezada pelos eugenistas. Esta população concentrava-se longe dos principais centros de poder do Brasil do final do século XIX e início do XX. Para mais informações, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit., p. 51-77.

<sup>213</sup> CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 39.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>215</sup> As imagens das edições da *Gazeta de Notícias* que foram analisadas nesta dissertação estão armazenadas no banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para a realização da pesquisa, foi usado o mecanismo de busca que o próprio *site* disponibiliza, tendo como palavra chave “Antônio Conselheiro”, visto que a palavra chave “Canudos” não apresenta apenas resultados referentes ao povoado, mas também ao objeto. “Arraial de Canudos” também foi testada como palavra-chave, entretanto apresentou resultados muito menores que “Antônio Conselheiro” já havia apresentado.

envolvendo a palavra-chave “Antônio Conselheiro”. Porém, durante a análise de cada uma, percebe-se que o número em si destoa um pouco do informado, sendo de fato apenas 137 ocorrências sobre Antônio Conselheiro e sobre o Arraial de Canudos. Para fins de comparação, quando usado “Arraial de Canudos”, surgem apenas 32 ocorrências sobre o caso, e todas já aparecem pela busca por “Antônio Conselheiro”. Esta diferença suscita uma questão interessante: se o nome de Antônio Conselheiro é mais citado que o Arraial de Canudos, o homem em si chamaria mais a atenção do que o povoado? A atenção a estes detalhes é importante para se analisar os signos e sinais da mensagem, como aponta Carlo Ginzburg em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”<sup>216</sup>. Assim, se compreende melhor os objetivos, os elementos constituintes e os processos de construção da mensagem.

Partindo, então, para a análise da primeira ocorrência, é publicado na sessão “Telegrammas” que Antônio Conselheiro teria sob seu comando cerca de 18 mil pessoas vindas de vários Estados (não são informados quais). A informação havia sido passada por carta pelo repórter da *Gazeta de Notícias* no Centro (a partir de outros telegramas, entende-se que Centro seria a cidade de Salvador). Este repórter não é identificado nos telegramas que são enviados da Bahia para a sede da *Gazeta* no Rio de Janeiro. Porém, pela análise das mensagens, percebe-se que se trata do mesmo repórter para todas as ocorrências que aparecem na sessão “Telegrammas”. Vale ressaltar também que havia uma questão de escolha editorial quanto ao que era publicado no jornal, e a sessão “Telegrammas” não é uma exceção. A presença de um telegrama pouco apurado e sensacionalista, de alguma forma, atendia às exigências e/ou demandas políticas da editorial da *Gazeta de Notícias*. Sobre a mensagem em si, vemos que o repórter não cita o local, mas o homem para se referir ao grupo: não se diz “no Arraial de Canudos se juntam 18 mil homens”, mas sim que “Antônio Conselheiro comanda 18 mil homens”. Esta forma de tratar o povoado a partir de seu líder se repete nos 23 telegramas enviados e publicados no período analisado. Neles o repórter mantém a identificação do grupo através do seu líder, mesmo nos telegramas em que se reproduzem cartas ou bilhetes enviados por leitores ou informantes, preservando assim a identificação dos conselheiristas a partir de Antônio Conselheiro. Quanto à veracidade das informações passadas por telegramas, cabe certa desconfiança, visto que não era uma prática comum a apuração dos fatos. As práticas de jornalismo na época prezavam mais pela quantidade de informações do que pela qualidade das mesmas, como aponta Campos:

---

<sup>216</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais – raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-275.

As notícias sobre Canudos vinham quase todas assim: truncadas e imprecisas; inclusive aquelas mais longas, e que queriam ser mais detalhadas que este limitado telegrama (quanto à extensão do texto), mas não respondiam da mesma forma que as demais notícias da Gazeta, satisfatoriamente às perguntas tão caras ao jornalismo: Quem? O que? Quando? Onde? Como? Por que?

A verificação da veracidade de um fato antes de se estampar no jornal, tratando-se na Gazeta, parecia não existir, principalmente nos famosos telegramas. Esse fato veio a colaborar de certa forma para que fosse construída toda uma ideologia anticanudos por parte da referida folha. [...] <sup>217</sup>

Além disso, tenta-se noticiar antes da concorrência. Maria de Lourdes Eleutério diz que:

Na imprensa que se modernizava na forma e no conteúdo, o repórter figurou como profissional destacado na cobertura das novas pautas, com reportagens que demandavam agilidade para a apreensão e transmissão da notícia, bem como faro apurado para matérias instigantes e sensacionais. Nesse sentido, a Guerra de Canudos (1893 - 1897) foi um dos episódios que não só mereceu grande espaço na imprensa periódica, como se prestou a novas práticas jornalísticas. [...] <sup>218</sup>

O caso de Canudos e de Antônio Conselheiro é exemplo de uma matéria instigante, e considerando-se a sua capacidade de atrair a atenção do meio jornalístico junto com o pouco comprometimento com a apuração, observa-se na seção “Telegrammas” a propagação de uma representação de Antônio Conselheiro a partir das informações que chegavam ao repórter da *Gazeta de Notícias* em Salvador: um homem perigoso, que reúne em torno de si homens dispostos a pegar em armas para defendê-lo; e estes homens já viviam uma vida de crimes antes mesmo de se unir aos conselheiristas. Quanto a Canudos, seria uma fortaleza inimiga, feita para abrigar e defender quem seguia Antônio Conselheiro, além de se localizar em uma região de difícil acesso que favorecia sua defesa.

A ameaça construída pelos telegramas sobre Antônio Conselheiro fazia dele um religioso e um estrategista que planejava ataques às cidades vizinhas que se recusassem a colaborar com seu movimento. Como exemplo, temos o telegrama postado no dia 6 de novembro de 1896<sup>219</sup>, em que, respondendo às reclamações do questor<sup>220</sup> de Pernambuco<sup>221</sup>

<sup>217</sup> CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 23-24.

<sup>218</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo. Contexto, 2011. p. 89.

<sup>219</sup> AFNB. “Telegrammas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sexta-Feira, 6 de novembro de 1896. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15215](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15215)>. Acessado em 22 de jun de 2022.

<sup>220</sup> Questor era o nome dado ao cargo de um administrador financeiro do Estado.

<sup>221</sup> O nome do questor de Pernambuco não é identificado. Assim como ele, há uma grande incidência de indivíduos não identificados dentro das notícias passadas pelo jornal, e inclusive quanto ao nome de quem escreve as colunas, notícias, crônicas, etc... São poucos os casos em que há a identificação do autor dos artigos da *Gazeta de Notícias* no próprio jornal.



sobre uma “invasão projetada por Antônio Conselheiro” à cidade de Petrolina, o governador do Estado da Bahia requisitou reforço das forças federais a um destacamento na quantidade de 100 praças comandados por oficiais da polícia que seriam destacados para Juazeiro (BA) no intuito de impedir a invasão. O repórter que escreve os telegramas também atribui ao Conselheiro o comando direto sobre as forças conselheiristas que lutaram em Uauá (BA) e posteriormente nos arredores de Canudos, sem que houvesse fontes que confirmassem que Antônio Conselheiro comandara os seus seguidores em tais combates<sup>222</sup>.

Com o desenvolvimento do conflito, a *Gazeta de Notícias* passou a destinar colunas extraordinárias para a cobertura da guerra, e a partir desse ponto as ocorrências envolvendo Antônio Conselheiro e Canudos deixam de aparecer na seção “Telegrammas”. Na última data em que aparecem, de 15 de março de 1897, na edição 74, o correspondente diz que as informações que o governador da Bahia Luiz Viana trouxe a público sobre Antônio Conselheiro e o Arraial de Canudos vieram do juiz de direito de Monte Santo, parente do Barão de Jeremoabo que tinha desavenças com Conselheiro e seus seguidores mesmo antes da existência de Canudos, e do major Febrônio, comandante da segunda expedição. Dentre as informações passadas por telegramas, a que mais destoa do conjunto se dá na segunda ocorrência, de 6 de setembro de 1896, edição 250, onde o repórter informa que, seguindo o exemplo de Antônio Conselheiro, apareceu outro religioso conhecido como Benta Hora na região de Obrobó Grande (BA), com cerca de 100 seguidores. Além da informação destoar por si mesma de um padrão sobre o assunto na dita seção, o repórter informa que a “Imprensa” (não são especificados quais jornais estariam inclusos) pediu ao governador Luiz Viana que prendesse Benta Hora antes que crescesse como ocorreu com Conselheiro.

Este telegrama é digno de destaque por ter influenciado a primeira ocorrência fora da coluna “Telegrammas”, com Machado de Assis comentando o caso em “A Semana”, mais precisamente o pedido de prisão feito pela “Imprensa”<sup>223</sup>. Nela o escritor usa de um tom sarcástico para tratar do fato de que um ou mais jornais se uniram para pedir ao governador do Estado da Bahia que prendesse um homem por se expressar:

[...]

---

<sup>222</sup> Em *Os Sertões*, Euclides de Cunha atribui o comando das forças conselheiristas a João Abade em mais de um momento, chegando a dedicar uma passagem inteira ao grupo que o conselheirista e membro do círculo de confiança de Antônio Conselheiro comandou. Esta intitula-se “A Legio Fulminata de João Abade”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 174.

<sup>223</sup> AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 13 de setembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/14903](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/14903)>. Acesso em: 22 jun. 2022.

D'ahi a minha admiração ao ler que a imprensa da Bahia aconselha ao governo faça recolher Benta Hora á cadeia. Nota-se de passagem: a noticia, posto que telegraphica, exprime-se d'este modo: < a imprensa pede ao governo mandar o quanto antes que faça Benta Hora *apresentar as divinas credenciais na cadeia...*>. O telegrapho é uma invenção econômica, deve ser conciso e até obscuro. O estylo faz-se por extenso em livros e papeis públicos, e às vezes nem ahi. Mas nós amamos os ricos vestuários do pensamento, e o telegramma vulgar é como a tanga, mais parece despir do que vestir. Assim explico aquelle modo faceto de noticiar que querem metter o homem na cadeia. [...]<sup>224</sup>

Enquanto caçoa da atitude tomada pela “Imprensa”, Machado indaga se a atitude de se pedir a prisão de outrem sob tais alegações não seria inconstitucional, visto que o direito de expressão é uma garantia presente na lei. Segundo ele, expressão e pregação seriam ações iguais e por isso amparadas na mesma lei. Também ressalta que mesmo que o direito de pregação não fosse amparado pela liberdade de expressão, certamente seria pela liberdade de culto, também presente na Constituição de 1891. Para Machado, não seria necessário e nem produtivo entrar em discussão se Antônio Conselheiro e Benta Hora eram enviados por Jesus Cristo, como os seguidores de ambos alegavam, mas sim atentar para o fato de que uma ou mais pessoas estão pedindo a prisão de um homem por ele expor em público suas crenças pessoais.

Esta passagem foge do tom dos demais telegramas. Por se tratar de um assunto ainda muito pouco apurado e apresentado, não necessariamente seria Antônio Conselheiro foco das atenções. Machado de Assis focou numa ação que, no texto do telegrama que a informa, era algo mínimo, um adendo à informação principal de Benta Hora. Ainda no período anterior ao envio da terceira expedição, para a *Gazeta*, Canudos era um local onde morava um indivíduo interessante, apenas isso. A importância dada tanto ao povoado quanto ao seu líder será progressivamente aumentada conforme o fluxo de informações que chegavam. É perceptível que, em telegramas que repassam boletins oficiais baianos, pouco se sabia sobre o que acontecia em Canudos e sobre o próprio Conselheiro. As primeiras ocorrências são noticiadas durante a realização da segunda expedição, sendo perceptível que, neste momento, o repórter da *Gazeta* em Salvador passa uma grande confiança de que o poder estadual resolveria a situação. Posteriormente, o mesmo repórter, e outros colonistas, dão como certo o sucesso das forças federais lideradas pelo Coronel Moreira César. Quando elas falham, também fica claro o pânico propagado.

---

<sup>224</sup> Ibidem.

Quanto às informações pessoais sobre Conselheiro, a primeira ocorrência data de 28 de novembro de 1897, edição 333, na coluna “Brinde Nacional”<sup>225</sup>, destinada à publicação de notícias variadas enviadas por leitores ou colaboradores ao jornal e editada pelo secretário da comissão do “Brinde Nacional” Carlos Leite Ribeiro. Nela o jornal reproduz uma notícia publicada no jornal cearense *República*, onde informa o nome de batismo de Antônio Conselheiro, Antônio Vicente Mendes Maciel, e breves dados sobre sua família, conhecida na região por ser corajosa e célebre na história do crime no Ceará. Estas são as primeiras informações que a *Gazeta de Notícias* apresenta sobre Conselheiro que não envolvem o conflito em andamento. No dia seguinte, é publicada a coluna extraordinária “Antônio Conselheiro”<sup>226</sup>, que voltará a se repetir em outras edições e se torna permanente no ápice da guerra. Nela a própria *Gazeta* afirma que as informações que tem sobre a vida de Antônio Conselheiro foram completadas por muitos boatos. O texto informa que Antônio Vicente Mendes Maciel era natural do Ceará, e não da Bahia como alguns outros jornais diziam, e teve uma vida matrimonial abastada, cujo grande problema era a constante inimizade entre sua esposa e sua mãe. O desentendimento entre as duas crescera ao ponto que ele teria tirado a vida da própria mãe. Juntamente com esta tragédia pessoal, o jornal afirma que todos os habitantes da região natal de Conselheiro eram supersticiosos e quase fanáticos e isto explicaria o fato de Antônio Conselheiro ser uma pessoa desequilibrada e perigosa.

O relato da vida de Antônio Conselheiro apresentado pelo jornal é baseado em boatos que o levaram a ser preso e julgado, mas inocentado por falta de provas. Após esta ocorrência, o jornal segue noticiando tudo o que chega pelos telegramas e por outros informantes. Depois do dia 1º de dezembro de 1897, quando são publicadas novidades sobre a guerra de Canudos na coluna extraordinária “Antonio Conselheiro”, as notícias passam a ser em sua maioria atualizações sobre a expedição comandada pelo major Febrônio de Brito.

A princípio, o entusiasmo por uma rápida solução para Canudos é evidente, acompanhado sempre de termos depreciativos direcionados aos conselheiristas, sendo o mais recorrentes “fanáticos”. Já no dia 4 de dezembro de 1897<sup>227</sup>, na edição 339, duas ocorrências anunciam os primeiros revezes que essa expedição enfrentaria, com principal destaque para a

---

<sup>225</sup> AFBN. “Brinde Nacional”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sábado 28 de novembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15329](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15329)>. Acesso em: 22 jun. 2022.

<sup>226</sup> AFBN. “Antônio Conselheiro”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo 29 de novembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15335](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15335)>. Acesso em: 22 jun. 2022.

<sup>227</sup> AFBN. “Antônio Conselheiro”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sexta-Feira, 4 de dezembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15361](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15361)>. Acesso em: 22 jun. 2022.

emboscada no caminho para Canudos. Tal emboscada custou a vida de muitos conselheiristas, mas forçou o recuo da força expedicionária, que sofreu baixas. A partir desta ocorrência, já se percebe certa apreensão do jornal quanto à capacidade da segunda expedição obter êxito. São também destacadas as discussões entre poder estadual e forças federais localizadas na Bahia quanto à forma de lidar com a situação.

Deste ponto em diante, o tema Canudos e Conselheiro cresce no jornal, com publicações humorísticas em “O Filhote”, anúncios de livros sobre a vida do religioso sendo produzidos por um suposto “seguidor que fugiu de Canudos” e muitos telegramas e correspondências. No decorrer da edição 339 de 1896 à 74 de 1897, algumas ocorrências noticiadas na secção precisam ser destacadas para colaborar na análise aqui proposta.

Após a edição 338 de 1896<sup>228</sup> aumenta a publicação de informações sobre atitudes violentas por parte de Antônio Conselheiro, com destaque especial para invasões e saques a cidades e vilarejos no interior da Bahia e nas regiões de fronteira com seus vizinhos. A mesma acusação se repete na edição 362 de 1896<sup>229</sup>, quando também a partir de um telegrama é noticiado que Antônio Conselheiro teria ordenado a destruição de três fazendas vizinhas a Canudos, Caimbé, Cocorobó e Salobro, e que fossem danificadas as estradas que levam ao Arraial de Canudos, como parte de uma estratégia defensiva. Também é perceptível que tais boatos movimentam o poder público, como citado anteriormente na comunicação do questor de Pernambuco com o governador Luiz Viana, no relato do tenente Ferreira Pires na edição 339 de 1896<sup>230</sup>, afirmando que chegou ao conhecimento da força expedicionária um suposto ataque dos “bandidos” a Uauá (BA) que teria reduzido a cidade em ruínas. Afirma também que Conselheiro teria ordenado o massacre de uma família que tentou abandonar Canudos. Em ambos os casos, a historiografia provou serem mentiras propagadas para gerar pânico entre a população. Apesar de antes destes episódios já terem ocorrido relatos sobre supostas violências cometidas pelos conselheiristas, estes se destacam por enfatizar atitudes de grande brutalidade. E a forma como são divulgadas no jornal indica um certo alarmismo do repórter da *Gazeta* quanto ao caso.

---

<sup>228</sup> AFBN. “Telegramas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sábado, 6 de dezembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15367](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15367)>. Acesso em: 22 jun. 2022.

<sup>229</sup> AFBN. “Telegramas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 27 de dezembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15501](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15501)>. Acesso em: 22 jun. 2022.

<sup>230</sup> AFBN. “Telegramas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sexta-Feira, 4 de dezembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15361](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15361)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

Na edição 345 de 1896 é noticiado na secção “Telegrammas” que as informações que chegavam no Centro (Salvador) eram muitas e estavam causando muita desinformação. O jornal afirma que o governador Luiz Viana havia convocado pessoas que estivessem envolvidas nos esforços para solucionar o caso de Canudos para reuniões nas quais seriam separados os fatos dos boatos. Este telegrama é um forte indicativo que reforça o problema da falta de apuração dos fatos que Silva e Campos<sup>231</sup> apontam quanto ao jornalismo da *Gazeta*. Entretanto, revela que o poder público se incomoda com o grande fluxo de boatos por atrapalhar os esforços da força expedicionária. Posteriormente, durante a terceira expedição, na edição 50<sup>232</sup> de 1897, o jornal reproduz na seção especial “Antônio Conselheiro” um comunicado oficial do governo estadual da Bahia, informando que são pouco prováveis e imprecisos os boatos sobre os recursos materiais e a população de Canudos. O comunicado é finalizado com um pedido para que a imprensa pondere melhor ao tratar do assunto, pois alguns boatos estariam prejudicando os esforços para combater o Arraial de Canudos.

Há dois momentos no jornal em que é apresentada uma defesa de Antônio Conselheiro e de Canudos. Ambos na coluna dominical “A Semana”, como já sabemos, de autoria de Machado de Assis. Na edição 362 de 1896<sup>233</sup>, em um contexto de eleições municipais, Machado destaca mais uma vez Conselheiro:

Leitor, aproveitamos esta rara ocasião que os deuses nos depararam. Só dous folegos vivos não são candidatos no governo da cidade, tu e eu. E ainda assim não respondo por ti; n'este seculo de maravilhas pode dar-se que um candidato tenha alma bastante para ter, ao café, uma columna de sabedorias, e ir depois pleitear a palma de combate. Tudo é possível. Já se veem ossos atravez de carne; dizem que Edison medita dar vista aos cegos. E o que fez na Bahia, sem outro instrumento mais que a suggestão, o nosso grande thaumaturgo Antonio Conselheiro.

Mas em que é que aproveitaremos esta occasiao rara? Em dizer das letras e da poesia. Aqui temos Valentim Magalhães com o *Flor de sangue* ; aqui temos Lucio de Mendonça com as *Canções de Outono*. Iremos votar, de certo, tu e eu, mas há de ser depois de me haveres lido e bebido a chavena de café. [...] <sup>234</sup>

Ao lado de outras pessoas que o escritor e cronista afirma serem grandes destaques na sociedade brasileira, como Valentim Magalhães e Lucio de Mendonça, afirma também que

<sup>231</sup> SILVA. Dácia Ibiapina. Op. cit., p. 10; e CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 23-24.

<sup>232</sup> AFBN. “Antônio Conselheiro”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sexta-Feira, 19 de fevereiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15789](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15789)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>233</sup> AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 27 de dezembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15501](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15501)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>234</sup> Ibidem.

outras ainda virão se o leitor souber votar. Ao destacar Conselheiro ao lado de figuras proeminentes da época, mas principalmente do meio literário, o cronista atribui um valor de destaque ao religioso por sua capacidade de atrair a atenção do povo, e em alusão às vindouras eleições, Machado usa de Conselheiro como um exemplo de indivíduo que se espera encontrar nas próximas disputas eleitorais. Já na edição 31 de 1897<sup>235</sup>, Machado faz uma defesa mais direta do tema, não se restringindo apenas ao Conselheiro, o que já foi previamente exposto neste trabalho. Na defesa que desenvolve, o cronista critica a perseguição e a opressão contra Canudos por alguns jornais e pelo poder público, já que não estariam sendo analisados todos os aspectos da doutrina ensinada em Canudos e eram desconsiderados os talentos demonstrados por Conselheiro que seriam de grande auxílio no diálogo entre capital e interior. Segundo Machado, se o único talento de Antônio Conselheiro fosse falar bem ao público, não seria possível que a comunidade de Canudos continuasse unida após tamanha opressão. Além disso, seus ensinamentos deveriam possuir uma utilidade prática para melhorar a qualidade de vida daqueles que o seguem, já que alguns telegramas e outros jornais afirmam que dia após dia crescia o número de pessoas que abandonavam suas casas e trabalhos para migrar para o Arraial de Canudos. Ele incentiva que os jornais enviem repórteres de campo e fotógrafos para apresentar ao público leitor o que acontece em Canudos do ponto de vista dos conselheiristas e de Conselheiro com maior fidelidade. Além disso, para Machado, o talento para liderança de Conselheiro poderia ter sido incentivado e posto em prática na política baiana, para que então o Estado tivesse um representante que melhorasse o diálogo entre o povo e o governo, mas optou-se pela perseguição e repressão. Esta defesa talvez seja a mais importante que podemos encontrar nas páginas da *Gazeta*, devido à coluna em que ela é publicada, “A Semana”, ao dia de publicação, domingo, e ao seu autor, Machado de Assis. Simultaneamente, nessa defesa, Machado cunha o termo “conselheirismo” para se referir ao movimento como um todo. Segundo ele, esta seria a maneira mais correta de se abordar o tema, no lugar de focar a atenção apenas em Conselheiro ou em quem o segue. Diferentemente de outras defesas, esta já é mais direta no que se propõe, apresentando um ponto de vista que é parte do grupo das “representações ponderadas”, mas que apresenta com maior incisão uma crítica às atitudes do poder público e da imprensa. Aqui, nesta defesa, Machado de Assis se põe firmemente contra toda a perseguição que estava sendo feita contra o “conselheirismo” muito devido às más procedências das informações acerca do movimento, o que é evidente no apelo que o mesmo faz pelo envio de correspondentes jornalísticos para o Arraial de Canudos, com o intuito de

---

<sup>235</sup> AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 31 de Janeiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15689](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15689)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

trazer com mais apuramento a realidade que se passava no povoado, e também a versão dos conselheiristas para os acontecimentos<sup>236</sup>.

Ao mesmo tempo em que se destacam estes dois momentos de defesa de Canudos, também aparece um apelo por maiores intervenções federais neste caso. Na edição 30 de 1897<sup>237</sup>, em um artigo especial publicado na coluna “Telegrammas”, a editoria da *Gazeta* faz um apanhado de telegramas para embasar um pedido ao poder público, para que seja organizada uma força federal a ser enviada contra Canudos a fim de restaurar a ordem pública na região, pois seria evidente a ineficácia das forças baianas em lidar com a situação.

Por nosso activo correspondente na Bahia, recebemos o telegramma que damos e que vem provar a necessidade do governo agir com energia, bem como o acerto com que dissemos que, à custa do fanatismo, trabalhavam mãos políticos, que nada vêem mais que seus interesses prejudicados.  
Brandem a vontade os implicados e o governo que leia nosso telegramma  
[...]<sup>238</sup>

Além disso, o telegrama alega que Canudos estaria obtendo auxílio de parte da população local, com mercadores vendendo materiais a baixo custo para o Arraial e o crescente fluxo de pessoas para o povoado. Curiosamente, esta ocorrência aparece na edição anterior à defesa feita por Machado de Assis, o que possibilita pensar que, em parte, as críticas à imprensa feitas por Machado também seriam direcionadas à própria *Gazeta*.

Na edição 34 de 1897<sup>239</sup>, na seção especial “Antônio Conselheiro”, é noticiada a organização de uma expedição militar sob ordens federais para assumir as operações de captura de Conselheiro e seus seguidores. Esta expedição veio a ser chamada de Terceira Expedição, sob o comando do Coronel Moreira César. Segundo o jornalista, a formação desta expedição é justificada pelos relatos alarmistas e, em alguns casos, contraditórios de alguns telegramas vindos da Bahia. A expedição comandada pelo major Febrônio de Brito teria sido desamparada pelo governo baiano e a “selvageria” dos conselheiristas teria quebrado a moral das tropas. Ao mesmo tempo, os opositores do governador baiano estariam colaborando para facilitar a compra de armas e suprimentos para Canudos.

---

<sup>236</sup> Ibidem.

<sup>237</sup> AFBN. “Telegrammas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sábado, 30 de janeiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15685](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15685)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>238</sup> Ibidem.

<sup>239</sup> AFBN. “Antônio Conselheiro”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Quarta-Feira, 3 de fevereiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15705](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15705)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

A partir desta ocorrência, é possível perceber uma gradual transição do tema Canudos da secção “Telegrammas” para a coluna especial “Antônio Conselheiro”, a qual se concretizará na edição 74 do mesmo ano. No decorrer dos eventos do período da terceira expedição, as notícias sobre a mesma são publicadas na coluna especial, ficando para a secção dos telegramas notícias referentes a assuntos não diretamente relacionados a Canudos. Inclusive, a partir da organização da Terceira Expedição, o caso de Canudos também passa a ser tratado como uma guerra pelos jornalistas da *Gazeta* e não apenas como uma revolta ou desordem pública. Cabe dizer que a Terceira Expedição é apresentada com muito otimismo e o jornal faz questão de dar o protagonismo ao Coronel Moreira César, sempre ressaltando que o militar é quem de fato a comanda.

Há quatro ocorrências que falam da popularidade de Antônio Conselheiro. A primeira é apresentada na coluna “A Semana” na edição 45<sup>240</sup> de 1897, na qual o cronista (não fica claro se ainda é Machado de Assis, porém pela escrita da crônica pode-se deduzir que sim) traz informações de que as ações de Antônio Conselheiro vinham repercutindo tanto dentro quanto fora do Brasil. Uma recente queda das ações brasileiras nas bolsas de Nova York e Londres poderia ser interpretada como uma reação do mercado aos eventos da guerra de Canudos. As outras ocorrências aparecem em colunas dedicadas à cobertura do carnaval no Rio de Janeiro. Outra reproduz um telegrama sobre uma coluna do carnaval de Fortaleza, nas edições 60<sup>241</sup>, 61<sup>242</sup> e 64<sup>243</sup> de 1897, que afirmam que a fantasia mais frequente dos respectivos carnavais carioca e fortalezense é a de Antônio Conselheiro e de sua “capangada fanática”<sup>244</sup>.

Destacamos ainda dois artigos que informam dados biográficos sobre Antônio Conselheiro. O primeiro aparece na edição 54<sup>245</sup> de 1897, numa sessão especial intitulada “De Queimadas a Canudos”, na qual são reproduzidos um mapa topográfico da região onde acontece o teatro de operações da Terceira Expedição e um artigo do *República*, de Fortaleza, do dia 9

---

<sup>240</sup> AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 14 de fevereiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15763](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15763)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>241</sup> AFBN. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 1º de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15845](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15845)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>242</sup> AFBN. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Terça-Feira, 2 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15849](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15849)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>243</sup> AFBN. “Telegrammas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sexta-Feira, 5 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15863](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15863)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>244</sup> Ibidem.

<sup>245</sup> AFBN. “De Queimadas a Canudos”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Terça-Feira, 23 de fevereiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15811](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15811)>. Acesso em: 29 jun. 2022.



de fevereiro, onde foi apresentada uma breve biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel, escrita pelo jornalista João Brígido, com o auxílio de um conhecido de Quixeramobim, A. A. de Oliveira Castro. A biografia é bastante detalhada e traz informações que batem com outras biografias escritas posteriormente ao período dos eventos da guerra de Canudos.

A segunda ocorrência com dados biográficos trata apenas de um determinado momento da vida de Antônio Conselheiro, contado por Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, em torno da pregação e da peregrinação pelo interior da Bahia, o que era visto pelo barão como uma ameaça à ordem pública anos antes do movimento conselheirista crescer. Apesar de trazer informações biográficas que também podem ser verificadas em outras fontes, esta ocorrência apresenta mais uma rivalidade pessoal do barão com Conselheiro, que inclusive gera debates no meio político baiano, pois o Barão acusa o governador Luiz Viana de ter sido leniente com as ações do religioso.

A edição 67<sup>246</sup> de 1897 é uma das mais importantes deste recorte, visto que é nela que é noticiada a derrota da Terceira Expedição na coluna especial “Victimas do Dever”. Com tom de pesar e revolta, o jornal anuncia a morte do coronel Moreira César, 14 de seus oficiais, mais de 200 soldados e um número maior de feridos e desaparecidos. Além disso, é reportado que boa parte do material usado para atacar o Arraial de Canudos foi tomado pelos conselheiristas e apresentado um breve resumo de como ocorrera o combate que resultou na derrota da Terceira Expedição. Nota-se que o tom usado para tratar dos conselheiristas no texto é depreciativo, marcado por expressões como “selvagens”, “covardes”, “fanáticos” e “bandidos”. Geralmente, os textos que depreciam os seguidores de Antônio Conselheiro apresentam no máximo dois termos depreciativos, o que sugere que neste artigo há uma revolta não apenas do jornal com a situação, mas também de quem o escreveu. Também se nota um esforço, que será recorrente dessa edição em diante, de desumanizar os conselheiristas, tornando todas as ações violentas por parte do governo brasileiro justificáveis.

Além da notícia da morte de Moreira César, encontramos também o relato da movimentação de populares revoltosos com a notícia da derrota da Terceira Expedição. Prevalece um sentimento de luto e revolta que levou a manifestações públicas de apoio à República e de exigência de que novas e mais efetivas medidas fossem tomadas contra Canudos. Entretanto, no decorrer do dia (não fica especificado a qual dia exatamente está se referindo, porém pela forma como o autor do texto escreve, indica tratar-se do dia 7 de março) parte da população que se manifestava teria se dirigido até a redação de três jornais taxados

---

<sup>246</sup> AFBN. “Victimas do Dever”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 8 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15885](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15885)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

como monarquistas, *Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*, invadindo as respectivas redações e incendiando-as antes que a força policial pudesse intervir:

Já era tarde, e excitação do povo aumentava na proporção de sua massa sempre crescente, e assim n'esta indignação, lembraram-se dos jornaes monarchistas, e todos por um, em um estru de desabafo, foram às redações e typographias dos jornaes *Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*, e, apesar de ter a polícia corrido para evitar qualquer assalto a esses jornais, não chegou mais a tempo de evital-o, pois a multidão, aos gritos de viva à República e à memória de Floriano Peixoto, invadiu aquelles estabelecimentos e destruí-os por completo, queimando tudo.  
[...]<sup>247</sup>

Feito o ato, concentrou-se a “turba” de manifestantes na entrada do jornal *República*, onde foi proferido um discurso por Alcindo Guanabara, seguido do Dr. Belisário de Souza e, posteriormente, do Dr. Frederico Borges. Também foram relatados discursos de Paula Ney, José do Patrocínio e Nilo Peçanha, todos na Rua do Ouvidor, onde se concentrou a população manifestante<sup>248</sup>. Esta agitação popular é uma forte evidência da dimensão que o caso de Canudos e Conselheiro tomou na cidade do Rio de Janeiro.

A coluna especial “Victimas do Dever” reaparece na edição seguinte<sup>249</sup>, sendo reproduzida uma correspondência do ministro da Marinha para o ministro da Guerra, dando pêsames pelos militares perdidos na campanha contra Canudos e informando que a Marinha do Brasil estava disponível para auxiliar no combate contra Antônio Conselheiro. Além da reparição da coluna, praticamente toda a primeira página do jornal é destinada a notícias e artigos sobre a guerra de Canudos, tendo apenas alguns telegramas da secção “Telegrammas” fora deste assunto. Dentre as colunas livres e destinadas a tratar do assunto ainda nesta edição, destacam-se “A Situação”, onde o colunista apresenta um artigo opinativo sobre o que acontecia na região de Canudos, expressando veementemente que não se deveria ter mais dúvidas que o Arraial de Canudos representava uma grande ameaça à República, já que tamanha organização e preparo seriam indícios claros de que as informações dos conselheiristas serem um reduto monarquista, com intenções de depor o governo republicano, seriam verdadeiras. Afirma, sem apresentar fontes ou provas, que o Arraial recebeu treinamento militar e recursos de apoiadores externos da monarquia brasileira. Segundo o mesmo, esta visão sobre o Arraial de Canudos seria a única plausível para explicar a derrota de uma expedição militar grande como a liderada

---

<sup>247</sup> Ibidem.

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> AFBN. “Victimas do Dever”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Terça-Feira, 9 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15885](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15885)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

por Moreira César. Também nesta edição, é informada na coluna extraordinária “Nova Expedição”, a organização e o envio de uma nova expedição militar, composta inicialmente por seis mil soldados de infantaria de diversos batalhões que, ao chegar à Bahia, iria absorver para seus esforços de guerra todo o contingente já destinado no estado para o combate contra Canudos. Algo a se destacar nesta edição é que, apesar de ainda se sobressair mais a pessoa de Conselheiro quando se faz referência ao conselheirismo, há também citações diretas ao Arraial como um grupo organizado. É interessante notar que a linguagem usada a partir desta edição passa a atribuir ao povoado como um todo essa “ameaça” à República, ainda que para embasar tais argumentos os colunistas geralmente partam de Conselheiro para Canudos. Canudos passa a ser tratado como uma ameaça organizada ao poder instituído e artigos e colunas livres que atribuem uma ligação do Arraial com uma insurreição monarquista se tornam mais frequentes.

Na edição 69<sup>250</sup> de 1897, novamente a coluna especial “Victimas do Dever” é publicada. Nela é reproduzido um conjunto de telegramas enviados de diversas cidades brasileiras que manifestaram um sentimento de luto na população pelo ocorrido com a expedição de Moreira César. Houve neles também protestos exigindo ações imediatas para resolver a situação de Canudos. Também na mesma edição é publicada a coluna especial “Moreira César”, onde o colunista discorre que há pelo menos 6 meses, a *Gazeta de Notícias* já vinha denunciando que o Arraial de Canudos era uma ameaça à República, e que, em partes, a falha da expedição Moreira César deveria ser atribuída ao governo de Luiz Viana. Segundo o colunista, Viana teria negligenciado a seriedade da situação, tratando Antônio Conselheiro e Canudos como um caso policial, inicialmente, e apenas acionando as forças federais e militares quando o problema já havia se demonstrado grande demais para as forças policiais baianas resolverem. Mesmo assim, o colunista acusa Luiz Viana de iludir Moreira César, a quem o autor teceu diversos elogios, alguns inclusive em detrimento da imagem do governador baiano, pois o governador teria passado informações sobre as forças conselheiristas que não refletiram a realidade da situação. Com isto, Moreira César teria afirmado publicamente acreditar que, ao chegar em Canudos, não haveria força para combater, pois os próprios conselheiristas se renderiam diante de uma expedição militar organizada. A este pensamento, o colunista atribui os erros táticos cometidos pelo militar durante o ataque ao Arraial.

Esta coluna representa um posicionamento sempre presente entre os colunistas e cronistas da *Gazeta* que defenderam as ações do governo durante o conflito: Moreira César, para eles, morreu isento de qualquer culpa no fracasso da sua expedição. Mesmo nos erros

---

<sup>250</sup> AFBN.*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Quarta-Feira, 10 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15891](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15891)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

táticos cometidos, o militar exaltado como herói republicano seria inocente, sendo a culpa de terceiros.

Por fim, a edição 74<sup>251</sup> de 1897 traz na seção “Telegrammas” uma declaração do governador Luiz Viana a diversos repórteres e representantes de jornais de que todas as informações que publicou sobre os eventos que envolveram a expedição Febrônio foram baseadas nos relatos do major e do juiz de direito de Monte Santo, parente do Barão de Jeremoabo. Os relatos do major constariam em documentos oficiais e comunicações do comando das operações com o centro e os relatos do juiz de direito teriam sido assinados por mais de cinquenta “cidadãos notáveis” de Monte Santo, que atestariam a veracidade do que era informado. Este telegrama é significativo, pois representa uma das muitas tentativas do governador de se defender das acusações de negligência que muitos jornais, a *Gazeta de Notícias* inclusive, fazem ao político quanto à forma de lidar com o Arraial de Canudos.

Após a edição 74 de 1897, o jornal passa progressivamente a destinar mais esforços para apresentar uma cobertura mais completa dos eventos da guerra de Canudos, como organizar colunas específicas e em destaque para informar sobre o andamento da organização da Quarta Expedição, assim como as notícias que chegavam de Canudos. Estas colunas possuíam títulos curtos e claros e estiveram presentes no jornal até a conclusão da guerra. As principais colunas são “Antônio Conselheiro”, que posteriormente é substituída por “Canudos” e “Expedição”. Além delas, ainda há a publicação de artigos de opinião e crônicas que abordam o tema, porém não se percebe mais a presença de posicionamentos em defesa do Arraial. Após a confirmação da morte de Moreira César, o posicionamento do jornal que antes dividia-se entre moderado e exaltado, passa a ser majoritariamente exaltado. Neste momento, percebe-se uma característica que já ressaltamos anteriormente da *Gazeta de Notícias*: apesar de se apresentar ao público como um jornal apertado, quando o poder instituído é ameaçado o jornal se posiciona fortemente em sua defesa. E esse posicionamento exaltado em favor da República contribui para a construção de uma imagem de Canudos como reduto monarquista. Isto fica claro na coluna escrita pelo diretor e um dos fundadores do jornal, Ferreira de Araújo, na edição 77<sup>252</sup> de 1897, intitulada “A Política”. Nela o experiente jornalista aborda a guerra de Canudos em um contexto maior, analisando-a como parte dos sucessivos problemas que o sistema republicano tem enfrentado desde a proclamação.

---

<sup>251</sup> AFBN. “Telegrammas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 15 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15921](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15921)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>252</sup> AFBN. “A Política”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 18 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15937](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15937)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

[...]

Talvez, por isso, porque se confiara demais, não se ligou a devida importância, não se procurou saber a verdadeira significação do que se passava no sertão da Bahia, onde se dizia apenas que um grupo de fanáticos, reforçados por um grupo de desertores, de bandidos, de criminosos de toda casta, aterrorizavam a população dos arredores, saqueando propriedades e assassinando quem lhes resistia.

Não se ouviu o que disse um reverendo missionário, que, embora não nos desse ideia do número de indivíduos armados de que dispunha Antonio Conselheiro, pelo menos indicou que elle não cuidava só de sua propaganda religiosa, e era clara e abertamente um adversário das instituições. [...] <sup>253</sup>

No artigo ressalta que, apesar da efetiva maneira como o governo lidou com a Revolução Federalista, após suprimida a revolta no Sul do país, afrouxou-se a vigilância a movimentos contestatórios. O caso de Antônio Conselheiro e seus seguidores seria um exemplo daquilo em que esse afrouxamento resultaria, pois o religioso já era denunciado muito antes da fundação do Arraial de Canudos, tanto por políticos locais quanto por religiosos, mas os sucessivos governos baianos não deram a devida atenção ao caso. Neste ponto, podemos voltar ao capítulo I, quando abordamos o contexto político da época, e lembrar que o governo de Prudente de Moraes só encontrou relativa estabilidade política no quarto ano do seu mandato. Este foi o período da Terceira e da Quarta Expedições ainda com um cenário político dividido entre a ala civil e a ala militar. No texto de Araújo, fica evidente que o mesmo está tecendo elogios às políticas da ala militar, ao falar da solução da Revolução Federalista, que foi definida por meio da força, o que inclusive impulsionou a carreira de Moreira César, e ao condenar as autoridades vigentes, da ala civil, pela falta de vigilância. Esta atitude de Araújo reforça o que apresentamos anteriormente, que o suposto apartidarismo do jornal ia até onde os interesses da editoria permitissem.

Para Araújo, uma parte importante da culpa para a falha de três expedições a Canudos se devia à forma como as autoridades interpretaram os conselheiristas. Até a derrota da expedição Moreira César, Canudos foi entendido como um local de concentração de agitadores, não dando ao movimento a devida classificação, que, segundo Araújo, seria evidente nos discursos e pregações do próprio Conselheiro: um movimento restaurador da monarquia. Esta negligência resultaria em uma forte ameaça de anarquia enquanto durasse o embate entre República e Monarquia. No mesmo artigo, Araújo também acusa Conselheiro de ter se aproximado de apoiadores da monarquia que residem fora do Brasil e seus seguidores de terem recebido treinamento militar para a tentativa de restauração monárquica.

Apesar do artigo focar-se mais no caso de Canudos, Araújo vai além do tema e afirma que a sociedade brasileira não deveria mais tolerar indivíduos ou grupos que opinassem contra

---

<sup>253</sup> Ibidem.

a República naquele momento. O Arraial de Canudos teria criado, para o colunista, uma situação de combate contra a desordem e esta não poderia ser tolerada diante da necessidade de se defender a República:

[...]

Toda a tolerância com os que discordam de uma opinião e a discutem é dever dos povos cultos; mas a tolerância para os que combatem, e combatem em todos os terrenos, à luz do sol e à sombra, é um crime, e esse crime de certo não o cometerá quem tem a responsabilidade histórica da fundação da República no Brasil<sup>254</sup>.

O tom imperativo e totalitário do discurso de Araújo é mais um indicativo de que o texto do editor da *Gazeta* está defendendo a ala militar, quebrando com a autoimagem de apartidário que o próprio periódico roga para si como um atrativo para o público.

Em “Antônio Conselheiro” e, posteriormente, em julho de 1897, em “Canudos”, é destinado o espaço editorial para informações sobre o Arraial de Canudos ou sobre Conselheiro, sendo elas diretas ou indiretamente relacionadas ao caso. Nelas o jornal noticia tanto informações acerca da Quarta Expedição (a composição da expedição, a movimentação de tropas e a linha hierárquica da mesma foram destinadas à coluna “Expedição”<sup>255</sup>), quanto informações sobre o histórico do conflito. Nesta coluna, por exemplo, a *Gazeta* divulga que o jornal *Cidade de Salvador* estaria publicando artigos e documentos que comprovam que a Igreja Católica como instituição, e seu corpo clerical, não deram apoio a Antônio Conselheiro, pelo contrário, a instituição religiosa vinha denunciando as ações de Conselheiro como perigosas desde antes do conflito começar.

Na coluna “Canudos”, as primeiras notícias sobre os combates começam a aparecer no início de julho, na edição 172<sup>256</sup>. Elas afirmam que os telegramas enviados no final de junho, e publicados no dia 31 daquele mês, eram verdadeiros ao relatar vitórias militares das forças lideradas pelo general Arthur Oscar. Entretanto, apesar das comunicações não atrasarem, há neste início de mês de julho muitas ocorrências que relatam reclamações sobre a qualidade do que é informado, sendo mais de uma vez exigido maior apuração do que era noticiado.

---

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> Nesta coluna também há casos de publicações de cartas de leitores a favor da 4ª Expedição, mantendo-se a tradição do jornal de publicar a comunicação dos seus leitores mesmo nos momentos mais tensos da guerra.

<sup>256</sup> AFBN. “Canudos”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 1º de julho de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/16479](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16479)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

Deputados<sup>257</sup> também requeriam no Congresso que fosse tomado o devido cuidado para que as informações sobre a campanha contra Canudos fossem divulgadas sem atrasos e corretamente. Informações sem a devida apuração continuaram a ser noticiadas pelo jornal. Em geral, elas chegavam ao repórter da *Gazeta* em Salvador, via telegrama, e esta segue sendo a principal fonte de informação da guerra de Canudos para o periódico até a chegada do repórter Fávilla Nunes, ex-coronel do exército e veterano da guerra do Paraguai, que o periódico contrata e envia para a região como correspondente de guerra. Nunes embarca, segundo o jornal, no dia 15 de julho<sup>258</sup>, e suas primeiras correspondências datam do dia 9 de agosto, publicadas na edição 233 de 1897<sup>259</sup>. No período que Nunes chega em Canudos, a quarta expedição já estava sob um novo comando, passando do general Arthur Oscar para o Marechal Bittencourt, então ministro da Guerra brasileiro. Nesta correspondência, o jornalista informa que o grupo de repórteres que viajava para Monte Santo com a missão de fazer as coberturas jornalísticas da guerra chegou no dia 09 de agosto e de lá partiu para a região mais próxima da expedição, juntamente com outras forças auxiliares que chegaram com os repórteres na cidade.

[...]

Monte Santo é uma villa, cabeça de comarca, com uns mil predios, mais ou menos ordinarios , duas igrejas e 25 capellas sobre uma montanha.

Dentro da villa existem apenas dous paizanos: o juiz de direito e o negociante João Caldas, irmão do capitão Caldas, do corpo de bombeiros d'ahi.

[...]

A villa está transformada em praça de guerra e base de operações: todas as casas estão occupadas por soldados estabelecimentos militares, quartéis, arrecadações, cadeias para jagunços e outros.

Há muitos feridos vindos de Canudos officiaes e praças, seguindo hoje um grande contingente d'elles para Queimados, como se faz todos os dias. Os hospitais estão cheios, havendo também uma enfermaria de variolosos fora da villa.

[...] <sup>260</sup>.

Fávilla Nunes então continua seu relato informando como foi sua estadia em Monte Santo, onde conseguiu conversar com alguns refugiados de Canudos, que saíram do Arraial antes dos combates da Quarta Expedição. Segundo Nunes, os relatos em sua grande maioria são muito confusos, quando não apresentam informações incompletas, mas, do que teria sido

<sup>257</sup> AFBN. “Boletim do Congresso”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Terça-Feira, 6 de julho de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/16509](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16509)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>258</sup> AFBN. “Canudos”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sábado, 17 de julho de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/16577](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16577)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>259</sup> AFBN. “Canudos”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sábado, 21 de Agosto de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/16767](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16767)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>260</sup> Ibidem.

possível registrar, dá destaque ao comportamento de Antônio Conselheiro que, segundo os refugiados, permanece a maior parte do tempo na “latada”, adendo da igreja nova, de onde recebe o seu círculo interno, principalmente um homem chamado Villa Nova, o mais rico de Canudos. De lá só sairia para cuidar dos doentes e feridos. Ainda segundo Nunes, principalmente as crianças ressaltam que Antônio Conselheiro se mantinha com uma atitude muito apática, “[...] nem receios nem entusiasmos [...]”<sup>261</sup>, demonstrando assim um pouco de distanciamento para o restante da população de Canudos.

A presença de um correspondente de guerra para a *Gazeta de Notícias* representa uma grande mudança na qualidade das informações que são repassadas ao público. Os textos escritos por Fávilla Nunes possuem mais informações e estas são baseadas em comunicações oficiais e/ou com indicativos claros das fontes. As mudanças já são perceptíveis mesmo antes do primeiro relato ser publicado, mas se consolidam nos textos seguintes. A partir da cobertura de Nunes, o jornal apresenta, assim, um maior profissionalismo, o que era tão pedido por Machado de Assis antes do conflito crescer. Mesmo nos relatos vindos de telegramas, há uma mudança para um texto mais informativo e menos sensacionalista, apesar do sensacionalismo continuar presente em crônicas e artigos de opinião. Com Nunes cobrindo a guerra, o assunto fica destinado quase que inteiramente aos relatos enviados pelo mesmo, com breves exceções aparecendo ora em colunas livres, ora nas colunas de publicação de correspondências dos leitores. Na coluna “Canudos”, o jornal chega a reproduzir uma carta enviada por um soldado que servia na Quarta Expedição. A carta não tem indícios de ser verdadeira ou falsa, entretanto apresenta uma imagem interessante de Conselheiro e de Canudos, abordando a guerra como um conflito planejado por Conselheiro, mas não para uma restauração monárquica, e sim como um movimento para defender a fé popular que Antônio Conselheiro pregava frente ao positivismo da República. Segundo a carta do suposto soldado, a guerra empreendida por Conselheiro teria sido planejada desde a época do Império. Porém, só durante o período republicano encontrou justificativas que incentivassem “a ingênua população sertaneja” a se levantar contra um regime que gerou sua desconfiança. Apesar de carecer de certa credibilidade, a existência desta carta já demonstra um indício de que a narrativa do Arraial de Canudos como reduto monarquista já não era tão mais aceita quanto no momento logo após a morte de Moreira César.

Os relatos de Fávilla Nunes seguem pelos meses de agosto a outubro quase diariamente, apresentando progressivamente o avanço das tropas expedicionárias que, principalmente após

---

<sup>261</sup> Ibidem.



o comando passar para o Marechal Bittencourt, não encontravam grandes dificuldades de avançar na missão de destruir o Arraial de Canudos. Nos relatos, Nunes se dedica mais a informar, mas, por vezes, exprime sua opinião pessoal sobre o caso. Um dos que mais apresentam sua opinião é o publicado na edição 243<sup>262</sup> de 1897, quando ele fala sobre a política local enquanto noticia a movimentação logística para a força expedicionária. Nunes afirma que seriam injustas as acusações feitas ao governador Luiz Viana e à população baiana em alguns jornais (lembrando que a *Gazeta de Notícias* foi um destes jornais) e por alguns políticos. Segundo Nunes, a todo momento ele presencia os esforços do governo estadual em auxiliar as forças federais, assim como ações voluntárias de diversas pessoas que queriam ver o conflito encerrado. Ele ainda acrescenta acreditar que Antônio Conselheiro tornou-se uma espécie de “gato-morto” para os políticos, com os lados opostos usando o religioso como motivo para acusações e ataques, e ressalta que quanto mais rápido fosse resolvido o caso de Canudos, mais rápida seria a recuperação da ordem na região.

A partir do final de setembro de 1897, Fávilla Nunes passa a relatar as primeiras grandes baixas para as forças conselheiristas. Segundo o que é informado na edição 269, publicada no dia 26 de setembro, o general Arthur Oscar enviou uma breve carta aos correspondentes informando que um dos principais generais de Conselheiro, Villa Nova, havia morrido em combate e o canhão Krupp usado pelo exército havia derrubado a torre da igreja nova, localizada no centro do Arraial de Canudos. Pouco tempo depois, na edição 274, publicada no dia 1º de outubro, mais uma morte no grupo dos conselheiristas foi confirmada. Dessa vez, do líder da “guarda catholica” de Conselheiro, José Calixto Nascimento. Teria ocorrido também a conclusão da destruição da igreja nova pela artilharia. Após esta edição, segundo o que é noticiado por Nunes, o avanço da expedição já não enfrenta resistência significativa e em poucos dias o Arraial seria tomado pelas forças expedicionárias. A vitória da Quarta Expedição é confirmada pela *Gazeta de Notícias* no dia 7 de outubro de 1897, na edição 280, mas a confirmação da morte de Antônio Conselheiro só se dá na edição seguinte, na qual é dado como certo que o religioso morreria no dia 30 de setembro. Nesta edição 281, também são confirmadas as mortes de outros importantes conselheiristas, como João Abade, Antonio Beatinho, João Bispo, entre outros membros da cúpula principal de Antônio Conselheiro.

Concluída a guerra de Canudos, também termina o trabalho de Fávilla Nunes. O repórter permanece na região por mais alguns dias, informando da organização das tropas expedicionárias para a volta ao Rio de Janeiro, enquanto o jornal também publica na coluna

---

<sup>262</sup> AFBN. “Canudos”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Terça-Feira, 31 de agosto de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/16821](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16821)>. Acesso em: 05 jul. 2022.

“Canudos” diversos relatos por telegramas de felicitações e comemorações da vitória das tropas expedicionárias no conflito. Após a guerra, o clima eufórico com a vitória é evidente e em poucas edições após a confirmação da tomada de Canudos, os textos já começam a tratar o assunto como um caso resolvido. Deste período, outro relato que vale destaque se refere ao destino do corpo de Antônio Conselheiro: estando debaixo dos destroços da igreja nova de Canudos, o corpo foi desenterrado e enviado para Salvador onde, sob as ordens do general Arthur Oscar, o fotógrafo Flávio de Barros foi chamado para fotografá-lo. Estas fotos são o único registro fotográfico do religioso até hoje<sup>263</sup>. Em seguida às fotos, a cabeça de Conselheiro foi decepada e enviada para estudos científicos<sup>264</sup>. Após 1897, as ocorrências sobre Conselheiro e ou Canudos são muito poucas e, em geral, são usadas mais como ofensas em textos literários publicados pelo jornal, como usar Canudos ou Conselheiro como um comparativo para algo negativo e/ou depreciativo, em mais exemplos de desumanização do religioso, em um reforço para validar as ações que o governo tomou contra o povoado.

A longa abordagem construída pela *Gazeta de Notícias* cria para o público leitor um Antônio Conselheiro variante no início, com representações como um indivíduo nefasto e antirrepublicano, capaz de cometer crimes devido a um episódio familiar e ao mesmo tempo, um indivíduo ímpar, capaz de dialogar com a segregada população do sertão brasileiro, dotado de excelente retórica e forte senso religioso. O Arraial de Canudos ora aparece como um refúgio para criminosos conhecidos, ora como um povoamento composto por pessoas desamparadas. Porém, a coexistência dessas representações vai sendo abandonada conforme o conflito se estende e a representação mais ponderada do religioso torna-se menos atrativa a partir da morte de Moreira César.

A derrota da terceira expedição é uma forte sinalização do momento em que a *Gazeta de Notícias* muda sua imagem do Conselheiro para uma representação interessante ao regime republicano. Apesar das críticas à perseguição promovida aparecerem em breves momentos em importantes colunas do jornal, principalmente nas crônicas de Machado de Assis, a reação à morte do coronel do exército é um indicativo para o jornal. Somando-se a isto, há também a prática da diretoria do periódico de, em momentos de contestação da ordem institucional, apoiar

---

<sup>263</sup> As fotos tiradas por Flávio de Barros são uma das poucas fontes visuais do conflito, sendo todas do período da Quarta Expedição. In: ZILLY, Berthold. “Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos”. Dossiê Nordeste Seco. *Estud. av.* 13 (36). Ago. 1999. p. 105-113.

<sup>264</sup> Os estudos feitos com crânios era uma prática comum do final do século XIX, baseada em concepções evolucionistas e darwinistas sociais. Dentre os pesquisadores e médicos que estudaram o crânio de Conselheiro, destaca-se o brasileiro Nina Rodrigues, cujos estudos foram publicados na obra póstuma *As Coletividades Anormais*. Segundo Rodrigues, Canudos poderia ter sido fruto de uma loucura religiosa coletiva e, através do crânio de Conselheiro, seria possível achar indícios desta loucura.

o governo. Esta prática é reforçada quando o diretor e um dos fundadores da *Gazeta*, Ferreira de Araújo, escreve uma coluna de opinião em que defende veementemente o envio de uma nova expedição militar, com mais armas e mais soldados para acabar com o movimento que considera como restaurador da monarquia. O furor despertado pelos republicanos mais exaltados é tamanho, Araújo incluso, que na mesma coluna o seu escritor sugere que não seja aceita a liberdade de opinião, se a opinião expressada for a favor de Canudos, indo contra um dos ideais fundadores do jornal.

O fato do diretor e editor-chefe do jornal publicar sua opinião, que é declaradamente anti-Canudos, é um forte indicativo que, a partir da publicação do artigo, todo o jornal passaria a trabalhar para reproduzir e construir a imagem de Conselheiro e Canudos como as grandes ameaças de então: Antônio Conselheiro como um líder carismático, perverso, e que prometia marchar até o Rio de Janeiro para reerguer o regime caído. E Canudos era o reduto onde se treinava a população “sertaneja”, com instruções e treinamentos dados por supostos militares estrangeiros, para alcançar as ambições do seu líder. E não apenas isso: houve um nítido esforço em desumanizar Conselheiro e os canudenses para que todas as ações violentas vindas do governo fossem justificadas.

Enquanto sua principal fonte vem dos telegramas, percebe-se um reforço constante desta representação como ameaça à República montada para ambos, principalmente devido à publicação de muitas informações que exageravam o alcance de atuação dos conselheiristas. A partir dos relatos de Fávilla Nunes, percebe-se que o exagero presente nos telegramas é progressivamente ponderado, apesar de não haver defesas de Antônio Conselheiro ou Canudos. O texto de Nunes é mais comedido, com sua opinião sendo expressada apenas pontualmente e apresentando-se as fontes das informações – algumas delas seriam pessoas que fugiram do Arraial de Canudos antes da chegada da Quarta Expedição. E ainda é preciso lembrar que estas representações não são unânimes, mesmo com o jornal sendo majoritariamente pró-República, tendo em Machado o principal exemplo de quebra desse posicionamento.

Em ambas as fontes de informação da *Gazeta de Notícias*, o correspondente em Salvador e Fávilla Nunes, ainda se percebe um trato quanto a Conselheiro e Canudos como ameaças, o que muda de uma para a outra é o tamanho desta ameaça. Enquanto a primeira reforça Canudos como um antro monarquista, os relatos de Fávilla Nunes aos poucos esvaziam a ideia de que Canudos representaria uma força organizada e preparada para uma tentativa de tomada do poder. Isto se dá muito pela constante apresentação nos relatos da facilidade com a qual a expedição conseguiu avançar até concluir seu objetivo. Apesar de haver resistência, em momento algum é dito que a expedição corria risco de falhar. Isto foi importante tanto para não

propagar pânico quanto para apresentar ao leitor a disparidade de forças que combatiam na região de Monte Santo. Mas, também é importante ressaltar que a qualidade das informações de Fávilla Nunes se dava muito também porque o mesmo esteve no local dos acontecimentos, fazendo uma apuração dos fatos com cuidado e informando com bases sólidas, tudo o que Machado de Assis, em uma de suas principais defesas a Canudos, tanto pediu que fosse feito antes que a Terceira Expedição fosse enviada. No fim, muitas das acusações que eram publicadas na coluna dos telegramas se provaram falsas através das informações que Nunes apurou, demonstrando que a ideia que Machado tinha da situação tinha uma verdadeira preocupação de se saber a verdade dos fatos, e, principalmente, em querer ouvir ambos os lados do conflito.

Com isto, podemos inferir que a ameaça que Conselheiro e Canudos representaram foi uma constante e variável construção desses dois objetos de notícias, e a *Gazeta de Notícias*, como um jornal voltado às massas utiliza das variações possíveis para representar ambos até que o conflito esbarra nos posicionamentos do seu então chefe Ferreira de Araujo. É nítido o quanto o jornal muda após o emblemático artigo do seu diretor e editor-chefe, passando a defender incondicionalmente a narrativa governamental dos eventos da guerra de Canudos. O resultado é uma imagem extremamente negativa de Conselheiro e Canudos, visto que, passados meses e até anos da guerra, sua reaparição nas páginas do jornal apenas reforça a lembrança da versão desumanizada de ambos.

Esta defesa das forças republicanas só dará espaço para questionamentos novamente após terminado o conflito e comprovada a não participação de grupos monarquistas em Canudos, desfazendo-se assim os boatos sobre Conselheiro e Canudos e abrindo um espaço para afirmarmos que a abordagem utilizada pelo jornal foi, após assumir um posicionamento claro em defesa da República, intencional. Isto porque a editoria propositalmente dava destaque a textos que desumanizam Conselheiro e os canudenses e enaltecem as ações governamentais, quaisquer que fossem. Por fim, resta apenas como concreto o aspecto religioso que envolvera, do início ao fim, o Arraial de Canudos, e é neste aspecto que se insere nesta análise outro jornal carioca - que inclusive figura nas páginas da *Gazeta* como um dos jornais que foram incendiados após a derrota da Terceira Expedição: *O Apóstolo*, objeto de estudo do nosso próximo capítulo.

### 3 *O APÓSTOLO: UM OLHAR DA IMPRENSA CATÓLICA SOBRE O CONSELHEIRO E CANUDOS*

#### 3.1 *O Apóstolo: ultramontanismo, regalismo e Estado Laico*

Da mesma forma que a *Gazeta de Notícias*, o jornal que veremos neste capítulo foi fundado no contexto histórico do Segundo Reinado, aproveitando a inserção de maquinário avançado para a impressão de volumes. Ambos os jornais são fundados na Corte e têm na população local seu principal público. Entretanto, *O Apóstolo* possui particularidades que o diferem da *Gazeta de Notícias*.

*O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário consagrado aos interesses da religião e da sociedade*, foi fundado na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil. Impresso pela Tipografia de N. L. Viana e Filhos, era um jornal relativamente acima da média de preço para a sua época, sendo vendido através de um plano de assinatura nas opções anual, semestral e trimestral, e variando o preço para o Rio de Janeiro e demais capitais, sendo para o Rio mais barato. O valor dos planos no ano de sua fundação eram respectivamente: Anual 6\$000 para a corte e 7\$200 para demais províncias, semestral 3\$000 para a corte e 3\$600 para demais províncias, e trimestral 1\$500 para a corte e 1\$800 para demais províncias. Os preços de assinatura foram variando com o passar do tempo, porém manteve-se sempre com um preço acima da média, o que não o impediu de ter um público alvo “fiel”, mantendo-se aberto por um período de 37 anos, como aponta Flávio Rodrigues Neves:

Com relação aos mantenedores da folha, sabe-se que, como referido acima, ao longo dos primeiros anos de sua existência, a publicação esteve sob os auspícios do bispo diocesano do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, constando esta informação no frontispício do impresso. Nos anos de 1890 e 1891, tendo desaparecido essa informação, pode-se talvez supor a suspensão desse financiamento. Além disso, o periódico abriu-se para a veiculação de propagandas – o que não ocorria nos primeiros anos –, o que indicava a necessidade da folha de procurar novos financiadores. Na última página da edição passou a ser destinado um grande espaço para anúncios de produtos para fins litúrgicos ou devocionais e outras propagandas de interesse dos católicos, o que talvez garantisse rendas ao periódico. No entanto, o principal sustento do jornal parecia vir, desde o início, de seus assinantes, a quem a folha se dirigia constantemente, pedindo que não faltassem com seus auxílios. Cabe lembrar que, em 1890, favorecer o surgimento e a manutenção da imprensa católica foi um ordenamento dos bispos, na Pastoral Coletiva, como uma das obrigações do fiel católico devidamente comprometido com a Igreja. Para se ter noção dos valores pagos pelos assinantes, tomemos, como exemplo, o emblemático ano de 1889: a assinatura anual de *O Apóstolo* custava então 15.000

réis, resultando no valor médio de 100 réis por edição. Para esta mesma época, Maria Tereza Chaves de Mello se refere à Gazeta de Notícias como um jornal barato, vendido por 40 réis, cada edição. Os mesmos 100 réis custava o maior concorrente da Gazeta, o nem tão barato Jornal do Commercio, o que sugere não ter sido O Apóstolo um jornal barato<sup>265</sup>.

Quanto ao público alvo do *O Apóstolo*, podemos dividi-lo em dois: um primário e um secundário. O público primário seria o clero brasileiro, ao qual o jornal dedica boa parte de seus artigos e notícias, a fim de informar e cooptar tais leitores para dentro do movimento ultramontano. O público secundário seria a população católica em geral, cujo apoio o jornal visava conseguir, além de um público leitor que complementasse as suas respectivas formações cristãs com seus artigos. Essa “divisão” de públicos é sugerida na primeira edição do jornal em 1866. Na sua apresentação ao público, o periódico informa que as notícias ali escritas são de interesse principalmente do clero brasileiro, porém também estaria aberto para todos os católicos que se interessassem pelos assuntos da Igreja, informando-se e complementando suas formações como cristãos<sup>266</sup>.

A paginação do jornal seguia um padrão para época de uma média de 4 a 6 páginas, com uma variação no número de colunas dispostas por páginas no decorrer dos anos. Da data de sua fundação até 1871 o jornal manteve 3 colunas por página, com tipos em tamanho médio e disposição dos artigos padronizada em todas as páginas<sup>267</sup>. Neste modelo inicial, geralmente, as primeiras 3 ou 5 páginas eram destinadas principalmente a artigos e notícias de teor religioso e nas páginas finais havia propaganda e anúncios que colaboraram para o financiamento do periódico, sendo que os mesmos não interferiram ou contradiziam a razão de ser do jornal. Em 1872, o jornal passa a publicar suas edições com 5 colunas por páginas, com tipos em tamanho pequeno e disposição de artigos ainda padronizados por páginas. Com o aumento das colunas e a diminuição dos tipos, a partir de 1872 *O Apóstolo* passa a publicar mais textos por edição, o que pode ser uma consequência do momento histórico que o país passava na década de 1870, em que as disputas políticas pela permanência ou não do regalismo causam uma ruptura entre o clero ultramontano e a coroa brasileira. Voltaremos a este ponto

---

<sup>265</sup> NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes da reação: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890 1891)*. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014. p. 96-97.

<sup>266</sup> ACERVO da Fundação Biblioteca Nacional (AFBN). “O Apóstolo”. *O Apóstolo*. Domingo, 7 de Janeiro de 1866 p. 1-2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>267</sup> As informações quantitativas sobre os modelos de formatação e números de edições publicadas por ano foram retiradas principalmente do arquivo digital da Biblioteca Nacional através de um levantamento próprio. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

mais adiante. O formato de 5 colunas dura até a edição 62 de 1882, de 2 de junho do mesmo ano. Nela, é informada na primeira coluna da primeira página que a mudança no formato se dá em razão das necessidades financeiras e da mudança de proprietários, que optaram por uma formatação mais barata para que o jornal mantivesse sua periodicidade<sup>268</sup>. A partir desta edição, *O Apóstolo* passa a ter 4 colunas por edição, com tipos em tamanho médio, formato que se mantém até 1890, quando volta à formatação de 1872, provavelmente devido a uma necessidade de se publicar mais artigos em vista do momento histórico que o Brasil passava. Este formato de 5 colunas por página então se mantém de 1890 até 1901, quando o jornal encerra suas atividades.

A variação na formatação do *O Apóstolo* é, em grande parte, um reflexo do que o jornal e o grupo que o envolvia experimentaram em diferentes momentos históricos e, principalmente, é mais perceptível quando analisamos as tiragens anuais que o jornal teve. De 1866 a 1872, manteve uma média de 52 edições por ano, publicando-se sempre aos domingos, o que se mantém até a edição 44 de 1873. A partir da edição 45 daquele ano passa a publicar duas edições por semana. A mudança tem uma forte justificativa: na primeira página da edição 45, de 6 de Novembro de 1873, *O Apóstolo* estampa sua capa com uma larga denúncia sobre a decisão judicial de mandar prender o Vigário da diocese de Olinda, Cônego Antonio Marques de Castilha, sob denúncias ao ministério do Império de que o dito vigário não estaria cumprindo com suas funções sacerdotais, denúncias estas cuja veracidade o jornal questiona. No texto que é publicado, o jornal aponta que os “inimigos da fé” orquestram contra a Igreja Católica e, por isso, seria preciso aumentar o número de edições por semana:

Distribuimos hoje pelos nossos assinantes mais um número do *Apostolo*.

Si até agora a publicação de um número por semana parecia sufficiente para entreter o espirito catholico dos fieis, não há dúvida que deixaria de cumprir bem sua missão daqui em diante, deixando de apparecer mais vezes.

Hoje, que os inimigos do catholicismo declararam guerra de morte à Egreja, que dobraram de esforços para persegui-la, mal lhes resistiriamos comparecendo na arena de oito em oito dias.

Era preciso portanto augmentar as baterias para melhor resistir ao inimigo<sup>269</sup>.

Este aumento para duas edições semanais acarreta, no início de 1874, num aumento do preço das assinaturas, que passam de 6\$000 anuais e 3\$000 semestrais para 10\$000 anuais e

<sup>268</sup> AFBN. “O Apóstolo”. *O Apóstolo*. Sexta-Feira, 2 de Junho de 1882. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7827>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>269</sup> AFBN. “O Apóstolo”. *O Apóstolo*. Quinta-feira, 6 de Novembro de 1873. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/2727>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

5\$000 semestrais. Além da mudança no preço, o jornal passa a não ter dia fixo para as duas publicações semanais, produzindo as novas edições conforme a necessidade de atualizar e alertar o seu público leitor. Em 1875, o jornal passa a ter uma publicação diária e um novo aumento do preço de assinaturas, 20\$000 anuais e 10\$000 semestrais. Sobre esse aumento consecutivo e grande no número de edições por ano, alguns historiadores fazem apontamentos interessantes. Aline Limeira afirma que uma explicação plausível teria sido a ocorrência dos atritos entre Estado e Igreja Católica que desencadearam na Questão Religiosa da década de 1870<sup>270</sup>. Gomes aponta para o fato de a periodicidade do jornal ter sido oscilante por toda a sua história, porém que durante a dita Questão Religiosa, o periódico se faz diário<sup>271</sup>. Flávio Neves indica que a Questão Religiosa criou uma maior necessidade financeira para o jornal e fortaleceu sua função como um “instrumento maior de combate”<sup>272</sup> pelo catolicismo, levando a editoria a destinar, a partir da década de 1870, obrigatoriamente, a última página para propagandas comerciais<sup>273</sup>. Tendo, então, neste tema da Questão Religiosa um ponto importante, é necessário traçar um panorama do seu significado para o jornal.

Primeiramente, devemos dizer que se trata de um jornal de caráter religioso, cuja função institucional estava voltada para atender “[...] aos interesses da religião e da sociedade”<sup>274</sup>, como é informado desde a sua primeira edição em 1866. O subtítulo “Periódico consagrado aos interesses da religião e da sociedade”<sup>275</sup> acompanhou o jornal durante os primeiros nove anos de existência e serviu como um claro indicativo do que o seu leitor encontraria de informação em suas páginas. Tratava-se de discutir questões religiosas e morais sob o olhar católico do ultramontanismo, movimento da Igreja Católica que advogou pela centralização do poder de decisão na figura do papa<sup>276</sup>.

*O Apóstolo* surge com o intuito de propagar e defender esta vertente do catolicismo que entrava no país através dos sacerdotes estrangeiros e daqueles ligados ao processo de

---

<sup>270</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. *Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional – MinC., 2011. p.14.

<sup>271</sup> GOMES, Eveline Viterbo. Op. cit., p. 88.

<sup>272</sup> NEVES, Flávio Rodrigues. Op. cit., p. 9.

<sup>273</sup> Ibidem.

<sup>274</sup> AFBN. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, Domingo, 7 de Janeiro de 1866. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>275</sup> Ibidem.

<sup>276</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. Op. cit., p. 10.



romanização que, segundo Kenneth P. Serbin, buscaram aproximar as decisões e tradições do catolicismo no mundo às decisões e normas tomadas pela Santa Sé:

A Romanização foi a modernização conservadora do catolicismo brasileiro. Ao mesmo tempo que representou uma reação contra a modernidade, foi também seu produto e promotora. Assim como o socialismo e o nacionalismo, o catolicismo procurou construir novas formas de comunidade em face da destruição dos laços tradicionais pelo capitalismo internacional. No processo, o papado, acentuadamente fortalecido, procurou criar a unidade da comunidade católica no mundo todo. Por um lado, a Igreja procurou se adaptar a uma nova sociedade. Por outro, defendeu a ortodoxia, a autoridade clerical e o fim da autonomia leiga. [...] <sup>277</sup>.

Dentro do movimento de romanização, o ultramontanismo se destacava como um movimento em prol deste objetivo eclesiástico. O termo ultramontano já era usado desde o século XI, referindo-se a todos os cristãos que buscavam “a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos [...]” <sup>278</sup>. Segundo Ítalo Santirocchi, durante o século XIX o ultramontanismo ganha novas características em decorrência da reação da Igreja Católica a movimentos e ideologias que se fortalecem ou surgem nesse momento: “O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864 <sup>279</sup>.

A ligação do jornal com o ultramontanismo o trazia para o centro do debate sobre os caminhos do catolicismo no Brasil. O regalismo, isto é, o direito que os reis católicos tinham de intervir nas questões eclesiásticas, e que no Império estava fundamentado na Constituição de 1824 por meio do padroado e do beneplácito, era um dos alvos de *O Apóstolo*. Como o regalismo deixava o clero brasileiro sob a autoridade imperial, era um regime que se opunha aos planos de aproximação direta com a Santa Sé. Neste sentido, teorias que reforçavam o

<sup>277</sup> SERBIN, Kenneth. P. Op. cit., p. 81.

<sup>278</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. Op. cit., p.10.

<sup>279</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma”. *Temporalidades* - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. vol. 2, n.º 2, p. 24.

regalismo, presentes em setores políticos brasileiros naquele contexto, como o jansenismo,<sup>280</sup>, também eram seu objeto de oposição<sup>281</sup>.

Ao mesmo tempo, o jornal se dedicava a prover o público com artigos, passagens bíblicas e outros gêneros textuais de modo a contribuir na formação cristã do leitor. Contribuições enviadas por leitores poderiam ser publicadas, desde que fossem de acordo com as normas e o programa do periódico<sup>282</sup>. Eveline Viterbo Gomes aponta que existia uma temática católica que unia a publicação tanto de artigos feitos pela editoria do jornal quanto das cartas pastorais, documentos e outros artigos que eram enviados por terceiros para publicação:

Quanto ao material que compôs as páginas de *O Apóstolo*, sabe-se que esteve aberto a artigos de membros externos ao corpo editorial, publicou cartas pastorais e outros documentos do episcopado brasileiro e de Roma, além de discursos parlamentares e transcrições de artigos e notícias publicados em outros periódicos. O que unia todas as publicações era a temática católica que 'denunciava' perseguição à Igreja e identificava os seus 'inimigos'<sup>283</sup>.

A dupla missão de se propor a ser a voz da imprensa católica e de ser um material de catequização é bastante evidente em toda a história do periódico, tendo um equilíbrio quase constante entre a quantidade de artigos de doutrinação e de informação, visto que em ambos os pontos o jornal procurava alcançar dois objetivos claros: defender o catolicismo ao qual estava atrelado e alertar seu público quanto aos “inimigos da fé”, no caso espíritas, protestantes, maçons, positivistas e liberais, e também poderíamos estender aos jansenistas<sup>284</sup>.

---

<sup>280</sup> “[...] Teologicamente não-ortodoxo, na França o movimento jansenista era acentuadamente anticlerical. Criticava o papado, os bispos e várias práticas e instituições eclesiásticas. [...]”. SERBIN, Kenneth. P. Op. cit., p. 76.

<sup>281</sup> SERBIN, Kenneth. P. Op. cit., p. 46.

<sup>282</sup> Houve um aviso presente nos 4 primeiros anos do jornal de que “A redação recebe qualquer artigo de interesse público-religioso, sendo porém publicado o que estiver de acordo com o programma deste periódico”. A partir de 1870 esse aviso não é mais visto no jornal, não ficando claro se o jornal deixou de receber artigos do público ou se apenas deixou de publicar esse aviso recorrente. AFBN. *O Apóstolo*. Domingo, 7 de Janeiro de 1866 p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>283</sup> GOMES, Eveline Viterbo. “Clama itaque, clama, ne cesses: a trajetória do periódico *O Apóstolo* em defesa da educação católica”. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, vol. 11, nº 1, 2020, p. 88.

<sup>284</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. Op. cit., p. 14.

O segundo ponto é que sua editoria era anônima por boa parte de sua existência, sendo apenas identificada na primeira edição que se tratavam de padres<sup>285</sup> à frente do jornal ou, pelo menos, o mais provável é que fossem padres, como aponta Alceste Pinheiro:

Por que 'quase certamente padres'? É mais do que mera suposição, a partir do discurso formalizado nas páginas do jornal, embora os produtores do semanário não se dessem a conhecer. Não há nenhuma indicação dos seus redatores ou colaboradores, em uma época em que já era comum a veiculação dos autores dos textos. No máximo, publicavam as iniciais ou a primeira letra, assim mesmo muito poucas vezes e jamais de algum responsável. Paira, portanto, uma sombra sobre seus produtores<sup>286</sup>.

Analisando os artigos, a dificuldade de identificação dos seus fundadores dava ao jornal uma aparência de institucionalidade e ao seu público passava a ideia de que o mais importante não era quem escrevia, mas o que estava escrito. A questão pode ser vista ainda como uma medida de segurança para os editores e produtores do jornal, como aponta também Pinheiro:

Por que esse sigilo em relação aos seus produtores e à sua localização? É possível supor que havia certo temor de uma ação em contrário dos 'inimigos da Igreja'. Deveria haver também o temor de retaliação de alguma autoridade, já que os padres eram em grande parte assalariados do Estado e muitos lecionavam em escolas públicas. De fato, a Igreja Católica Romana vivia uma etapa de tensão e conflito com o Estado, do qual era dependente em termos jurídico e econômico. Além disso, sofria com as ações de propaganda de liberais e maçons, que pressionavam no Parlamento, e dos protestantes, que atuavam nas ruas e também pela imprensa. Esses segmentos assumiam um modelo de nação do qual o Catolicismo seria meramente um coadjuvante. E é evidente que os bispos, o clero disciplinado e os leigos atuantes não concordavam com esse projeto<sup>287</sup>.

Porém, há em alguns momentos a identificação de alguns nomes dos responsáveis pelo jornal. Na edição nº 15 de 1870<sup>288</sup> é publicada uma carta do Papa Pio IX, cobrindo toda a primeira página, onde é identificado como diretor do jornal *O Apóstolo* o Cônego Gonçalves Ferreira. Não é identificado se ele é um dos fundadores, mas é dada a certeza de sua liderança sobre as atividades do jornal. Já Adriana Gomes aponta que os padres proprietários do jornal

---

<sup>285</sup> “[...] Somos Sacerdotes, nós os operários, desta empresa, que enceta hoje sua existência com a publicação do presente número; [...]”. AFBN. “O Apóstolo”. *O Apóstolo*. Domingo, 7 de Janeiro de 1866 p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>286</sup> PINHEIRO, Alceste. “O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX”. *Intercom* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009. p. 3.

<sup>287</sup> PINHEIRO, Alceste. Op. cit., p. 8.

<sup>288</sup> AFBN. “Pius. PP. IX.”. *O Apóstolo*. Domingo, 10 de Abril de 1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1614>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

foram João Scarligerio, Augusto Maravalho e José Alves Martins Loreto<sup>289</sup>. Esta informação passa a ser fixa logo abaixo do título do jornal a partir da edição nº 02 de 1892<sup>290</sup>. Entretanto, não é dado como certo se estes três padres foram os fundadores do jornal também.

Desde sua fundação, *O Apóstolo* se propôs a ser um porta-voz do clero ultramontano no Brasil e, por isso, um defensor e divulgador de ideias políticas que batiam de frente com a realidade da Igreja Católica no contexto do século XIX. O controle da Coroa brasileira sobre a Igreja Católica, por meio do padroado e do beneplácito régio, dava proteção institucional como religião oficial, arcava com os custos operacionais da Igreja no Brasil, e, ao mesmo tempo, levava ao controle do Imperador sobre a instituição religiosa. Enquanto era mantida pelo Estado e os membros do clero eram incluídos como funcionários públicos, a Igreja Católica no Brasil tinha suas ações e iniciativas submetidas ao monarca<sup>291</sup>, o que muitas vezes levou a conflitos entre as partes. Isto porque em muitas ocasiões o controle monárquico interferia na hierarquia interna da Igreja, distanciando-a do controle centralizado da Santa Sé e limitando-a nos ataques aos “males do modernismo”<sup>292</sup>. Alguns destes males, inclusive, estariam presentes dentro do corpo político e do corpo clerical brasileiro desde a independência, como a maçonaria<sup>293</sup>. Considerando-se este panorama, é possível entender o receio dos seus editores e produtores em se exporem publicamente. Entretanto, é importante ressaltar que a absorção de todo o corpo clerical católico no Brasil pela reforma ultramontana era o principal objetivo a ser alcançado.

A chamada Questão Religiosa é o ápice de uma série de atritos ocorridos entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, motivados principalmente pela resistência do Estado em aceitar as determinações impostas pela reforma ultramontana. Serbin afirma que a reforma ultramontana foi um problema administrativo e político que se estendeu por todo o Segundo Reinado (1840-1889), devido principalmente aos objetivos conflitantes que cada lado possuía:

Durante o Segundo Reinado (1840-89), a reforma clerical criou tanto afinidades coletivas como conflitos entre a construção do Estado brasileiro e a renovação da Igreja. Um clero eficaz era almejado pela Igreja e pelo Estado, mas cada qual tinha

---

<sup>289</sup> GOMES, Adriana. “A criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890: as discussões nos periódicos do Rio de Janeiro”. *Revista Agora*, Vitória, n. 17, 2013, p. 66.

<sup>290</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Domingo, 3 de Janeiro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/13261>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

<sup>291</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. Op. cit., p. 9.

<sup>292</sup> Identificado na época como o liberalismo positivista, o materialismo, o comunismo, o capitalismo, o Estado laico, o cientificismo, a secularização, o anticlericalismo e o ateísmo, basicamente. SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p. 30 e 158.

<sup>293</sup> SERBIN, Kenneth. P. Op. cit., p. 66.

em mente um propósito. A Igreja queria padres melhores para ser viável, enquanto o Estado desejava que os padres atuassem como agentes de controle social, especialmente no campo, onde eles tinham influência sobre o povo lado a lado com os coronéis. Um clero europeizado sintonizado com os bispos e com a elite brasileira era o que mais convinha a esses objetivos. Contudo, as desgastantes tensões entre Igreja e Estado frequentemente conduziram a táticas diferentes. A Igreja enfatizou os aspectos romanizadores da reforma, mas o governo imperial procurou controlar o clero por meio do persistente padroado<sup>294</sup>.

Este conflito de interesses teve altos e baixos, sendo, segundo Neves, seu episódio mais emblemático a prisão de dois bispos por ordens do próprio Pedro II apoiado pelo Conselho de Estado durante a década de 1870<sup>295</sup>, desencadeando então a Questão Religiosa. Estes atritos nas relações entre Igreja Católica e Estado causaram grandes rupturas que enfraqueceram a institucionalidade do governo monárquico e o apoio dos sacerdotes ligados ao ultramontanismo. Segundo Maurício de Aquino, estes atritos permanecem mesmo após a resolução da Questão Religiosa em 1875 e só terminam com o fim do próprio regime monárquico em 1889:

Desde 1872, com o início da chamada 'Questão Religiosa', as relações entre Estado e ICAR estremeceram com a prisão dos bispos d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e d. Antônio de Macedo Costa. A anistia concedida a esses bispos por Pedro II, em 17 de setembro de 1875, não pôs realmente um termo à 'Questão', e o problema nuclear dos embates de regalistas, maçons e jacobinos versus católicos ultramontanos persistiu até o golpe liderado pelo marechal Deodoro, em 15 de novembro de 1889. No dia 7 de janeiro de 1890, esse capítulo da história do padroado na América definitivamente chegou ao fim.[...] <sup>296</sup>

O fato de a Questão Religiosa ter sido o ponto mais importante na luta pela romanização no Brasil fez com que este período tivesse sido relevante para *O Apóstolo*, justificando todo o aumento no financiamento e em sua publicação. Era, para o jornal, necessário aumentar em muito a sua circulação para que o grupo o qual ele representava tivesse uma voz ativa no principal meio de comunicação da época: a imprensa. E mais um fator que colabora para explicar o aumento das atividades do periódico durante este conturbado período foi que, em 1876, as assinaturas diminuíram seu valor, indo para 15\$000 anuais e 8\$000 semestrais, e o jornal passou a ser publicado três vezes por semana, sem dias específicos. Em 1877 adotou as quartas, sextas e domingos como dias fixos de publicação e que assim

---

<sup>294</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>295</sup> NEVES, Flávio Rodrigues. Op. cit., p. 6.

<sup>296</sup> AQUINO, Maurício de. "Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889 - 1930)". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, 2012. p. 146.

permanece até 1898, tendo tido uma média aproximada de 150 edições publicadas por ano até 1892.

De 1893 a 1898, *O Apóstolo* passa por uma inconstância na quantidade final de edições publicadas por ano, com um breve momento de alteração na periodicidade de 1º de janeiro a 16 de novembro de 1894. Durante este breve período em 1894, o jornal teve interferência do então regime republicano, tendo inclusive que mudar seu nome para *A Estrela*, além de alterar muito o teor dos textos publicados, descaracterizando o tradicional modelo de denúncias sobre os “inimigos da fé” e de defesa ferrenha da Igreja Católica.

O início do período republicano foi complicado para *O Apóstolo*. O jornal, que estava engajado na defesa da reforma ultramontana, havia, com a República, alcançado um de seus principais objetivos: ter autonomia e direta ligação com a Santa Sé. Porém, devido ao novo governo possuir influências positivistas e liberais, além da institucionalização civil de atividades que antes eram restritas à Igreja Católica, como o casamento, o jornal não parou de ter o governo vigente como um de seus principais alvos de críticas. Porém, as consequências das críticas e ataques que fazia foram mais graves. Além da interferência direta ocorrida em 1894, durante o governo Floriano Peixoto e encerrada um dia após a posse de Prudente de Moraes, o jornal foi taxado de monarquista por outros periódicos, dentre eles a *Gazeta de Notícias*, e sofreu um atentado à sua redação em 1897, sendo então forçado a encerrar suas atividades após a edição 28. Evidências do ocorrido estão na primeira edição de 1898<sup>297</sup>. Pela primeira vez, *O Apóstolo* quebra o seu padrão de numeração, tendo a edição de 9 de março 1898 a numeração 29, indicando uma continuidade dos trabalhos interrompidos no ano anterior. A primeira coluna da edição é intitulada “Ressurreição” e nela o jornal expõe a sua satisfação de voltar a ser publicado, deixando claro que continuará informando seus leitores sobre os assuntos acerca da Igreja Católica.

De 1899 a 1901, o jornal passou a ser publicado apenas aos sábados dando indícios de que passava por um momento complicado<sup>298</sup>. A explicação para a ausência de *O Apóstolo* na primeira metade do ano de 1899 se encontra na última edição do ano anterior, quando no dia 20 de novembro é informada em uma breve coluna a interrupção das publicações do jornal, em decorrência de problemas financeiros e administrativos:

---

<sup>297</sup> AFBN. “Ressurreição”. *O Apóstolo*. Quarta-Feira, 9 de Março de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/15925>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

<sup>298</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Sábado, 29 de Julho de 1899. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16349>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

### O Apóstolo

Por circunstâncias excepcionais e interesses da folha, somos obrigados contra a nossa vontade, a suspender provisoriamente sua publicação, até que possamos regularizar sua administração interna.

Certos de que nossos assignantes aceitarão esta solução de continuidade, confiamos que continuem a auxiliar-nos, afim de que a unica folha catholica que se publica nesta capital não desapareça definitivamente, sendo enormes as despesas que pesam sobre ella.

Continuamos a receber toda a correspondencia em nosso escriptorio, onde attenderemos todos os pedidos e serviços dos amigos e assignantes, desejosos de em breve, removidas as dificuldades que nos assoberbam , continuar a ocupar o nosso posto na imprensa catholica, neste vasto paiz, cheio de vida e pujança<sup>299</sup>.

Além do jornal ter parado sua publicação por quase seis meses, os anos finais foram os com menos publicações por ano com suas atividades normalizadas, tendo em 1899 apenas 23 edições, 1900 com 52 edições e, por fim, 1901 com 16 edições. Não há indícios de que na última edição de 1901 os editores saberiam que encerrariam suas atividades permanentemente. Porém, a decadência de *O Apóstolo* era nítida até mesmo na sua organização interna: de 1899 a 1901, a numeração passa a ser contínua, sendo a última edição de número 92, e a mesma é apenas a 16ª publicação do jornal no seu ano final. Esta numeração contínua pode ser interpretada como uma estratégia do jornal de passar um aspecto de continuidade ao trabalho realizado sem transparecer que (mesmo tendo chegado a 150 edições por ano) estava em uma situação crítica. De fato, não há nenhum artigo de despedida ou aviso de paralisação nas publicações na 16ª publicação do *O Apóstolo* de 1901, como teve na última de 1898. Porém, diante dos problemas pelos quais o jornal passava desde de 1897, e levando em consideração que a coleção do *O Apóstolo* da Biblioteca Nacional está em grande parte completa, neste capítulo trabalhamos com ideia de que de fato a edição 92 da “Segunda Phase”<sup>300</sup> do *O Apóstolo*, publicada em 1901, foi a última do jornal.

Nestes 35 anos de existência, *O Apóstolo* teve ativa participação no movimento reformista católico, ao ponto de ter suas atividades elogiadas pelo Papa Pio IX em 1870, como aponta Gomes:

No mês de abril de 1870, chegava à Typographia do *Apostolo* uma carta do Papa Pio IX endereçada ao padre José Gonçalves Ferreira em reconhecimento por seu trabalho frente ao periódico católico *O Apostolo*, em defesa do catolicismo: 'Clama sem cessar', pedia o papa. Esse era o reconhecimento da importância daquele jornal como resistência ao que consideravam ataques à Igreja em território nacional. Daquela

<sup>299</sup> AFBN. “O Apóstolo”. *O Apóstolo*. Domingo, 20 de Novembro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16345>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>300</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Sábado, 27 de Abril de 1901. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16657>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

maneira, fez padre Ferreira até o dia de sua morte. Daquela maneira, fizeram seus sucessores até o fechamento do jornal em 1901<sup>301</sup>.

A importância desse jornal para o meio católico foi considerável tendo em vista o quanto esteve ativo nos principais momentos que envolveram a Igreja Católica com as mudanças e agitações políticas na segunda metade do século XIX. Porém, há um ponto importante que devemos explorar antes de adentrarmos o tema chave deste trabalho. O ultramontanismo veio com o objetivo de reformar, entre outros, as práticas do catolicismo popular predominante entre as práticas religiosas no Brasil, disciplinando o clero, sacramentos, liturgias e, principalmente, fazendo com que o mesmo visse no papa e não no imperador sua principal liderança. Mas, no que exatamente havia conflitos e atritos entre os dois tipos de catolicismos? Este ponto deve ser exposto para entendermos mais à frente a abordagem escolhida sobre Antônio Conselheiro e o Arraial de Canudos.

### 3.2 Ultramontanismo e catolicismo popular: as bases religiosas de *O Apóstolo* e de Antônio Conselheiro em conflito

Em primeiro lugar, nos aprofundaremos um pouco mais no ultramontanismo, antes de abordarmos as questões que compõem o catolicismo popular. Como vimos anteriormente, o ultramontanismo é um movimento que data desde o século XI. Porém, no contexto que analisamos, o termo engloba todo um grupo de sacerdotes leais ao papa, que buscavam implementar no Brasil uma reforma da Igreja em sua plenitude, principalmente quanto à autonomia de ação e quebra do sistema do padroado, e que se esforçavam para alcançar este objetivo desde aproximadamente 26 anos antes do aparecimento do *O Apóstolo*:

Na década de 1840 a Igreja deu um passo definitivo para reformar o voluntarioso clero brasileiro. Os bispos conservadores pró-Roma estabeleceram sua autoridade e promoveram a distinta identidade social do clero como um corpo coletivo unificado. Esses bispos pretendiam arrancar os padres da política, do Iluminismo e do galicismo - e também dos braços das mulheres. A seu ver, o Brasil precisava de ministros que professam lealdade à instituição, purificarem a religião popular e pregassem a moralidade católica.[...] <sup>302</sup>

---

<sup>301</sup> GOMES, Eveline Viterbo. Op. cit., p.81.

<sup>302</sup> SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p. 78.



Dos pontos que Serbin aponta como uma necessidade do clero brasileiro, segundo a ótica dos ultramontanos, e eram de extrema urgência, podemos destacar três aspectos especialmente preocupantes para os reformadores<sup>303</sup>. O primeiro deles está relacionado ao regime do padroado, que tornava o clero imperial dependente do Estado monárquico em questões administrativas, pois o Imperador tinha o direito de intervir na hierarquia interna do clero e financeiramente, já que o Estado que sustentava o clero e dele se utilizava para suas próprias demandas, como anteriormente exposto no capítulo. Em segundo lugar, cabe mencionar a progressiva decadência das Ordens Religiosas tradicionais (jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas) que além de estarem proibidas de receber novos membros desde 1855, em 1870 os problemas se agravam com a proibição do retorno de “[..] homens que entrassem em ordens religiosas em outro país. [...]”<sup>304</sup>. Em terceiro lugar, talvez o mais problemático dos aspectos, o clero secular brasileiro era, sob a ótica ultramontana, deplorável, com indícios e provas de um número considerável de sacerdotes casados, denúncias de padres envolvidos em atividades economicamente rentáveis em detrimento das atividades sacerdotais não-lucrativas, evidências de sacerdotes que escolheram o caminho clerical apenas para se inserirem na política nacional e regional e indícios de sacerdotes que davam preferência a obedecer o Imperador do que aos bispos, como aponta Serbin<sup>305</sup>.

Destes aspectos que criavam uma série de dificuldades para a Igreja Católica no Brasil, dois puderam ser resolvidos através de ações vindas tanto do clero ultramontano, quanto do Estado monárquico brasileiro, que no fim beneficiou tanto a Igreja Católica, como uma instituição unificada, quanto o projeto de governo de Pedro II, como aponta Serbin:

Ironicamente, a Igreja resolveu a crise do clero brasileiro importando padres europeus, principalmente de ordens religiosas. Essa medida, que desafiava fundamentalmente o decreto de 1855, refutou os temores profundamente regalistas sobre as ordens. Ilustrou esplendidamente como as necessidades de construção do Estado e de reforma clerical determinaram uma ruptura significativa da política geral de controle sobre a Igreja. A liderança do Segundo Reinado adotou uma política dual. Por um lado, reprimiu o clero existente, considerado corrupto, imoral e ineficaz. Por outro, permitiu a entrada de missionários cuja presença fortaleceu o Estado, mas também reforçou a Igreja institucional. Os novos missionários possuíam o desejado feitio romanizado e, por serem estrangeiros, aparentemente teriam mais dificuldade para acumular bens. Essa aplicação seletiva do decreto de 1855 afastou

---

<sup>303</sup> Os pontos preocupantes aqui citados foram abordados pelo professor Pedro Oliveira em um artigo da *Revista Eclesiástica Brasileira* em 1976, sob uma ótica principalmente religiosa do tema. In: OLIVEIRA, P. A. R. de. “Catolicismo Popular e romanização do catolicismo brasileiro”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 36, n. 141, p. 132.

<sup>304</sup> SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p. 84-85.

<sup>305</sup> Ibidem.

os padres potencialmente danosos à estabilidade política do Império e barrou a formação do tipo de Estado dentro de um Estado que se viu na época dos jesuítas<sup>306</sup>.

Como podemos analisar, dois dos três mais problemáticos aspectos para a romanização, clero corrupto e despreparado e afastamento do clero que se dedicava apenas à política, puderam ser resolvidos através do ato de importação de um clero estrangeiro e ultramontano e a formação de um clero nacional. O aspecto restante viria a ser resolvido apenas com o advento da República em 1889 e as tentativas de implementação do Estado laico. Entretanto, não é apenas sobre o clero regular que se queria atuar, mas também sobre o laicato católico. Mantendo-se uma tradição que data desde os tempos coloniais, o catolicismo no Brasil possuía uma forte participação da massa leiga de fiéis, principalmente quanto à participação em ordens terceiras, irmandades e confrarias<sup>307</sup>. Estas organizações tinham, segundo Oliveira, três características muito importantes: eram dirigidas por leigos, eram autônomas e isoladas “[...] tanto em nível paroquial [...] quanto para paroquial [...]”<sup>308</sup>, e eram as responsáveis por toda a ornamentação, organização, música e o desenrolar das procissões religiosas<sup>309</sup>. Já as lideranças leigas eram qualquer pessoa que estivesse ocupando uma “[...] posição preeminente nas atividades religiosas por sua dedicação ou vocação pessoal e não por fazer parte de irmandades [...]”<sup>310</sup>, tendo estas lideranças sua posição reconhecida pela Igreja Católica ou não. Mas, qual era o problema que o ultramontanismo via na existência destas organizações e lideranças leigas? A questão era que a Reforma Católica do século XVI, que era base do movimento reformista do século XIX, pregava que o poder religioso reside apenas no corpo clerical - papa, bispos e padres -, e por isso, toda a autoridade ou responsabilidade nos assuntos da fé deveriam ser, e foram, transferidas definitivamente para os sacerdotes<sup>311</sup>.

Porém, neste período de discussões entre clero ultramontano e regalismo imperial, um outro tipo de catolicismo convivía e sobrevivía aos avanços reformistas, qual seja, o

---

<sup>306</sup> Ibidem.

<sup>307</sup> OLIVEIRA, P. A. R. de. Op. cit., p. 133.

<sup>308</sup> OLIVEIRA, P. A. R. de. Op. cit., p. 135.

<sup>309</sup> Ibidem.

<sup>310</sup> OLIVEIRA, P. A. R. de. Op. cit., p. 136.

<sup>311</sup> Serbin afirma que: “[...] Os sacramentos, a moralidade, e a autoridade clerical suplantaram como principal eixo da vida da Igreja os rituais e organizações autônomos e de bases laicas típicos do catolicismo luso-brasileiro tradicional.[...]”. Oliveira diz que: “[...] catolicismo romano, do qual os Bispos Reformadores são os principais portadores, se assenta sobre outra base: a autoridade do papa, e por extensão, dos bispos e padres. Por isso, a romanização do catolicismo só poderia ser efetiva na medida em que o poder religioso fosse transferido dos leigos para os clérigos.”. Em: SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p.79; e OLIVEIRA, P. A. R. de. Op. cit., p.137.

catolicismo popular. Riolando Azzi aponta que o tema do catolicismo popular é complexo e difícil de se precisar, pois há uma linha muito tênue entre o que é o “[...] catolicismo oficial e o popular, entre o que ainda é catolicismo ou já simplesmente sincretismo religioso”<sup>312</sup>. Azzi aponta que primeiro é necessário fazer uma recapitulação da história do catolicismo no Brasil. Segundo o autor, em cada recorte tradicional histórico do Brasil - Colônia, Império e República - sempre houve a presença de mais de um tipo ou modelo de catolicismo<sup>313</sup>. Durante o período colonial, com a predominância do catolicismo tradicional<sup>314</sup>, houve diversas tentativas da adoção do catolicismo renovado<sup>315</sup> por parte dos jesuítas, principalmente. No período imperial, há o enfrentamento do catolicismo tradicional e o renovado, como já abordamos quando falamos sobre o ultramontanismo. E no período republicano, o catolicismo renovado passa a ser o predominante com a separação entre Igreja e Estado. Entretanto, o catolicismo tradicional não some, mas “[...] passa a ocupar uma posição secundária e marginalizada dentro da reestruturação da Igreja Católica no Brasil”<sup>316</sup>.

O recorte que nos interessa é o da passagem do Império à República, ou seja, do embate entre o catolicismo tradicional e o renovado. É neste contexto do século XIX que buscaremos analisar o complexo termo catolicismo popular, pois é neste recorte que reside a nossa análise do catolicismo professado por Antônio Conselheiro. Cristiano Araújo aponta que o catolicismo popular é fruto das ações dos colonos durante os processos migratórios e que se entende como parte dessa religiosidade o conjunto de representações e práticas religiosas dos cristãos católicos que não precisavam da autoridade clerical para serem incorporadas e praticadas pelos fiéis, ou seja, as características da fé católica que não necessitavam do representante oficial da religião para sua manutenção. Araújo ainda afirma que a palavra popular no termo evoca a ideia de se tratar então de um catolicismo que se opõe ao catolicismo

---

<sup>312</sup> AZZI, Riolando. “Elementos para a História do Catolicismo Popular”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 36, n. 141, p. 95.

<sup>313</sup> AZZI, Riolando. Op. cit., p. 108-109.

<sup>314</sup> “O catolicismo tradicional apresenta diversas características próprias, entre as quais enumeramos cinco principais: é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar. Estes aspectos são profundamente convergentes e complementários entre si”. Ver: AZZI, Riolando. Op. cit., p. 96.

<sup>315</sup> “Paralelamente ao catolicismo tradicional, que se implementou fortemente na colônia, desde o início começaram também as tentativas de fazer vigorar no Brasil um catolicismo renovado, em base à Reforma Católica do século XVI. Entre as principais características desse catolicismo renovado podemos indicar as seguintes: é romano, clerical, tridentino, individual e sacramental. Também aqui esses diversos aspectos não representam compartimentos estanques, mas se constituem à semelhança de vasos comunicantes entre si”. Ver: AZZI, Riolando. Op. cit., p.103.

<sup>316</sup> AZZI, Riolando. Op. cit., p. 109.

da elite, erudito e oficial. Porém, ressalta que junto com esse formato que se opõe, constituem “[...] uma única totalidade”<sup>317</sup>.

Azzi ressalta que a ideia em si da existência de um catolicismo oficial, renovado, e um popular pode ter sido fruto da reforma ultramontana no país<sup>318</sup>. Serbin afirma que este processo reformista dividiu a Igreja Católica brasileira “[...] em dois campos conceituais: de um lado, um clero ávido por controle, [...], e do outro as organizações populares, como as irmandades [...]”<sup>319</sup>. Tanto Azzi<sup>320</sup> quanto Serbin<sup>321</sup> apontam que a reforma do catolicismo brasileiro foi um movimento que buscou mudar o modelo da religião mais numerosa do país na época sem consultar o povo sobre o que se mudava e o porquê de se mudar. A reforma ultramontana foi um movimento, no Brasil, imposto pelos bispos e padres a todo o corpo leigo da Igreja Católica, o que, obviamente, encontraria na população resistência cultural quanto à quebra de séculos de religiosidade popular, que Araújo aponta ser um instrumento natural e humano para dar sentido às experiências e vivências que todo um grupo vive<sup>322</sup>.

Ainda sobre este movimento de reforma ter vindo de cima para baixo, Araújo interpreta como sendo um movimento não apenas de reforma interna, mas que assume um papel de modelador das classes mais populares ao processo de “[...] unificação nacional e estruturação social com base no sistema agroexportador [...]”<sup>323</sup> que o país passava de uma maneira geral e se formos ver como o processo se conclui como um todo durante a primeira República, a interpretação é válida. O catolicismo, como vimos, se torna predominantemente renovado com o avanço do período republicano e os padres, durante este período, apesar de afastados oficialmente da política, ainda exerceram considerável influência, de modo que alguns sacerdotes fazem parte da política do coronelismo, como aponta José Murilo de Carvalho:

Boa parte da literatura brasileira, mesmo a que se inspira em Leal, identifica coronelismo e mandonismo. Essa literatura contribuiu, sem dúvida, para esclarecer o fenômeno do mandonismo. Da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das

---

<sup>317</sup> ARAUJO, Cristiano Santos. “Luso – Romano – Brasileiro: uma interpretação da formação do catolicismo popular”. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura* - Ano XI, n. 50, p.73-74.

<sup>318</sup> AZZI, Riolando. Op. cit., p. 129-130.

<sup>319</sup> SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p.82.

<sup>320</sup> AZZI, Riolando. Op. cit., p. 130.

<sup>321</sup> SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p.81-82.

<sup>322</sup> ARAUJO, Cristiano Santos. Op. cit., p. 79.

<sup>323</sup> Ibidem, p. 82.

novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres. [...]<sup>324</sup>

Com isto, podemos concluir que o que entendemos como catolicismo popular não é um movimento uniforme, mas uma forma de representar todo um conjunto de entendimentos e compreensões existentes na fé popular dos católicos, que nasce em decorrência de um intenso e inegociável processo de mudanças impostas ao mundo católico brasileiro pelo seu alto clero reformador. É com esta concepção de catolicismo popular que trabalharemos para analisar a forma como Antônio Conselheiro e o Arraial de Canudos foram abordados e representados nas páginas de *O Apóstolo*.

### 3.3 Antônio Conselheiro e Canudos nas páginas de *O Apóstolo*

Partimos agora para a análise das representações de Conselheiro e Canudos nas páginas do *O Apóstolo*, apoiados, como no capítulo anterior, nos conceitos de representação de Roger Chartier, para destrincharmos as ideias, concepções e intenções<sup>325</sup>. Assim, buscamos apreender o que o periódico pretendia passar ao seu leitor ao criar sua versão, que é a versão da Igreja Católica, sobre a atuação e movimentação de Conselheiro no interior baiano, bem como de seus seguidores.

Da mesma forma que a *Gazeta de Notícias*, a representação formulada em *O Apóstolo* segue pautas ideológicas e políticas, cuja análise depende do entendimento do momento sócio-político pelo qual o periódico passava na primeira década republicana. Como visto, Antônio Conselheiro foi alvo de críticas e atritos com a Igreja Católica na Bahia, mesmo antes da formação do Arraial de Canudos. Entretanto, entre as críticas oriundas da Igreja envolvendo Conselheiro, teremos como foco apenas as ocorridas dentro do recorte aqui destacado. Atermo-nos a este recorte é fundamental, pois, com a mudança governamental, veio também

---

<sup>324</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. *Dados*, v. 40, n. Dados, 1997 40(2), 1997.

<sup>325</sup> CHARTIER, Roger. Op. cit., p.61-79.

a separação entre Igreja e Estado, com a instituição do Decreto 119A de 1890, e, posteriormente, a configuração do Estado Laico brasileiro na Constituição de 1891<sup>326</sup>.

A Igreja Católica no Brasil, comandada pelos bispos ultramontanos, buscava se libertar do padroado e, apesar de conseguir tal feito, não aprovou a separação entre Igreja e Estado sem expressar ressalvas, como podemos perceber através da edição 5 de *O Apóstolo* de 1890. O tom desta edição guia muito o dos artigos posteriores quanto a este tema:

[...]

Unidos ambos os poderes, ora expressa, ora mesmo tacitamente, desde que o christianismo, sahindo das catacumbas, tornou-se saliente, público e evidente, como é centro de todas as forças moraes do universo, toda a idea de separação, encerrava tal ou qual espirito de hostilidade, que nunca de sua parte era lícito á Egreja, nem a seus filhos promoverem

[...]

Realmente, só muita força de penetração poderá descobrir as vantagens que podesse colher a Egreja dessa união official, e por isso é que ahi todos os dias appareciam àquelas apreciações até certo ponto justas, de que a Egreja que resistiu e supplantou a perseguição dos Estados desde os primeiros séculos, não precisava nem precisa de estar com elles unidas para preencher com todas as vantagens seus destinos sobre a terra.

[...]

Nós, até que juízo e autoridade superior nos faça mudar de opinião, e a que seremos fiéis em submeter-nos, reconhecemos no decreto de 7 do corrente disposições que importam para a Egreja verdadeira libertação de abusos, a que prestava-se sua união com o Estado, nem sempre servido por ministros assás chirstãos, para comprehenderem o verdadeiro espirito dessa união com a Santa Madre Egreja.

O governo, porém, tem ainda a responsabilidade de tornar mais claros alguns tópicos do decreto de 7 de Janeiro, tópicos que no próprio dia em que foi o decreto publicado suscitaram duvidas, que, levadas ao terreno da execução da lei, poderão tornar ainda critica a situação da Egreja Catholica em face das seitas rivais a que poderá vir o decreto tornar-se mais favoravel, e, por ahi cahir no vicio da desigualdade, que com todo o escrupulo e probidade politica e administrativa deve evitar, e com muito especial cuidado, o governo que tomou sobre si responsabilidade de resolução tão grave.

[...] <sup>327</sup>

Por este trecho, podemos analisar a postura prévia que *O Apóstolo* possuía antes de publicar os primeiros artigos sobre Antônio Conselheiro a partir de 1895. A primeira ideia que o trecho passa - e isso é nítido seja pela leitura parcial ou total do mesmo -, é que a instituição do Estado laico não era a solução para o padroado que os ultramontanos almejavam. Entretanto, Aquino aponta que a elaboração do decreto 119A de 1890 foi feita com a

<sup>326</sup> RODRIGUES, E. “A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública”. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 11, n. 29, 2013. p. 152-153.

<sup>327</sup> AFBN. “O Apóstolo”. *O Apóstolo*. Sexta-feira, 10 de Janeiro de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/12097>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

colaboração do alto clero brasileiro, tendo, desde o início da República, uma constante correspondência de bispos católicos com representantes do novo regime:

O referido Decreto 119-A, verdadeira tentativa republicana de neutralizar os conflitos de valores de natureza ética e religiosa no advento do novo regime, impondo-se o Estado como construtor e gerente da realidade sociopolítica brasileira, não foi elaborado, entretanto, sem alguma participação da elite eclesiástica – a propósito, na segunda-feira imediata à Proclamação, o ministro Quintino Bocaiuva dirigiu carta à Internunciatura Apostólica (representação diplomática da Santa Sé) 'assegurando por fim que o Governo Provisório de seja vivamente manter as relações de amizade já existentes entre a Santa Sé e o Brasil'.<sup>10</sup> Sabe-se que entre o Quinze de Novembro e o Sete de Janeiro, Rui Barbosa, responsável pela elaboração do decreto de extinção do padroado na condição de ministro interino da Justiça, e o bispo de Belém do Pará, d. Antônio de Macedo Costa, trocaram correspondências abordando questões relativas ao lugar da ICAR e da religião no incipiente regime republicano brasileiro. Mas, d. Macedo Costa não foi o único membro da hierarquia católica a negociar essa situação diretamente com Rui Barbosa no advento da República como boa parte da historiografia tem afirmado. O internúncio monsenhor Francesco Spolverini também o fez, como evidenciam as correspondências e os relatórios enviados por ele ao secretário de Estado do Vaticano que se encontram no fundo da Nunciatura Brasileira (principalmente os fascículos 330 e 344) no Arquivo Secreto do Vaticano, projetando a questão para o campo das relações internacionais, tornando mais complicada a tarefa do jurista Rui Barbosa, já que a República dos Estados Unidos do Brasil deveria obter ainda o reconhecimento internacional<sup>328</sup>.

Esta informação, somada ao trecho de *O Apóstolo*, demonstra que o Estado laico gerava grandes receios no clero ultramontano, fossem estes bem fundamentados ou não. Quando no trecho é falado sobre “[...] tornar mais claros alguns tópicos do decreto de 7 de janeiro [...]”, pautado em um suposto medo de que alguns dos tópicos pudessem ser usados pelas “seitas rivais”, não há no decreto em si trecho que favoreça qualquer denominação religiosa. O decreto 119A de 1890<sup>329</sup> é, resumidamente, uma oficialização da separação entre religião e Estado com o fim do padroado e a instituição da liberdade de culto - o primeiro ponto será consolidado na Constituição de 1890 e o segundo não será inteiramente com a criminalização de algumas denominações religiosas, como o espiritismo<sup>330</sup>.

Desta maneira, vemos que material para artigos combativos não faltariam ao periódico em razão da mudança de regime. Porém, neste novo período, *O Apóstolo* teria um direcionamento do seu “combate” um pouco mais amplo, pois, com a liberdade religiosa, o discurso contra outras denominações precisaria ser mais agressivo para fazer a manutenção da

<sup>328</sup> AQUINO, Maurício de. Op. cit., p. 147.

<sup>329</sup> DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias.

<sup>330</sup> GOMES, Adriana. Op. cit., p. 62 - 76.

hegemonia da religião católica que já não contava mais com o poder estatal. Isto pode ser percebido nos artigos sobre Antônio Conselheiro e Canudos.

*O Apóstolo* começa a noticiar sobre Conselheiro e seus seguidores na edição 78, publicada no dia 14 de julho de 1895<sup>331</sup>. Numa edição que abre com críticas ao posicionamento cientificista de Ruy Barbosa, demonstrando mais uma vez o posicionamento combativo do jornal aos já citados “males do modernismo”, *O Apóstolo* apresenta pela primeira vez Antônio Conselheiro e o Arraial de Canudos em uma coluna intitulada “Uma História Curiosa”. Nela, em uma breve exposição, o jornal faz uma apresentação de Conselheiro, como um profeta que há anos tem fanatizado a população dos “sertões da Bahia”<sup>332</sup>, principalmente as mulheres, e que o mesmo possuía um histórico recorrente com a polícia. A apresentação é seguida da transcrição do relatório da missão capuchinha à Canudos, liderada pelo frei João Evangelista do Monte Marciano<sup>333</sup>, relatório que foi dividido e publicado pelas próximas quatro edições seguintes (79 de 17 de julho, 80 de 19 de julho, 81 de 21 de julho, e 82 de 24 de julho). Tendo como base o que vimos do ultramontanismo, é perceptível que muitas das ponderações do frei João Evangelista estão de acordo com o movimento ultramontano.

No primeiro trecho do relatório dos capuchinhos, frei João Evangelista deixa claro que a missão foi organizada através de um pedido do Arcebispo da Bahia, cômego Clarindo de Souza Aranha, para que a missão fosse até Canudos com o intuito de apelar para “os sentimentos da fé catholica”<sup>334</sup> de Conselheiro e seus seguidores e que estes desmontassem o povoamento e retornassem aos “[...] deveres de catholicos e de cidadãos [...]”<sup>335</sup>. Só por este início do relatório, fica exposto que a arquidiocese da Bahia tinha uma impressão negativa do movimento conselheirista, condizente com as diretrizes da reforma ultramontana de clericalizar a fé católica e, sendo Conselheiro um leigo, ou mesmo visto como uma liderança leiga, se encaixando quase que completamente na definição do termo, este não teria autoridade para realizar as atividades religiosas que o mesmo fazia em Canudos. O frei João Evangelista

---

<sup>331</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Domingo, 14 de Julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/14933>>. Acessado em: 26 jan. de 2022.

<sup>332</sup> Ibidem.

<sup>333</sup> A missão capuchinha e o relatório do frei João Evangelista são citados por Euclides da Cunha em sua obra, e usada pelo autor para reforçar a ideia de que, mesmo antes da Guerra de Canudos começar, já havia fortes indícios da presença de pessoas armadas entre os conselheiristas. Ver: CUNHA, Euclides da. *Os sertões* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p.144-145.

<sup>334</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Domingo, 14 de Julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/14933>>. Acessado em: 26 jan. 2022.

<sup>335</sup> Ibidem.



também deixa claro que parte do intuito da missão era que ele e seu acompanhante, frei Caetano de S. Luiz, observassem com atenção o Arraial e a viagem até lá, indicando que o arcebispado baiano tinha pouco ou nenhum conhecimento da composição e organização do Arraial de Canudos. A missão capuchinha possui então dois objetivos a serem alcançados. O primeiro, muito claro, de através do diálogo tentar desarticular o Arraial de Canudos, vide que o arcebispado estava considerando as ações dos conselheiristas como uma ofensa à religião e a ordem pública<sup>336</sup>. E, um segundo, o de fazer o reconhecimento do que era o Arraial de Canudos: quantidade de moradores, organização, atividades lá realizadas e, pelo que fica subentendido pela leitura completa do relatório, a identificação dos responsáveis pelo povoamento.

Seguindo no primeiro trecho, Frei João Evangelista relata que a missão saiu de Salvador no dia 26 de abril, chegando em Canudos no dia 13 de maio. A demora para chegar ao seu destino se deu devido às dificuldades em se providenciar transportes, guias e equipamentos para fazer o trecho final da viagem, entre Cumbe - Canudos. Neste trecho final da viagem, é relatada a presença dos conselheiristas pela estrada para Canudos, com a presença de grupos armados com facões e espingardas. Segundo Evangelista, conforme a missão se aproximava de Canudos, começavam a aparecer as edificações que compunham o Arraial. Em geral, pelo olhar dos frades, entende-se que as casas eram precárias, com uma população em situação de miséria evidente, na parte mais externa do Arraial, organizadas de maneira que todas as ruas dessem em direção à praça, onde havia casas em melhores condições, a capela e a residência de Antônio Conselheiro:

[...]

Passado o rio, logo se encontram essas casinhas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta sem janella, e não arruadas. O interior é immundo, e os moradores que, quasi nús, saíam fora a olhar-nos, attestavam no aspecto esqualido e quasi cadaverico as privações de toda a especie que curtiã. Vimos depois a praça, de extensão regular, ladeada de cerca de doze casas de telha, e nas extremidades, em frente uma à outra, a capella e a casa de residencia de *Antonio Conselheiro*. A porta da capella e em varios pontos da praça apinharam-se perto de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça d'armas ou melhor de um acampamento de beduinos<sup>337</sup>.

A descrição de Canudos como feita por frei Evangelista possuía ao mesmo tempo informação útil e pesado teor condenatório. Ela não apenas dá uma breve noção da disposição

---

<sup>336</sup> Ibidem.

<sup>337</sup> Ibidem.

física do povoamento, que por sua vez demonstra uma organização urbana notável, mas também submete as construções e seus habitantes a um pesado juízo de valor condenatório, atitude esta presente do início ao fim do documento. Dando prosseguimento ao relatório, frei Evangelista informa que ele e o frei Caetano residiram em uma casa de propriedade do Vigário de Cumbe, que os acompanhou até Canudos e finaliza este trecho reafirmando a imagem de miséria e precariedade do Arraial, ao descrever o enterro de oito cadáveres sem os devidos preparos. Diz que, pelo que informaram, diariamente esta era a quantidade de pessoas que morriam em média em Canudos, devido às péssimas condições de saúde do local e também algumas pela fome.

No segundo trecho do relatório publicado em *O Apóstolo*, frei Evangelista narra seu primeiro encontro com Antônio Conselheiro, em meio à construção da capela do Arraial. Nela, temos a primeira descrição física de Conselheiro:

[...]

Vestia tunica de azulão, tinha a cabeça descoberta e empunhava um bordão; os cabellos crescidos sem nenhum trato, a cahirem sobre os ombros; as hirsutas barbas grisalhas, mais para brancas; os olhos fundos, raras vezes levantados para fitar alguém, o rosto comprido, e de uma pallidez quasi cadaverica; o porte grave e ar penitente, davam-lhe ao todo uma apparecia que não pouco teria contribuido para enganar e atrair o povo simples e ignorante dos nossos sertões.

[...] <sup>338</sup>

Tal descrição é marcante, pois foi usada como base para a criação da representação de Conselheiro como um homem doente e frágil, guiado por um “fanatismo religioso” que influenciava o “povo simples e ignorante” do sertão baiano. É uma representação da imagem de Conselheiro carregada de preconceito e julgamento, e que por não haver material na época que a contradissesse, espalhou-se e manteve-se como a principal, sendo possível vê-la depois em outros jornais, como a *Gazeta de Notícias* que também apresentava Conselheiro com um físico semelhante ou igual ao descrito pelo frei.

A conversa entre frei João Evangelista e Antônio Conselheiro, como dito anteriormente, ocorre durante os trabalhos de construção da capela do Arraial de Canudos. O frei diz que Conselheiro coordenava a construção e que aproveita a presença dos freis para apresentar o que já foi realizado, em uma ação que Evangelista interpreta como uma maneira de causar boa impressão. Enquanto ocorria a apresentação das obras, Conselheiro conduz Evangelista para um local da capela com menos público, e o capuchinho aproveita o espaço

---

<sup>338</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Quarta-feira, 17 de Julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/14937>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

mais privado para abordar o líder religioso, explicitando o motivo da presença do mesmo e de seus acompanhantes em Canudos: começar uma missão religiosa, e convencer a população de Canudos a dispersar-se e voltar para seus lares e trabalhos. Para embasar que a dispersão da população atenderia ao bem geral, frei Evangelista ressalta a Conselheiro que em Canudos estava ocorrendo uma alta mortalidade, tendo entre oito a nove óbitos em média por dia, além da presença de muitos indivíduos armados no Arraial. Enquanto eram conversados estes temas, o relatório descreve que aos poucos a capela foi sendo ocupada pelos conselheiristas, que interromperam o diálogo entre os dois ao ser abordada a questão da dispersão da população, afirmando que nenhum deles tinha interesse em abandonar Conselheiro e Canudos. Após o esbravejar de seus seguidores, Conselheiro controla o grupo incomodado com as palavras de Evangelista e justifica a presença de armas no povoado em decorrência de um confronto ocorrido nas redondezas de Maceté entre seus seguidores e a polícia<sup>339</sup>. Diz que por isso desde então era necessária a presença de armas no Arraial, para protegê-los e à população local. Para reforçar a necessidade de grupos armados em Canudos, Conselheiro explica para frei Evangelista que não se entregava às autoridades locais, pois não reconhece a validade do governo republicano. Deixa claro ao monge que no passado se entregou para ser investigado, porque entendia que a monarquia era um governo legítimo segundo suas crenças religiosas.

Frei Evangelista, nesta parte do relatório, dá bastante ênfase à ideia de que a recusa pelo modelo republicano seria um posicionamento apenas de Conselheiro, e tenta dissuadi-lo apresentando o posicionamento oficial da Igreja Católica, que reconhece a legitimidade do governo republicano brasileiro:

Senhor, repliquei eu, se é catholico, deve considerar que a Egreja condemna as revoltas, e, acceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os povos, em nome de Deos.

[...]

Nós mesmos aqui no Brasil, a principiar dos Bispos até o último catholico, reconhecemos o governo actual; sómente vós não vos quereis sujeitar?

E máo pensar esse, é uma doutrina errada a vossa.

[...] <sup>340</sup>

A reação dos conselheiristas ao argumento do frei foi, segundo Evangelista, furiosa, tendo alguns o acusado de estar errado por aceitar a República; exaltavam também o

---

<sup>339</sup> Segundo Carla Costa, esse combate de Massaté teria ocorrido em maio de 1893, sendo o primeiro entre conselheiristas e forças policíacas. Entretanto, não configura como sendo a primeira expedição, que viria a acontecer em 1896. Ver: COSTA, Carla. *Cronologia resumida de Canudos*. IBRAM/Minc. Outubro de 2017. p. 7.

<sup>340</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Quarta-feira, 17 de Julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/14937>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Conselheiro por permanecer contra o novo modelo de governo. Analisando o que é relatado pelo frei, é possível perceber que a insatisfação com o modelo republicano não era algo apenas de Conselheiro, o que denota uma certa insatisfação política da população canudense, sem ser possível entender o quanto essa questão política estava presente entre os habitantes do Arraial. Entretanto, é seguro dizer que, a partir dos relatos do frei Evangelista, não havia em Canudos um movimento monarquista. Todas as críticas à República eram feitas tendo como base os ensinamentos de Conselheiro, como apresentado no primeiro capítulo, mas principalmente são feitas em defesa do religioso. Pressupõe-se que, através do que é passado pelo relatório, havia uma associação entre os conselheiristas de que quem era a favor da República, automaticamente estava contra Conselheiro e o Arraial de Canudos, e por isso deveria ser combatido e afastado. Afinal, era Conselheiro que os acolhia e amparava na dificuldade e era o Arraial de Canudos a comunidade de onde provinham habitação e sustento.

O segundo trecho do relatório publicado pelo *O Apóstolo* segue com a descrição de que Conselheiro controlou a população indignada com frei Evangelista e lhe deu permissão de realizar a missão religiosa, mas com o aviso de que não desarmaria seus seguidores. O frei, então, encerra esta parte do relatório apresentando as informações que tinha reunido sobre Conselheiro conversando com pessoas durante a viagem até o Arraial e durante outras missões religiosas pela região interiorana da Bahia. Segundo estas informações, o nome verdadeiro de Conselheiro é Antônio Vicente Mendes Maciel, natural do Ceará, de “[...] cor branca tostada ao sol, magro, alto de estatura, tem cerca de 65 anos e pouco vigor físico, parecendo sofrer alguma affecção organica [...]”<sup>341</sup>. Ainda é dito que o mesmo possui uma reputação de austeridade e de que tem um passado criminoso, sem citar qual crime exatamente ele teria cometido. É constantemente acompanhado, sendo impossível conversar com ele a sós. Das informações, frei Evangelista dá principal destaque às características religiosas de Conselheiro, a quem descreve como tendo grande zelo pela fé, disciplina e ortodoxia católica. Porém, diz que suas atitudes em desrespeitar as autoridades eclesiásticas e a lei invalidam todo o ensinamento que o religioso prega, e que, por causa das mesmas, seus seguidores “[...] propalem em seu nome doutrinas subversivas da ordem, da moral e da fé”<sup>342</sup>. Nota-se que mais uma vez o frei demonstra uma certa preocupação com a ordem pública, o que denota que os interesses da realização da missão não eram totalmente de cunho religioso.

---

<sup>341</sup> Ibidem.

<sup>342</sup> Ibidem.

A terceira parte do relatório tem como principal tema as atividades realizadas no Arraial de Canudos que o frei pôde observar e a composição da comunidade. O trecho começa com a descrição da propaganda feita por uma parte dos seguidores incumbida de convencer mais pessoas a seguir os ensinamentos de Antônio Conselheiro. Nela, era prometido que em Canudos as pessoas não passariam fome e que seria um local seguro em relação às influências da República. É interessante ressaltar como estes dois pontos estavam sempre presentes no discurso dos conselheiristas, o que podemos interpretar como sendo respectivamente a maior preocupação da população local, “fome, e a principal fonte de preocupação para o grupo, a República”<sup>343</sup>. Como pagamento de entrada, quem decidisse morar em Canudos deveria entregar o valor da venda de todos os seus bens para o Conselheiro<sup>344</sup>, e as imagens religiosas deveriam ser levadas para o local de culto comunitário. Este valor de entrada para o Arraial de Canudos explicita bastante o teor comunitário presente nos discursos de Conselheiro, os quais vimos no capítulo I. O individualismo era uma característica a ser combatida através da abnegação dos bens materiais e do compartilhamento dos bens religiosos. Quem seguisse essas regras, segundo frei Evangelista, recebia moradia, vestimenta e comida. O frei fez uma contagem de que, no momento em que a missão estava sendo realizada, habitavam Canudos 800 homens e 200 mulheres. É interessante perceber que esse trecho é um dos poucos nos quais o frei apresenta dados quantitativos em seu relato, mas não se especifica se ele mesmo fez um levantamento com os habitantes de Canudos ou se a informação de moradores foi passada por terceiros.

Dando prosseguimento ao trecho, frei Evangelista informa que em Canudos, homens e mulheres tinham funções específicas: enquanto as mulheres eram responsáveis por produzir vestimentas, preparar a alimentação que era comunitária e racionada e fazer vigílias religiosas, à noite, os homens eram responsáveis pela guarda e a ordem da comunidade, andando sempre armados pelo Arraial, principalmente com a tarefa de fazer a proteção pessoal de Antônio Conselheiro. Frei Evangelista ressalta que, segundo informações que alguns moradores lhe passaram, alguns dos membros da guarda de Canudos tinham passado criminoso, o que, segundo ele, seria ignorado por Conselheiro devido à importância que a guarda possuía para a sobrevivência do Arraial. Dentre estes, com o suposto passado criminoso, frei Evangelista destaca dois homens que, aparentemente, eram os líderes da guarda de Canudos: João Abbade,

---

<sup>343</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Sexta-feria, 19 de Julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/14941>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

<sup>344</sup> “[...] não reservando para si não mais que um vintem em cada cem mil réis. [...]”. *Ibidem*.

que é chamado de “chefe do povo”, e José Venâncio, que teria um histórico de dezoito homicídios<sup>345</sup>. Segundo o que é relatado pelo frei Evangelista, quando ele observava a guarda pessoal de Conselheiro, era possível notar que havia certas características de idolatria por parte dos guardas e dos habitantes de Canudos para com o Conselheiro. A idolatria é uma atividade condenada pela Igreja Católica, o que fica evidente nas partes do relatório em que o frei Evangelista aborda esta questão, descrevendo essa característica do conselheirismo com um tom extremamente condenatório e preconceituoso.

Quanto à pessoa de Conselheiro, frei Evangelista afirma que as suas atividades eram ligadas majoritariamente à religião. Ele celebrava cultos, organizava eventos religiosos e, como a alcinha do mesmo sugere, aconselhava os habitantes de Canudos. Quanto ao aconselhamento, frei Evangelista afirma que Conselheiro não o exerceu durante a realização da missão, por motivos que o frei não soube precisar, e que em nenhum momento Conselheiro afirmou ser um sacerdote, o que Evangelista diz corroborar com algumas informações prévias que a Igreja possuía sobre Antônio Conselheiro.

Dando continuidade ao trecho do relatório, frei Evangelista afirma que a missão começou oficialmente no dia 14 de maio, e, segundo suas estimativas, a missão teve um público participante de “[...] não menos de quatro mil pessoas”<sup>346</sup>. Entre os participantes, estava uma quantidade significativa de membros da guarda de Canudos e o próprio Conselheiro, que durante as pregações do frei fazia gestos claros de aprovação e desaprovação do que era dito à população. Segundo o frei, as aprovações e desaprovações de Conselheiro eram seguidas pelos conselheiristas, que em caso de desaprovações reagiam de maneiras muito exaltadas. Apesar das interrupções que as ações de Conselheiro causavam, a missão prosseguiu sem grandes problemas até o seu quarto dia. No dia 18 de maio, frei Evangelista pregou sobre o dever da obediência à autoridade que os católicos deveriam ter para com o governo brasileiro, mesmo que o modelo de governo não fosse de agrado dos cidadãos ali presentes. Ainda acrescentou que, se os presentes não fossem de acordo com o governo republicano, que pelo menos não usassem a religião como uma desculpa para se oporem. Esta parte do relatório deixa explícita uma das preocupações do arcebispado baiano em se realizar uma missão religiosa a Canudos, com o intuito de desarticular o conselheirismo: deixar claro ao governo federal que a Igreja Católica não tinha nenhuma ligação ou responsabilidade sobre o que Antônio Conselheiro e os seus seguidores faziam. Como ainda ocorriam atritos entre o clero

---

<sup>345</sup> Ibidem.

<sup>346</sup> Ibidem.

católico e alguns representantes eleitos, o que é possível de se perceber em diversos artigos de *O Apóstolo*, desvincular a Igreja de Canudos era necessário para se reafirmar a aceitação do novo regime pela instituição católica.

Pelo que é descrito no relatório, a reação dos conselheiristas à pregação do frei Evangelista foi agressiva:

Estas minhas palavras irritaram o animo de muitos, e desde logo começaram a fazer propaganda contra a missão e os missionários, arredando o povo de assistir a pregação de um padre *maçon, protestante e republicano*, e dirigindo-me quando passavam e até ao pé do púlpito, ameaças de castigo e até de morte<sup>347</sup>.

A reação dos conselheiristas também resultou em uma ação repressiva da guarda de Canudos, que pôs o Arraial em estado de sítio. Grupos armados foram posicionados em todas as entradas do povoado, com ordens de revistar todas as pessoas que tentassem sair ou entrar no Arraial, pois, em meio aos insultos e ameaças aos membros da missão, surgiu um boato de que os missionários eram agentes do governo que preparavam a captura do Conselheiro e a destruição do Arraial de Canudos. Assim, a terceira parte do relatório se encerra neste ponto.

A quarta parte é a mais breve das cinco, e contém mais trechos opinativos do frei Evangelista quanto à situação da missão depois do dia 18 de maio. Ele inicia contando que, para dar prosseguimento aos temas a serem pregados, abordou o tema do homicídio, que o mesmo julgou ser necessário devido ao fato de parte dos membros da guarda armada de Canudos terem, segundo boatos e relatos coletados pelo frei, passados criminosos incluindo assassinos e ladrões. Porém, a reação dos conselheiristas foi gerar mais ameaças e ofensas aos missionários, sem que fosse possível concretizá-las de fato, pois a grande maioria do público da missão era de pessoas das redondezas de Canudos, o que deu segurança ao frei Evangelista para continuar com a mesma.

No dia 20 de maio, todavia, os conselheiristas organizaram uma grande manifestação, sob o aparente comando e organização de João Abbade, contra os padres da missão capuchinha e em favor dos ensinamentos de Antônio Conselheiro. Segundo o frei, a manifestação foi composta por grande parte dos habitantes de Canudos, que acenderam rojões e gritaram ameaças aos missionários. Frei Evangelista conta que considerou esse ato público um sacrilégio, e decidiu encerrar a missão, o que fez com que a quantidade grande de pessoas que se deslocaram para Canudos em razão da missão fosse embora do Arraial junto com os missionários. Frei Evangelista relata que interpretou o episódio como uma consequência

---

<sup>347</sup> Ibidem.

positiva do fim abrupto da missão<sup>348</sup>, visto que as pessoas que estavam saindo de Canudos haviam adquirido uma visão negativa da Companhia do Bom Jesus<sup>349</sup>. Segundo frei Evangelista, este era o nome que o próprio Conselheiro dava ao grupo, o que confirma algumas informações que vimos no capítulo I. Por ordem de Conselheiro, foram enviados conselheiristas para conversar com o frei, a fim de convencê-lo a não encerrar a missão, o que não obteve êxito. Frei Evangelista fecha este trecho do relatório informando que nos sete dias que a missão esteve em Canudos, foram realizados “[...] 56 casamentos de amancebados, 102 batizados e mais de 400 confissões”<sup>350</sup>. O fato de Conselheiro ter tentado manter a missão traz algumas possibilidades de interpretação. Primeiro, que o próprio Conselheiro não teve relação direta com a manifestação popular, visto que frei Evangelista afirma que João Abbade foi quem comandou a movimentação. Segundo, que Conselheiro ainda tinha algum respeito para com as hierarquias eclesiásticas, uma vez que casamentos, batismos e confissões eram atividades restritas aos sacerdotes desde o catolicismo tradicional, do qual Conselheiro estaria mais próximo do que do renovado. E, terceiro, que Conselheiro tenha entendido que o fim de uma missão religiosa realizada em Canudos seria, como o frei interpretou, um baque significativo na reputação da Companhia do Bom Jesus, visto que as santas missões eram de grande importância para a população interiorana, como aponta Serbin:

O contato dos padres com o povo teve efeito profundo e duradouro sobre a prática da fé e sobre as relações sociais. As missões itinerantes, chamadas de santas missões, foram um exemplo fundamental. [...] As missões tornaram-se eventos fundamentais nos povoados, fazendas e outras áreas do vasto interior. Lidavam com as crenças, esperanças e aflições do povo. Naqueles lugares remotos geralmente não havia pároco, mas a sede de salvação permanecia grande. As missões combinavam a expiação religiosa com festividades e um importante componente social: a mobilização do povo para a construção de igrejas, cemitérios, represas, cisternas e estradas. [...]<sup>351</sup>.

Se foi de fato um contratempo grande ou não para a reputação de Canudos é difícil afirmar, além de não caber nos objetivos deste trabalho. Porém, é evidente que não fazia parte

---

<sup>348</sup> “A suspensão repentina da santa missão produziu nos circunstantes o efeito de um raio, deixando-os attonitos e impressionados; os que ainda não se haviam alistado na *companha do Bom Jesus*, os que não recebiam do *Conselheiro* a comida e a roupa, e não dependiam d'elle, portanto, deram-me plena razão, e reprovando formalmente os desvarios de tal gente, começaram a sahir do povoado, já queixosos e completamente desilludidos das virtudes do *Antônio Conselheiro*.” Ver: AFBN. *O Apóstolo*. Domingo, 21 de Julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/14945>>. Acessado em: 29 de Janeiro de 2022.

<sup>349</sup> Ibidem.

<sup>350</sup> Ibidem.

<sup>351</sup> SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p. 89.



dos planos do Conselheiro que a missão fosse encerrada antes do previsto, considerando-se o esforço para convencer o frei a continuar com a mesma.

O quinto e último trecho do relatório da missão do frei Evangelista, publicado na edição 82 de 1895, inicia um dia após o fim da missão, descrevendo que enquanto a caravana que o acompanharia para fora de Canudos se preparava para a viagem, o frei foi chamado para atender um enfermo que pediu pela confissão e extrema unção. Atendendo ao pedido, o frei Evangelista foi escoltado até a casa do enfermo por dois homens armados da guarda de Canudos. Porém, se recusaram a deixar o frei a sós com o enfermo, o que gerou uma discussão e terminou com o frei voltando para a casa onde estava hospedado. De lá só saiu na hora de voltar para Salvador, assim encerrando os relatos sobre sua estadia em Canudos.

Prosseguindo com o relatório, frei Evangelista dá seu parecer sobre a situação do Arraial de Canudos, o que fazia parte de uma de suas funções como líder da missão. Segundo frei João Evangelista:

A seita-político religiosa, estabelecida e intrincheirada nos Canudos, não é só fogo de superstição e fanatismo e um pequeno schisma na Igreja bahiana, é, principalmente um núcleo, na aparência desprezível, mas um perigo funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país. Encarados o arrojo das pretensões e a soberania dos factos, pôde-se dizer que é aquillo um estado no Estado; allí não são acceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é premitido á circulação o proprio dinheiro da republica. Antonio Conselheiro conta a seu serviço mais de mil companheiros decididos; entre estes os homens, em numero talvez de oitocentos, sempre armados, e as mulheres e crianças dispostas de modo a formarem uma reserva que elle mobilisa e põe em pé de guerra, quando julga preciso<sup>352</sup>.

Esta passagem apresenta a ideia que frei Evangelista constrói de Conselheiro e do Arraial de Canudos. Em sua visão, e que fica clara pela forma como ele conclui seu relatório, o grupo não pode ser visto inteiramente como religioso, se uma de suas premissas é renegar a República, mesmo que as motivações de se renegar o novo regime estejam dentro das ideologias religiosas de Conselheiro. Como é questionado e afirmado pelo frei em uma de suas pregações, para Evangelista, os conselheiristas usam da religião para renegar o governo, o que é entendido como um dos receios da Igreja que essa suposição seja verdadeira. A tensa relação entre Igreja e Estado na década de 1890 não permitia que a mesma aceitasse a possibilidade de um grupo que professava a fé católica se erguesse contra o governo sob qualquer justificativa que fosse e, por isso, ou teria que acabar com este grupo ou negar qualquer relação

---

<sup>352</sup> AFBN. *O Apóstolo*. Domingo, 21 de Julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/14945>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

possível com o mesmo. Aquino aponta que a questão que Canudos cria foi extremamente preocupante tanto para o governo brasileiro quanto para a Igreja Católica, que viu a moralidade e integridade do seu corpo clerical ser questionada fortemente no meio político<sup>353</sup>. E, através do relatório do frei João Evangelista, a preocupação que Canudos causa no meio clerical vinha desde antes das ações do movimento conselheirista e as reações violentas do governo brasileiro desencadearem um verdadeiro cenário de guerra.

Além do seu parecer conclusivo, frei João Evangelista completa o relatório afirmando que a Companhia do Bom Jesus exercia controle pesado sobre seus membros, sendo muito difícil e perigoso sair dela. Uma vez tendo pago a taxa de entrada no movimento mantém-se constante vigilância sobre todos que entram e impedem qualquer um que gere desconfiança de estar relacionado à República. Por fim, o frei finaliza o relatório clamando que as autoridades restabeleçam a lei e a ordem na região de Canudos, visto que o grupo de Conselheiro representava uma séria ameaça à população próxima do Arraial de Canudos e ao arcebispo baiano, Cônego Clarindo de Souza Aranha. O frei pede desculpas por não levar a missão pelo tempo previsto e solicita que o arcebispo delibere sobre o caso que é apresentado através do relatório.

Do encerramento das publicações do relatório do frei João Evangelista para a próxima notícia sobre Canudos e Conselheiro passaram-se dois anos. Neste tempo não é vista nenhuma notícia ou artigo que envolva Conselheiro, dando mais significado ao título que o jornal escolheu para publicar o relatório “Uma história curiosa”. Um título que evoca a ideia de algo que chama a atenção, mas que não é prioridade, não para o público da capital federal, pelo menos, que é para quem o periódico tem sua principal atenção. Canudos, até que se tornasse um tema nacional, não passava de uma história local, isto é, algo ocorrido no interior da Bahia, que cabia ao Estado e à igreja baiana se ocuparem de resolver. Porém, é importante reforçar que esta versão de Conselheiro e Canudos é usada também por outros jornais e escritores que falaram sobre o tema, como Euclides da Cunha, que cita brevemente a missão capuchinha em sua obra *Os Sertões*, e nela reproduz muito da visão que o frei montou do Conselheiro<sup>354</sup>. Isso se reflete em como a notícia publicada na edição 14 de 1897, de título “Antônio Conselheiro”, é iniciada:

Chegam da Bahia alarmantes noticias de graves acontecimentos que se dão no centro daquele Estado promovidos pelo celebre Antonio Conselheiro, que dispondo de um

---

<sup>353</sup> AQUINO, Maurício de. Op. cit., p. 153.

<sup>354</sup> CUNHA, Euclides de. Op. cit., p. 133-134.

exercito de mais de 10,000 homens convenientemente armados, ameaça o governo do Estado, a cujas forças tem enfrentado e derrotado em renhidos e duradouros combates.

O governo central se apressa em enviar forças respeitaveis para aquele Estado.

Os republicanos temem o que quer que seja, pois que attribuem a planos *sebastianistas*, visto que consta que o Conselheiro não quer a republica e nem o positivismo<sup>355</sup>.

A notícia começa evocando a questão da distância, “Chegam da Bahia”, reforçando a ideia de que os problemas que ocorrem no estado é um problema distante da então capital federal. É seguida de um claro alarmismo, no qual descreve os conselheiristas como se fossem um exército treinado e bem equipado, com números que não condizem com nada que fora visto nos relatórios do frei Evangelista de dois anos atrás, e que põem o governo baiano à mercê de Conselheiro e da guarda/milícia de Canudos. O exagero, a hipérbole criada nesta breve notícia não tem fundamento e nem apresenta provas que o comprovem. É puramente alarmismo. Acrescenta-se ainda que a situação será tomada para ser resolvida pelo governo central, e que os republicanos temem, sem fundamento algum, o teor sebastianista que o movimento de conselheiro possuía ao renunciar à república e ao positivismo. Jacqueline Hermann, sobre o sebastianismo, quando evocado no caso de Canudos, indica um uso como sinônimo de monarquismo e uma volta esperada de D. Pedro II como legítimo governante do país. Porém, seria impossível afirmar se fazia parte das verdadeiras propostas dos conselheiristas:

A precipitação da oposição em localizar em Canudos o centro irradiador de uma conspiração internacional e antirrepublicana eliminou qualquer possibilidade de investigação sobre as verdadeiras propostas dos conselheiristas. A identidade entre os princípios restauradores e “o sebastianismo retrógrado”, aqui entendido como sinônimo de defesa da volta da monarquia representada pela figura do rei deposto pelo novo regime, espelha, sob nova forma, uma releitura sobre a crença sebástica, tecida em Portugal depois do desaparecimento de D. Sebastião em guerra contra os mouros, no remoto ano de 1578. Em fins do século XIX o sebastianismo, considerado invencionice estúpida da ignorância popular, continuava herdeiro dos estigmas que lhe haviam atribuído os ilustrados do século XVIII, mantendo-se como sinônimo de atraso para os adeptos da nova 'Religião da Humanidade' preconizada por Auguste Comte. Inegavelmente apegada à imagem da monarquia deposta, Antônio Conselheiro pregava a volta de Pedro II e de toda a família real, únicos governantes legítimos, porque sagrados, para continuar a dirigir o país, explicitando, talvez, uma compreensão difusa e ainda pouco estudada do sebastianismo no Brasil. Mas todo e qualquer recurso, fosse ele puramente retórico ou não, tinha como objetivo principal deslegitimar a liderança de Prudente de Moraes e desestabilizar o governo<sup>356</sup>.

<sup>355</sup> AFBN. “Antonio Conselheiro”. *O Apóstolo*. Domingo, 31 de Janeiro de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/15873>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

<sup>356</sup> HERMANN, Jacqueline. “Canudos Destruído em nome da República”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. vol. 2, nº. 3, 1996. p. 94.

O sebastianismo é um movimento religioso, de origem portuguesa, que acreditava no retorno do monarca português D. Sebastião I após seu desaparecimento em 1578. Essa crença de um salvador para os momentos de necessidade foi herdada pela cultura do catolicismo popular, e mantida viva através de crenças religiosas populares<sup>357</sup>. Juntamente com o teor sebastianista, o positivismo conferia ao movimento conselheirista um repúdio ao catolicismo renovado, que *O Apóstolo* sempre defendeu e, para a República, é ao mesmo tempo uma crítica e uma sinalização de que, seja o que for que o conselheirismo representasse, não era apoiado pelo *O Apóstolo* e pela Igreja Católica.

Na edição seguinte, 15 de 1897, o tema Antônio Conselheiro e Canudos é amplamente abordado em três artigos. No primeiro deles, “Os Erros da República”, o jornal faz uma crítica profunda à decisão do governo central de enviar uma brigada sob o comando do Coronel Moreira César para lidar com a situação de Canudos, sendo claro que o objetivo de tal força era a aniquilação do Arraial de Canudos, vide a escolha de Moreira César<sup>358</sup> para o comando da operação.

Antes de tecer críticas ao governo, o artigo começa pontuando que *O Apóstolo* sempre criticou o que via como erros do governo brasileiro, e, que desde o início da República continuava fazendo. Por isso, era necessário destinar parte da primeira página do jornal para pontuar que a decisão de enviar para o interior da Bahia tropas do exército brasileiro, sob o comando do Coronel Moreira César, para lidar com o grupo de Conselheiro, era uma ação desproporcional à realidade dos fatos e, por isso, errada. Para embasar o argumento, o artigo indaga se o governo brasileiro realmente considerava Canudos um perigo para a instituição republicana, visto que a população do Arraial sempre foi descrita como iletrada, miserável e pobre. Além disso, indagava se a atitude tomada pelo governo central estaria em desacordo com a Constituição de 1891:

[...]

Dar-se-ha caso de que aquellos fanaticos ameacem a estabilidade da república? Que já constituam tão poderoso exercito em marcha que seja preciso a toda pressa o governo enviar uma brigada composta de todas as armas sob o commando daquele coronel com poderes discricionários?

Selvageria! Barbaria!

<sup>357</sup> DOS SANTOS, Simão Pedro. “Sebastianismo e Messianismo em Os Sertões”. *Revista Mosaico*, v. 3, n. 1, p. 23-33, 2012.

<sup>358</sup> O Coronel Moreira César havia ganhado fama de matador durante a repressão à Revolução Federalista em Santa Catarina em 1893, com ações brutais e cruéis contra os revoltosos capturados. Ver: FONTES, Oleone Coelho. “O Coronel Moreira Cesar e a Revolução Federalista em Santa Catarina. *Rev. Canudos*. Salvador. UNEB. v.2, nº2, 1997. p.52 - 54.

Onde está a autonomia dos Estados? Que papel representa o governador da Bhaia que não tendo até hoje reclamando forças federaes, assiste o desembarque de um exercito que vai bater, o que? Um bando de fanaticos!

Esses arreganhos de forças são ridiculos e desacreditam o criterio do Sr. Manoel Victorino.

Ninguém acreditará que aquelles pobres homens sem meios, sem recursos de qualidade alguma, possam fazer perigar as instituições republicanas.

Se são fanaticos, como dizem os republicanos, estão no seu direito, e nem poderão ser perseguidos por motivo de religião.

Segundo a constituição da república todos podem seguir a religião que quiserem, até o positivismo! E porque o Antonio Conselheiro não poderá ser fanatico?

Aos meritos da republica mais este augmentou o Sr. Manoel Victorino, que jamais poderá laval-o e evitar suas consequencias<sup>359</sup>.

Neste trecho, temos argumentos importantes para analisarmos. Primeiro, o jornal desacredita completamente as notícias que apontam Canudos como uma ameaça à República, o que contradiz um pouco a notícia dada na edição anterior. Aqui, *O Apóstolo* ressalta principalmente a característica social que os canudenses viviam e que em muito é apoiada nas informações coletadas do relatório que o jornal publicou dois anos antes, dando destaque às condições socioeconômicas do Arraial de Canudos. Com isto, podemos afirmar que *O Apóstolo*, tendo como base o relatório da missão capuchinha, avalia que era impossível as dimensões que tomaram a ameaça criada em torno de Conselheiro e seus seguidores contra a República. Em outros trechos do artigo, o jornal aponta que o governo já errava com a população do interior baiano mesmo antes de decidir enviar uma expedição militar, pois o desamparo que a população dessa região sofria era culpa da falta de ação dos governantes. E, além de estar faltando com suas responsabilidades e se preparando para promover uma matança na região, o jornal também questiona a legitimidade da decisão em dois pontos legais. Primeiro, em um possível desrespeito à autonomia dos Estados, ao enviar forças militares não requisitadas pelo governador da Bahia, e segundo, e este é de maior interesse do *O Apóstolo*, um possível desrespeito à liberdade religiosa. Se o governo federal, estaria punindo Conselheiro por seguir suas convicções religiosas, a ação federal tornar-se-ia ilegal, visto que a constituição republicana concedia livre liberdade de culto. Esta talvez seja a principal questão da revolta do jornal com as ações do governo central, representado no artigo pelo vice-presidente, Manoel Victorino<sup>360</sup>. Podemos deduzir que havia uma legítima preocupação do jornal, e talvez também do clero católico, de que fosse criado um precedente jurídico para o

---

<sup>359</sup> AFBN. “Os Erros da República”. *O Apóstolo*. Sexta-Feira, 5 de Fevereiro de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/15877>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

<sup>360</sup> No início do ano de 1897, o presidente Prudente de Moraes estava afastado das decisões governamentais em decorrência de problemas de saúde, sendo então Manoel Victorino, da ala pró-militar da política brasileira, o chefe em exercício no Brasil. Ver: HERMANN, Jacqueline. Op. cit., p. 91.

governo punir religiões que o criticassem, e por isso a enfática defesa do mesmo Arraial para o qual dois anos antes foi enviada uma missão religiosa que visava desarticulá-lo.

Com isto, para o jornal passa a ser importante defender que outras ações sejam tomadas, mas que não sejam justificadas com razões religiosas ou em cima de algum preceito ou ideologia religiosa para que, futuramente, isto não viesse a ser usado contra os católicos. O medo desta possibilidade é pautado muito nas relações fragilizadas entre a Igreja e o Estado desde a instituição do Estado Laico. Não é gratuito que *O Apóstolo* siga esta linha de raciocínio naquele momento político, mesmo que, com o tempo, tenha se provado uma preocupação exagerada.

Nos outros dois artigos, o jornal noticia a situação na Bahia, em “As cousas da Bahia”, e fala da movimentação da força militar organizada para a repressão do conselheirismo, em “Embarque de forças”<sup>361</sup>. No artigo sobre a Bahia, o jornal informa que diversos telegramas vindos do Estado relatam um forte otimismo para com o envio da força militar sob o comando de Moreira César e diz que talvez a notícia do envio dessa força seja suficiente para que os conselheiristas se entreguem pacificamente. Não há informações sobre a movimentação de Conselheiro e seus seguidores, nem sobre as causas que defendem. O jornal critica ainda outros periódicos que atribuem ao Conde d’Eu a participação e o financiamento do movimento conselheirista, sem apresentar provas. Em “Embarque de forças”, *O Apóstolo* publica uma breve notícia, informando que as tropas sob o comando de Moreira César já embarcaram para a viagem até Salvador e, novamente, o jornal critica o vice-presidente pelo envio desnecessário de forças militares para lidar com a questão de Canudos e Conselheiro. Estas outras duas notícias servem mais como apoio para o artigo principal, reforçando os pontos que *O Apóstolo* defendeu em “Erros da República” e ajudando a construir uma imagem negativa de Manoel Victorino, ao reiterar que tudo que acontecia em Canudos era culpa do então vice-presidente.

Na edição seguinte, nº 16 de 1897<sup>362</sup>, *O Apóstolo* apresenta um artigo sobre Conselheiro e Canudos na coluna “Retrospecto da Semana”, coluna fixa das edições dominicais do periódico. Nela, são discutidos, em tom irônico e satírico, os posicionamentos do governo central para com Canudos e a evidente possibilidade de ter políticos brasileiros que realmente acreditam que Canudos é uma ameaça à República, tendo em vista alguns posicionamentos públicos ocorridos entre a publicação da edição anterior e a 16. Além disso,

---

<sup>361</sup> Ibidem.

<sup>362</sup> AFBN. “Retrospecto da Semana”. *O Apóstolo*. Domingo, 7 de Fevereiro de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/15881>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

o autor da coluna apresenta como inconcebível que estes mesmos políticos creiam que Canudos receba ajuda financeira e militar do Conde d'Eu, apesar de todas as provas das dificuldades que a população de Canudos vivia há quase quatro anos.

O artigo também ironiza e questiona a escolha justamente do Coronel Moreira César para comandar a expedição militar, visto que a composição da brigada organizada pelo governo exigia o comando de um general pela lógica hierárquica. Mas, mesmo assim, o vice-presidente Manoel Vitorino, que estava à frente do governo enquanto Prudente de Moraes está em um quadro de saúde frágil, escolheu o coronel, subvertendo a lógica hierárquica do exército. Ao final, o jornal indaga o governo sobre o estado de saúde do presidente, o que levanta o questionamento se havia uma comunicação do governo para com a sociedade sobre esse assunto e ridiculariza a proposta de um centro espírita carioca em tentar pacificar o sertão da Bahia através de ritos religiosos.

Neste artigo, é interessante atentar que *O Apóstolo* usava maneiras diversas para construir uma narrativa que se põe como certa em detrimento de um alvo ou instituição específica. Se, em grande parte dos artigos, o tom condenatório e de denúncia é predominante, neste são usadas a ironia e a sátira para expressar o descontentamento do jornal e do grupo que representa para com as ações do governo brasileiro e de outras denominações religiosas. Fica claro, através deste artigo, o desprezo quanto à figura de Moreira César e o quão inconcebível é para o jornal o envio de uma força sob o seu comando. Não há uma crítica específica sobre o que o jornal condena no coronel, porém, por ressaltar diversas vezes um provável derramamento de sangue desnecessário e um uso desproporcional de forças para com os conselheiristas, podemos deduzir que a fama de matador que a imagem de Moreira César carregava era condenável para o jornal. Ter o coronel Moreira César como líder da operação que lidaria com o problema que o Arraial de Canudos se tornou era, pelo que é possível apreender das críticas do *O Apóstolo*, uma certeza que o diálogo não seria uma opção a ser tomada, como foi no envio da missão capuchinha. Ao enviar força militar o que se espera é a repressão pela violência e a morte dos conselheiristas. Porém, Moreira César fracassa em sua missão e é morto em combate contra eles.

O governo federal então reúne uma nova expedição militar. Muito maior e muito mais fortemente armada, que resultou no massacre do Arraial de Canudos. Entretanto, dessa parte da guerra não temos o posicionamento de *O Apóstolo*, pois, a última edição de 1897 foi publicada no dia 5 de março, dois dias antes da notícia da morte de Moreira César e da derrota da Terceira Expedição se tornar pública no Rio de Janeiro. O jornal só voltou a ser publicado no ano seguinte, em uma edição que celebra a volta às atividades jornalísticas de interesse

católico no país, mas sem comentar o que o levou a interromper as atividades em um momento tão tumultuado do país.

As pistas do que pode ter acontecido não residem em *O Apóstolo*, mas na *Gazeta de Notícias*. Na edição 67 de 1897<sup>363</sup> da *Gazeta de Notícias*, é noticiada a recepção das informações quanto à vitória dos conselheiristas sobre as forças federais. Dentre as ações que populares tomaram no dia, constam atentados incendiários às redações de jornais tidos como monarquistas. O jornal carioca nomeia os periódicos alvos do ataque: *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*. Apurando as informações obtidas nas páginas da *Gazeta de Notícias*, há um forte indício de que um dos jornais que tiveram sua redação incendiada foi de fato *O Apóstolo*. A última edição de *O Apóstolo* é a nº 27 de 1897, do dia 5 de março, sexta-feira. A edição 67 de 1897 da *Gazeta de Notícias* é do dia 8 de março, segunda-feira, do mesmo ano, levando à dedução de que entre os lançamentos das duas edições ocorreu o ataque que, segundo a *Gazeta*, aconteceu no dia anterior, 7 de março, domingo, este que é um dos três dias de publicação de *O Apóstolo*. O jornal só voltou a publicar um ano depois do ocorrido, na edição nº 29 de 1898, quarta-feira, o que é evidenciado na primeira coluna especial do jornal, intitulada “Ressureição”. Nela, como foi dito, é celebrada sua volta sem tocar no motivo que o fez paralisar suas atividades. Entretanto, é nítido pelo texto do artigo, que o assunto gera indignação no autor, mas ao mesmo tempo medo:

[...]

Reaparecendo, não nos convém explicar as causas de seu desaparecimento e nem recordarmos factos tão frescos e por isso na memoria de todos; nos sentiríamos acobardados rememorando-os.

Graças a Deus, resurge *O Apóstolo* esperançoso, confiado nas instituições e liberdades constituicionaes, nas quaes espera encontrar todas as forças e garantias; voltamos ao nosso lugar na imprensa desejosos de trabalhar em prol de todas as liberdades sociais, em beneficio da patria e dos interesses da Egreja, sem cogitar de politica, senão quando esta se refira e se relacione com a religião.

[...] <sup>364</sup>

É perceptível que a razão que forçou a paralisação do jornal causara um trauma em sua editoria, com o primeiro artigo da volta de *O Apóstolo* enfatizando a mensagem que o periódico estava e devia sempre estar amparado pela Lei e pelo governo em seu direito de existir. É também possível perceber uma mensagem de afastamento dos assuntos políticos nas

<sup>363</sup> AFBN. “Victimas do Dever”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 8 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15885](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15885)>. Acesso em: 02 fev. 2023.

<sup>364</sup> AFBN. “Ressureição”. *O Apóstolo*. Quarta-Feira, 9 de Março de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/15925>>. Acesso em: 02 fev. 2023.



páginas do jornal, com exceção daqueles que evocam a participação do clero católico. Isto pode ser percebido nas outras edições em que Antônio Conselheiro e Canudos voltam a ser abordados.

Nas edições 113<sup>365</sup>, 117<sup>366</sup>, 118<sup>367</sup>, 122<sup>368</sup>, 123<sup>369</sup> e 124<sup>370</sup> de 1898, o jornal publica artigos intitulados “O athéo em scena” onde é publicada uma carta aberta do Vigário José Soares Telles do Valle, de Piranga, Pernambuco. Nesta, o vigário se defende das acusações publicadas no jornal *Gazeta da Tarde*, de que teria celebrado uma missa em intenção pela alma de Antônio Conselheiro e os mortos em Canudos e que o mesmo jornal acusa os jornais *A Verdade* e *O Apóstolo* de terem apoiado secretamente Conselheiro e os conselheiristas, sem, entretanto, apresentar provas que validem todas as acusações.

Pelas sete edições em que esta carta é dividida, o vigário Telles tece pesadas críticas às acusações que lhe foram feitas e aos jornais e apresenta versões do que realmente teria ocorrido. O vigário nega ter rezado pela alma dos mortos em Canudos, ter chamado Antônio Conselheiro de servo de Deus e diz que as críticas que os dois jornais fazem quanto aos erros da República são construtivas, sem o intuito de desprestigiar as instituições federais e governamentais. O fato de serem jornais de cunho religioso, não faria deles menos republicanos. A citação ao Conselheiro fica apenas no trecho da edição 123, porém é necessário ler todo o conteúdo da carta aberta para entender porque o mesmo é citado.

Durante as edições em que *O Apóstolo* publica a carta do vigário pernambucano, não há nenhuma adição feita pelos editores ao que é dito na carta aberta. Ela está publicada na íntegra de uma maneira que indica que o que está sendo apresentado teria o apoio do jornal, mas inteiramente vindo do vigário Telles. Podemos interpretar este posicionamento como um sinal de respeito ao religioso, mas também como um indicativo de que a tese de que os editores

---

<sup>365</sup> AFBN. “O athéo em scena”. *O Apóstolo*. Sexta-Feira, 30 de Setembro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16261>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

<sup>366</sup> AFBN. “O athéo em scena”. *O Apóstolo*. Domingo, 9 de Outubro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16277>>. Acesso em: 02 fev. de 2023.

<sup>367</sup> AFBN. “O athéo em scena”. *O Apóstolo*. Quarta-Feira, 12 de Outubro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16281>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

<sup>368</sup> AFBN. “O athéo em scena”. *O Apóstolo*. Sexta-Feira, 22 de Outubro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16297>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

<sup>369</sup> AFBN. “O athéo em scena”. *O Apóstolo*. Domingo, 23 de Outubro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16301>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

<sup>370</sup> AFBN. “O athéo em scena”. *O Apóstolo*. Quarta-Feira, 26 de Outubro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16305>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

estariam ainda traumatizados com o que paralisou o jornal não deve ser excluída. Quando houve as publicações do relatório do frei João Evangelista, *O Apóstolo* elaborou um pequeno texto expositivo sobre Antônio Conselheiro e sobre a missão religiosa enviada para Canudos, mas o mesmo não acontece aqui, o que pode sim indicar uma mudança na maneira de tratar os assuntos que envolvem a política e a religião.

Antônio Conselheiro volta a ser citado no jornal uma última vez na edição 125<sup>371</sup> de 1898. Nela, o jornal se defende e defende o clero católico das acusações do deputado Erico Coelho de ter colaborado com Antônio Conselheiro e os conselheiristas durante a realização da Guerra de Canudos. O jornal, evidentemente, nega todas as acusações, e rebate-as recordando os momentos em que, tanto o clero quanto o periódico, condenaram a Companhia do Bom Jesus, com o argumento do envio da missão capuchinha para desmantelar o Arraial de Canudos pelo arcebispado baiano.

É nítido que o tema Conselheiro e Canudos, após 1897, se torna sensível ao jornal, por motivos que podemos apenas supor. Mesmo a tese do incêndio é imprecisa, pois falta material para defendê-la, apesar de ser uma das poucas possibilidades de respostas para o jornal, que estava advogando contra a destruição do Arraial, ter parado de publicar por quase um ano.

O que fica do papel do *O Apóstolo* no caso de Canudos é que o jornal foi, sem dúvida, um veículo para combater o aspecto religioso do Arraial que incomodava a Igreja Católica, que passava por uma reforma romanizadora, encabeçada pelo movimento ultramontano. Neste sentido, podemos dizer que o jornal constrói uma abordagem intencional. Entretanto, o combate feito no campo religioso seguia normas e *modus operandi* que não condiziam com a forma como o governo republicano decidiu lidar com a situação, levando o jornal, como meio de expressão e comunicação do clero com seus leitores a tecer críticas às ações governamentais e a se posicionar em defesa de Conselheiro e do Arraial de Canudos, pois, apesar de não estarem adequados nas normas e nos conceitos religiosos do ultramontanismo, os canudenses não eram um problema a ser resolvido pela violência. Para o jornal, apesar de haver a presença de pessoas armadas no povoamento, as ações do governo federal foram muito desproporcionais para o que a situação pedia, preferindo a violência e a repressão em vez de entender o que este grupo necessitava. No entendimento da editoria do jornal, estas medidas poderiam criar um precedente perigoso, que futuramente poderia pôr a própria Igreja Católica no Brasil sob ameaça.

---

<sup>371</sup> AFBN. “Ainda o Erico Coelho”. *O Apóstolo*. Sexta-Feira, 28 de Outubro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16309>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo analisado o desenvolvimento das representações de Antônio Conselheiro e do Arraial de Canudos nas páginas da *Gazeta de Notícias* e do *O Apóstolo*, é preciso apontar os pontos de divergência e convergência entre ambas para chegarmos a conclusões acerca dos objetivos de cada periódico.

Os pontos de convergência são claros: há, em ambos os jornais, uma desqualificação inicial de Conselheiro e Canudos. Por parte da *Gazeta*, a vemos apoiada nos telegramas, sempre em tom alarmista e exagerado quanto ao assunto Canudos; nas páginas do *O Apóstolo* a desqualificação se dá através do relatório do frei João Evangelista, e é mais direcionada para as questões envolvendo a infraestrutura e moradia de Canudos, e não destinadas aos canudenses. É interessante notar que, apesar de ambos desqualificarem Conselheiro e Canudos, eles o fazem por motivos diferentes. A *Gazeta* era motivada por questões políticas e sociais que geram uma enxurrada de informações sem confirmação, que são transmitidas para a editoria por telegramas, sem nenhum cuidado de apuração quanto às fontes<sup>372</sup>. *O Apóstolo* parte de questões ideológicas, visto que o movimento conselheirista, como assim seria batizado por Machado de Assis<sup>373</sup>, era visto pelo clero ultramontano como pertencente à uma fé católica popular que não se submetia à reforma romanizadora, e por isso não estava em conformidade com a fé católica.

Reforçamos que ambos partiram muitas vezes de informações falsas que acabaram por construir uma representação de Conselheiro e seus seguidores na época. No caso da *Gazeta de Notícias* muitos dos telegramas publicados pelo jornal, ao final do conflito, se provaram falsos, o que não exige o periódico de ter propagado uma quantidade significativa de informações equivocadas. Informações estas que, inclusive, incomodam um de seus principais colunistas, Machado de Assis. Este defendia que os conselheiristas não deviam ser perseguidos, mas ouvidos através do envio de jornalistas e fotógrafos<sup>374</sup>. A questão das notícias falsas parece ser, principalmente agora que vimos todo o contexto em que se deu a construção das representações da *Gazeta de Notícias*, fruto da necessidade mercadológica de se ter notícias para dar ao público, mas principalmente para atender aos interesses políticos da editoria do jornal, pois

<sup>372</sup> CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 23-24.

<sup>373</sup> AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 31 de Janeiro de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15689](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15689)>. Acesso em: 13 jun. 2023.

<sup>374</sup> AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 27 de dezembro de 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15501](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15501)>. Acesso em: 13 jul. 2023.

havia uma escolha do que era publicado ou não, e a sessão de telegramas não fica fora disto. Como fica claro, encontramos um número muito grande de informações nos anos de 1896 e 1897 sobre Antônio Conselheiro e o Arraial de Canudos, o que chamou a atenção em um jornal de grande porte como a *Gazeta de Notícias*. Existir, principalmente em uma coluna de notícias rápidas como a dos “Telegrammas”, notícias sobre o tema que fossem pouco ou nada apuradas, para o contexto jornalístico brasileiro da época é compreensível. Porém, o jornal depois assumiu para si a narrativa do governo de que o Arraial de Canudos era um reduto monarquista e Conselheiro um fanático religioso que tramava contra a República. Esta representação que o próprio Fávilla Nunes, correspondente de guerra enviado pelo periódico, noticia ser comprovadamente falsa reforça a ideia trabalhada no capítulo II de que a *Gazeta de Notícias* não era inteiramente um jornal apertado. Assumia este viés apenas quando era comercialmente interessante se travestir como um jornal não filiado a nenhum pensamento político, característica comum na imprensa da época. Mas, quando o país passava por grandes turbulências políticas, o jornal tomava o lado que sua editoria designasse, mesmo que importantes colunistas se posicionassem contra as ações punitivas do poder federal, como foi o caso de Machado e de Olavo Bilac (que de início apóia as forças governistas, no furor das notícias da morte de Moreira César, mas depois produz textos lamentando o morticínio causado pela Guerra de Canudos<sup>375</sup>).

Em *O Apóstolo* percebemos uma permanência no discurso quanto ao assunto Conselheiro e Canudos. O jornal doutrinário católico inicia sua abordagem a partir dos relatos da missão capuchinha, como vimos no capítulo III, porém não é puramente dela que se extrai seu posicionamento. Isto porque nos relatos o frei João Evangelista é muito enérgico quanto à necessidade de que ações imediatas fossem tomadas contra os conselheiristas e este não é o posicionamento adotado pelo jornal, que desde sua fundação serviu como voz do alto clero ultramontano no meio da imprensa brasileira. *O Apóstolo* toma sim uma postura condenatória quanto a Conselheiro e ao Arraial de Canudos, porém apenas no aspecto religioso, não evocando ações violentas para lidar com o caso. Este posicionamento, como indagamos no capítulo III, vincula-se às relações entre Igreja e Estado na época.

Esta questão é tão evidente que em diversas passagens dos relatórios da missão capuchinha é reforçada a ideia de que a Igreja já havia reconhecido o presente regime republicano no país e que estava sendo enviada de modo a também apelar para que os canudenses a aceitassem como bons cristãos. Quando é noticiado o envio da Terceira

---

<sup>375</sup> CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. Op. cit., p. 39.

Expedição, o discurso contrário não gira em torno apenas da questão da disparidade de forças entre tropas militares e canudenses, mas também dos perigosos precedentes que tal ação poderia representar. Apelando para a questão constitucional, *O Apóstolo* levanta a possibilidade de inconstitucionalidade da expedição, considerando-se que se ela estava sendo organizada pelo fato de Conselheiro e o Arraial de Canudos fazerem parte de uma seita fanática, este seria um direito previsto em lei pela liberdade religiosa<sup>376</sup>. Esta abordagem sobre Conselheiro e Canudos pelo jornal é interessante, pois não eram todos os seus aspectos que interessava combater. O aspecto religioso era prioritário e só com ele deveria ser despendido tempo para um combate que visava uma conversão, pois em nenhum momento o jornal deixava de ver Conselheiro e os canudenses como cristãos.

A defesa de Canudos rendeu ataques à editoria do *O Apóstolo* após as notícias da morte de Moreira César chegarem à capital no início de 1897<sup>377</sup>. O impacto que estes ataques causaram foi nítido, visto que, quando de sua volta em março de 1898, o jornal se recusa a falar sobre sua interrupção inesperada das atividades editoriais. Quando volta a aparecer o tema Conselheiro e Canudos, o jornal trata de forma breve e sem aprofundamentos, como uma citação, quase como algo de que não se devesse falar muito.

Assim, encontramos semelhanças, mas também representações distintas. De um lado, um Conselheiro e um Canudos da *Gazeta de Notícias*: descritos como animais, desumanizados e bárbaros de modo a justificar as ações violentas por parte das forças federais. De outro, temos um Conselheiro e um Arraial de Canudos vistos principalmente por meio da ótica religiosa do *O Apóstolo*. Para o periódico doutrinário católico, ambos eram um assunto a se resolver nesta esfera e qualquer ação que pudesse ser tomada fora dela era desnecessária. O jornal não desprezou a informação trazida pela missão capuchinha de que havia pessoas armadas em Canudos. Porém, atentou principalmente para a situação social do povoado e para os perigos que ações militares contra uma comunidade religiosa poderiam trazer à própria Igreja Católica no Brasil. O episódio de Canudos e suas representações na imprensa refletem, portanto, questões amplas referidas à própria instalação da República e aos conflitos que atravessaram as relações entre Igreja e Estado durante praticamente todo o século XIX no Brasil.

---

<sup>376</sup> AFBN. “Os Erros da República”. *O Apóstolo*. Sexta-Feira, 5 de Fevereiro de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/15877>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

<sup>377</sup> AFBN. “Victimas do Dever”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 8 de março de 1897. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/15885](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15885)>. Acesso em: 13 jul. 2023.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maurício de. “Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889 - 1930)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170, 2012.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FIN; Ed. Massangana. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALVES, Francisco das Neves Alves. “A ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada”. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 231-246, 1998.
- ARAÚJO, Cristiano Santos. “Luso – Romano – Brasileiro: uma interpretação da formação do catolicismo popular”. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano XI*, n. 50, p. 69 – 90.
- ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica”. *Revista Contemporânea*, n. 7, p. 45-55, 2006.
- ATAÍDE, Yara Dulce. Bandeira de. “As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro”. *Revista USP*, [S. l.], n. 20, 1994, p. 88 - 99.
- AXT, Gunter. “A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil”. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 179(477), mai/ago, p. 107-136, 2018.
- AZZI, Riolando. “Elementos para a História do Catolicismo Popular”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 36, n. 141, p. 95–130, 1976. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4077>>.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil: 1900 - 2000*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro”. *INTERCOM - Rev. Bras. de Com.*, S. Paulo, Vol. XX, nº 2, p. 87-102, jul/dez. 1997.
- BENÍCIO, Manoel. *O Rei dos Jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos - 2ª. ed.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997
- BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. *Antônio Conselheiro: Os Vários*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007.
- CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e La Guerra del fin del mundo (1981) de Mario Vargas Llosa: uma análise comparativa entre o discurso republicano e a (re)criação literária*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.

CARVALHO, José Murilo de .. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. *Dados*, v. 40, n. Dados, 1997 40(2), 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzWwV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt#>>.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, p. 61-79, 2002.

COSTA, Carla. *Cronologia Resumida da Guerra de Canudos*. Museu da República. IBRAM / MinC. Outubro de 2017.

COUTO, Manuel José Gonçalves. *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das missões*. Porto, Typ. Sebastião José Pereira, 1868.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

DOS SANTOS, Simão Pedro. “Sebastianismo e Messianismo em Os Sertões”. *Revista Mosaico*, v. 3, n. 1, p. 23-33, 2012.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. Guedes. “A propaganda republicana na imprensa: Antônio Silva Jardim”. *Revista da Anpoll, [S. l.]*, v. 1, n. 25, p. 93-104, 2008.

FIGUEIREDO, Marcelo. “Transição do Brasil Império à República Velha”. *Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, ano 13, nº 26, p. 119-145, Segundo semestre de 2011.

FRANCO, Gilmar Yoshihara; SILVA, Márcia Pereira da. “Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica”. *Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD*, p. 01-11, Dourados jul/dez 2010.

FONTES, Oleone Coelho. “O Coronel Moreira Cesar e a Revolução Federalista em Santa Catarina. *Rev. Canudos*. Salvador. UNEB. v.2, nº2, p. 44-55, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais (4ª Expedição)*. Recife: Cepe editora. Edição do Kindle, 2019.

GOMES, Adriana. “A criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890: as discussões nos periódicos do Rio de Janeiro”. *Revista Ágora*, Vitória, n. 17, 2013, p. 62-76.

GOMES, Eveline Viterbo. “Clama itaque, clama, ne cesses: a trajetória do periódico O Apóstolo em defesa da educação católica”. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, vol. 11, nº 1, 2020, p. 80 - 98.

HERMANN, Jacqueline. “Canudos Destruído em nome da República”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. vol. 2, nº. 3, p. 81-105, 1996.

HISTÓRIA do Imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França. Lisboa: Typografia de José Marques da Silva, 1864.

ISER, Elvia Helena. “*A Lenda Arrepiadora*”. *Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LEAL, Carlos Eduardo. “Gazeta de Notícias”. FGV-CPDOC, Verbete Temático. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/gazeta-de-noticias>>.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2011. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao/documentos/jornal-apostolo-1866-1893-acoes-catolicas-imprensa-educacao>>.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NEGRO, Antônio Luigi, e, BRITO, Jonas. “Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p. 863 - 867, set/dez 2013.

NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes da reação: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890 1891)*. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos : revisão histórica / A obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

OLIVEIRA, P. A. R. de. “Catolicismo Popular e romanização do catolicismo brasileiro”. *Revista Eclesiástica Brasileira, [S. l.]*, v. 36, n. 141, p. 131–141, 1976. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4078>>.

OTTEN, Alexandre H. *Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. Belo Horizonte: Edições Loyola / São Paulo: Loyola, 1990. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books/about/S%C3%B3\\_Deus\\_%C3%A9\\_grande.html?id=EHWRyS25b28C&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/S%C3%B3_Deus_%C3%A9_grande.html?id=EHWRyS25b28C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>.

PARANHOS RESTIER JÚNIOR, R. J. “A Imprensa e a Questão Militar no final do Império”. *A Defesa Nacional*, v. 92, n. 806, p. 55-59, 20 ago. 2020.

PETRONE, M. T. S. As Crises da Monarquia e o Movimento Republicano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.]*, n. 16, p. 31-41, 1975.

PINHEIRO, Alceste. “O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX”. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009*.



PINTO, Jefferson de Almeida. “O Processo de Anistia aos Bispos da “Questão Religiosa”: Historiografia, Direito Constitucional e Diplomacia”. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 8, no.3, setembro-dezembro, p. 426-451, 2016.

RODRIGUES, E. “A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública”. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 11, p. 149 - 174, n. 29. 2013.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma”. *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pósgraduação em História da UFMG*. vol. 2, n.º 2, p. 24 - 33, Agosto/Dezembro de 2010.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Dácia Ibiapina da. “O licor precioso e a água chilra: A Guerra de Canudos nas crônicas de Machado de Assis e Olavo Bilac”. GT História e Comunicação da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Rogério Souza. *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura; COELHO, Mônica Costa S.; HANNESCH, Ozana; CARVALHO, Cláudia Rodrigues. “Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 16, nº 3, 2009, p. 763 - 777.

VENTURA, Roberto. “Canudos como Cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 40 nº1. p. 165 - 182, 1997.

VIDIPÓ, George. “A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)”. In: Anais do XVII Encontro de História da ANPUH - Rio. UFRRJ. Nova Iguaçu. 2016.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)”. *Tempo*, v. 18, n. 32, p. 137-161, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Teatro das Oligarquias : uma revisão da "política do café com leite"*. Ebook. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

\_\_\_\_\_. *República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro* [recurso eletrônico]. orgs. Cláudia M. R. Viscardi, José Almino Alencar. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

ZILLY, Berthold. “Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos”. Dossiê Nordeste Seco. *Estud. av.* 13 (36). p. 105-113, Ago. 1999.

## FONTES

### **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional**

Gazeta de Notícias (RJ)

O Apóstolo: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ)

### **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20119%2DA%2C%20DE%207%20DE%20JAN,EIRO%20DE%201890.&text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20119%2DA%2C%20DE%207%20DE%20JAN,EIRO%20DE%201890.&text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias)>.

D847. DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Promulga o Código Penal.